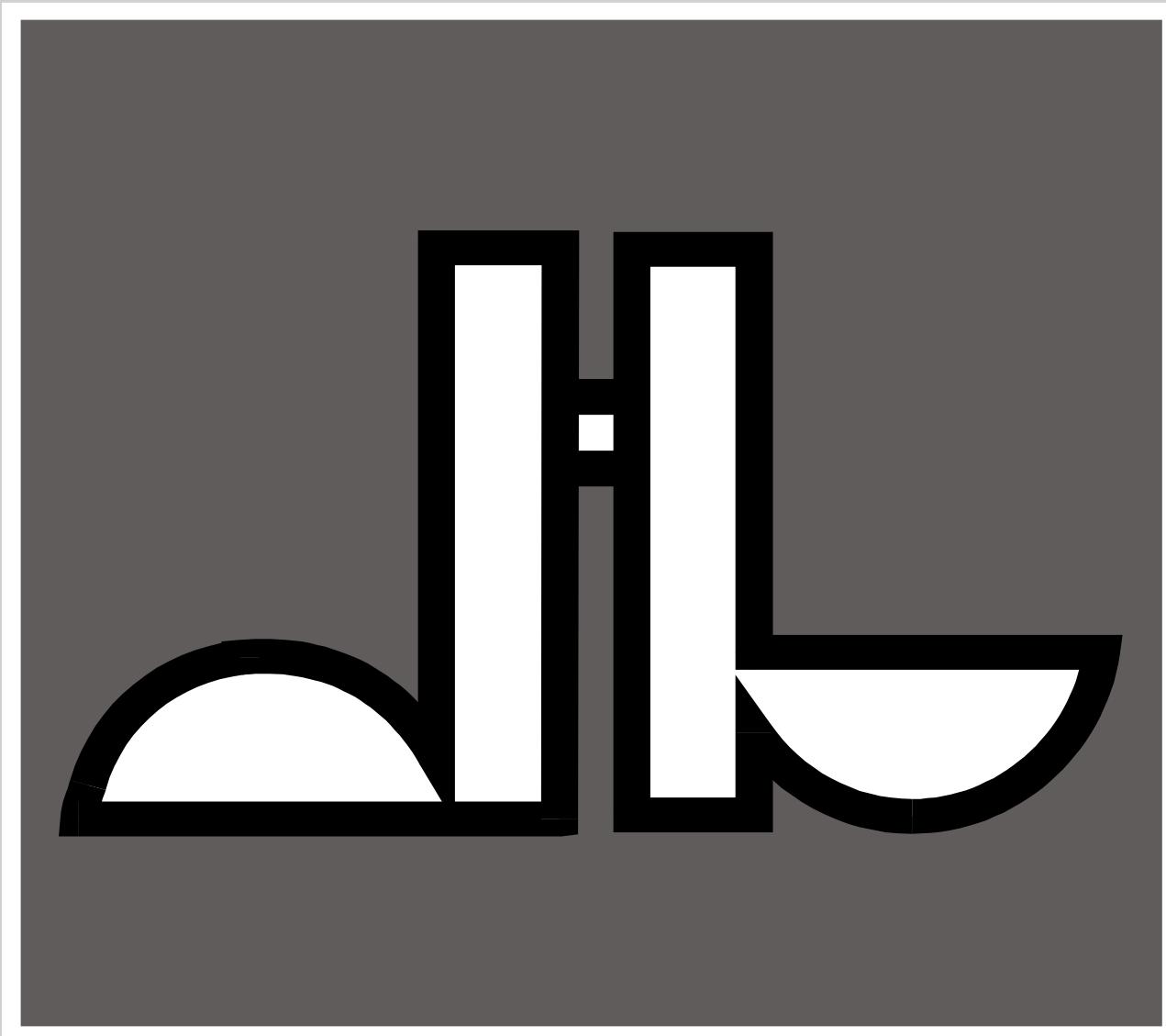




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LX - Nº 004 - QUINTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador RENAN CALHEIROS – PMDB – AL

1º Vice-Presidente

Deputado JOSÉ TOMAZ NONÔ – PFL – AL

2º Vice-Presidente

Senador ANTERO PAES DE BARROS – PSDB – MT

1º Secretário

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA – PMDB – PE

2º Secretário

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA – PMDB – MA

3º Secretário

Deputado EDUARDO GOMES – PSDB – TO

4º Secretário

Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – PSDB – TO

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 4^a SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE MAIO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 3, de 2005-CN, que solicita a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

00526

1.2.2 – Leitura de Mensagem do Presidente da República

Nº 47, de 2005-CN (nº 311/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao segundo bimestre de 2005.

00577

1.2.3 – Leitura de projetos

Projeto de Lei nº 5, de 2005-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União, do Superior Tribunal de Justiça, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 40.618.368,00 (quarenta milhões, seiscentos e dezesseis mil, trezentos e sessenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

00603

Projeto de Lei nº 6, de 2005-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor global de R\$ 7.525.215,00 (sete milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, duzentos e quinze reais), para os fins que especifica.....

00643

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização dos Projetos de Lei nºs 5 e 6, de 2005-CN, lidos anteriormente.....

00662

1.2.5 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Deputado João Leão, referente à inexistência de fato determinado, o que impossibilita a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito nos termos propostos pelo Requerimento

nº 3, de 2005-CN, lido anteriormente, sendo contraditada pelo Senador Arthur Virgílio e tendo a Presidência decidido que o requerimento preenche os requisitos constitucionais e regimentais.

00663

1.2.6 – Recurso

Do Deputado João Leão, à decisão da Presidência quanto à Questão de Ordem suscitada por S. Exa. referente ao Requerimento nº 3, de 2005-CN. À Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, sem efeito suspensivo.

00666

1.2.7 -Leitura de requerimento

Nº 4, de 2005-CN, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Parlamentares, solicitando a prorrogação, até 30 de novembro próximo, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana, criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003-CN, com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)....

00667

1.2.8 – Designação de integrantes da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

1.2.9 – Leitura de requerimento

Nº 5, de 2005-CN, de autoria da Senadora Fátima Cleide e do Deputado Eduardo Valverde, solicitando a constituição de Comissão Mista Especial Externa composta de cinco Senadores e cinco Deputados e igual número de suplentes, para acompanhar e apurar a situação em que se encontra o Estado de Rondônia após a veiculação de denúncias pela Rede Globo de Televisão, no Programa Fantástico de 15 de maio de 2005, repetidas no Jornal Nacional do dia 17 do referido mês, em que foram mostradas gravações de vídeo narrando suposta tentativa de extorsão, envolvendo deputados estaduais do Estado de Rondônia e o atual Governador Sr. Ivo Cassol.....

00690

1.2.10 – Ofício

Nº 43/2005, de 20 do corrente, da Liderança do Governo no Congresso Nacional, de indicação

do Deputado Gilmar Machado para o cargo de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional. 00690

1.2.11 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá e encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, a respeito da inobservância do Regimento Comum quanto à apreciação de vetos presidenciais..... 00690

1.2.12 – Discursos do Expediente

DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN, como Líder – Críticas ao PT. Apoio à criação da CPMI dos Correios. 00692

DEPUTADO PAULO ROCHA, como Líder – Avanços do Governo Lula. Repúdio à transformação de CPI em palanque político..... 00694

O SR. PRESIDENTE (Senador Renan Calheiros) – Respeito à imparcialidade na condução do Legislativo e defesa da convivência democrática entre os Poderes..... 00695

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Defesa da CPI dos Correios. 00695

DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO – Crescimento econômico e conquistas sociais do Governo Lula. Influência da disputa política no andamento das CPIs. 00697

DEPUTADO RODRIGO MAIA, como Líder – Apoio à criação da CPI dos Correios..... 00698

DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA, como Líder – Histórico da ação do governo FHC para impedir a criação de CPIs..... 00700

DEPUTADO SEVERIANO ALVES – Apoio da bancada do PDT à CPI dos Correios. 00701

SENADORA HELOÍSA HELENA, como Líder – Repúdio às práticas políticas adotadas pelo Governo para evitar investigações de denúncias de corrupção..... 00701

DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA, como Líder – Legitimidade do Parlamento para apurar denúncias de corrupção. 00702

SENADOR DELCÍDIO AMARAL, como Líder – Decisão da bancada do PT no Senado Federal de não assinar a criação da CPMI dos Correios... 00703

SENADOR EDUARDO SUPILCY – Respeito à decisão do PT no Senado Federal de não apoiar a CPMI dos Correios. Transcrição de carta de S. Exa. enviada ao Presidente Lula. 00704

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Necessidade de que a CPI dos Correios seja instalada. 00704

DEPUTADO MARCELO ORTIZ, como Líder – Apoio do Partido Verde à criação da CPI dos Correios..... 00705

SENADOR ALVARO DIAS – Importância do combate à impunidade. Necessidade de recuperação da credibilidade dos poderes constituídos..... 00706

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Questionamento à criação da CPI dos Correios. O combate à corrupção no Governo Lula..... 00707

1.2.13 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso quando à decisão da Presidência de declarar prejudicado o Veto Parcial nº 25, de 2003 e determinar o seu arquivamento..... 00708

1.2.14 Ofício da Presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nº 95/2005, de 24 do corrente, solicitando a alteração do cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 4, de 2005-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2006 e dá outras providências..... 00708

1.2.15 – Discursos do Expediente (Continuação)

DEPUTADO ENÉAS CARNEIRO – Ratificação de sua assinatura apostila ao requerimento de criação da CPI dos Correios..... 00709

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 2ª Sessão Conjunta, realizada em 16 de dezembro de 2004 e publicada no Diário do Congresso Nacional de 17, 23, 24, 29 e 30 de dezembro de 2004..... 00710

3 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

4 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

5 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

7 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 4^a Sessão Conjunta, em 25 de maio de 2005

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros e Inocêncio Oliveira

Às 10 Horas, acham-se presentes as Sras. e os Srs. Senadores:

REGISTRO DE COMPARCIMENTO

Período : 25/5/2005 07:26:59 até 25/5/2005 20:31:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELcíDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDEI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGÉ BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSE MARANHÃO	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X	
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIA	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	X	

Compareceram: 63 Senadores

E'OS SRS. DEPUTADOS:

52ª Legislatura
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

SESSÃO CONJUNTA Nº 004 - 25/05/2005

Registro Eletrônico de Presença em Plenário

Inicio : 25/05/2005 10:15

Fim : 25/05/2005 13:05

Data: 27/05/2005
Hora: 11:05

Total de Presentes : 347

	Partido	Bloco
RORAIMA		
001 - Alceste Almeida	PMDB	
002 - Dr. Rodolfo Pereira	PDT	
004 - Luciano Castro	PL	PL/PSL
005 - Maria Helena	PPS	
007 - Pastor Frankembergen	PTB	
Presentes Roraima: 5		
AMAPÁ		
573 - Badu Picanço	PL	PL/PSL
012 - Dr. Benedito Dias	PP	
011 - Gervásio Oliveira	PMDB	
015 - Hélio Esteves	PT	
Presentes Amapá: 4		
PARÁ		
019 - Anivaldo Vale	PSDB	
020 - Asdrubal Bentes	PMDB	
027 - José Priante	PMDB	
029 - Josué Bengtson	PTB	
028 - Nicias Ribeiro	PSDB	
030 - Paulo Rocha	PT	
032 - Raimundo Santos	PL	PL/PSL
023 - Wladimir Costa	PMDB	
025 - Zé Geraldo	PT	
Presentes Pará: 9		
AMAZONAS		
038 - Átila Lins	PPS	
041 - Humberto Michiles	PL	PL/PSL
042 - Lupércio Ramos	PMDB	
043 - Pauderney Avelino	PFL	
039 - Silas Câmara	PTB	
040 - Vanessa Grazziotin	PCdoB	
Presentes Amazonas: 6		
RONDÔNIA		
044 - Agnaldo Muniz	PP	
048 - Eduardo Valverde	PT	
013 - Hamilton Casara	PL	PL/PSL
049 - Miguel de Souza	PL	PL/PSL
	Partido	Bloco
RONDÔNIA		
046 - Nilton Capixaba	PTB	
Presentes Rondonia: 5		

ACRE

052 - Henrique Afonso	PT	
053 - João Correia	PMDB	
549 - João Tota	PL	PL/PSL
054 - Júnior Betão	PL	PL/PSL
057 - Nilson Mourão	PT	
058 - Ronivon Santiago	PP	
059 - Zico Bronzeado	PT	
Presentes Acre: 7		

TOCANTINS

587 - Ana Alencar	PSDB	
061 - Darci Coelho	PP	
060 - Eduardo Gomes	PSDB	
062 - Homero Barreto	PTB	
067 - Pastor Amarildo	PMDB	
066 - Ronaldo Dimas	PSDB	
Presentes Tocantins: 6		

MARANHÃO

070 - César Bandeira	PFL	
071 - Costa Ferreira	PSC	
075 - Gastão Vieira	PMDB	
072 - João Castelo	PSDB	
076 - Luciano Leitoa	PSB	
079 - Paulo Marinho	PL	PL/PSL
080 - Pedro Fernandes	PTB	
082 - Pedro Novais	PMDB	
083 - Remi Trinta	PL	PL/PSL
086 - Sebastião Madeira	PSDB	
081 - Terezinha Fernandes	PT	
084 - Wagner Lago	PP	
Presentes Maranhão: 12		

CEARÁ

586 - André Figueiredo	PDT	
087 - Aníbal Gomes	PMDB	
583 - Antenor Naspolini	PSDB	
091 - Antonio Cambraia	PSDB	
092 - Ariosto Holanda	PSDB	
088 - Bismarck Maia	PSDB	
541 - Gonzaga Mota	PSDB	
567 - Gorete Pereira	PL	PL/PSL
093 - João Alfredo	PT	
096 - José Linhares	PP	
097 - José Pimentel	PT	
098 - Léo Alcântara	PSDB	
099 - Marcelo Teixeira	PMDB	
550 - Mauro Benevides	PMDB	
		Partido
		Bloco

CEARÁ

101 - Moroni Torgan	PFL	
106 - Pastor Pedro Ribeiro	PMDB	
107 - Vicente Arruda	PSDB	
108 - Zé Gerardo	PMDB	
Presentes Ceará: 18		

PIAUÍ

109 - Átila Lira	PSDB
111 - B. Sá	PPS
112 - Ciro Nogueira	PP
110 - Marcelo Castro	PMDB
115 - Moraes Souza	PMDB
117 - Mussa Demes	PFL
554 - Nazareno Fonteles	PT
118 - Paes Landim	PTB
Presentes Piauí: 8	

RIO GRANDE DO NORTE

119 - Álvaro Dias	PDT
120 - Betinho Rosado	PFL
121 - Fátima Bezerra	PT
123 - Henrique Eduardo Alves	PMDB
122 - Nélio Dias	PP

Presentes Rio Grande do Norte: 5**PARAÍBA**

134 - Domiciano Cabral	PSDB
131 - Lúcia Braga	PMDB
133 - Luiz Couto	PT
542 - Marcondes Gadelha	PTB
136 - Wellington Roberto	PL
137 - Wilson Santiago	PMDB

Presentes Paraíba: 6**PERNAMBUCO**

142 - André de Paula	PFL
152 - Carlos Eduardo Cadoca	PMDB
141 - Fernando Ferro	PT
143 - Gonzaga Patriota	PSB
145 - Inocêncio Oliveira	PMDB
561 - Jorge Gomes	PSB
147 - José Chaves	PTB
150 - José Múcio Monteiro	PTB
151 - Luiz Piauhylino	PDT
161 - Marcos de Jesus	PL
138 - Maurício Rands	PT
146 - Pastor Francisco Olímpio	PSB
148 - Paulo Rubem Santiago	PT
153 - Pedro Corrêa	PP
157 - Renildo Calheiros	PCdoB
159 - Roberto Magalhães	PFL
160 - Severino Cavalcanti	PP

Partido Bloco**Presentes Pernambuco: 17****ALAGOAS**

166 - Givaldo Carimbão	PSB
165 - João Lyra	PTB
169 - José Thomaz Nonô	PFL
557 - Jurandir Boia	PDT
171 - Olavo Calheiros	PMDB
170 - Rogério Teófilo	PPS

Presentes Alagoas: 6

SERGIPE

176 - Cleonâncio Fonseca	PP
570 - Ivan Paixão	PPS
175 - Jorge Alberto	PMDB
178 - José Carlos Machado	PFL
Presentes Sergipe: 4	

BAHIA

180 - Alice Portugal	PCdoB
181 - Antonio Carlos Magalhães Neto	PFL
183 - Aroldo Cedraz	PFL
184 - Colbert Martins	PPS
187 - Coriolano Sales	PFL
188 - Daniel Almeida	PCdoB
191 - Félix Mendonça	PFL
193 - Geddel Vieira Lima	PMDB
195 - Guilherme Menezes	PT
196 - Jairo Carneiro	PFL
198 - João Almeida	PSDB
199 - João Leão	PL
202 - José Carlos Aleluia	PFL
197 - José Carlos Araújo	PFL
203 - José Rocha	PFL
206 - Jutahy Junior	PSDB
182 - Luiz Bassuma	PT
205 - Luiz Carreira	PFL
207 - Marcelo Guimarães Filho	PFL
210 - Mário Negromonte	PP
208 - Milton Barbosa	PFL
214 - Paulo Magalhães	PFL
212 - Pedro Irujo	PL
215 - Severiano Alves	PDT
218 - Walter Pinheiro	PT
216 - Zelinda Novaes	PFL
217 - Zezéu Ribeiro	PT
Presentes Bahia: 27	

MINAS GERAIS

576 - Ademir Camilo	PL
591 - Ana Guerra	PT
221 - Bonifácio de Andrada	PSDB
224 - Cabo Júlio	PMDB
	Partido
	Bloco

MINAS GERAIS

521 - Carlos Mota	PL
225 - César Medeiros	PT
527 - Cleuber Carneiro	PTB
228 - Custódio Mattos	PSDB
231 - Edmar Moreira	PL
230 - Eduardo Barbosa	PSDB
236 - Geraldo Thadeu	PPS
234 - Gilmar Machado	PT
531 - Ibrahim Abi-Ackel	PP
237 - Isaías Silvestre	PSB
	--
238 - Ivo José	PI
240 - Jaime Martins	PL
	PL/PSL

242 - João Magno	PT	
246 - João Paulo Gomes da Silva	PL	PL/PSL
241 - José Militão	PTB	
249 - José Santana de Vasconcellos	PL	PL/PSL
250 - Júlio Delgado	PPS	
251 - Leonardo Mattos	PV	
253 - Leonardo Monteiro	PT	
243 - Lincoln Portela	PL	PL/PSL
254 - Marcello Siqueira	PMDB	
247 - Márcio Reinaldo Moreira	PP	
244 - Maria do Carmo Lara	PT	
572 - Maria Lúcia Cardoso	PMDB	
262 - Mário Assad Júnior	PL	PL/PSL
267 - Mário Heringer	PDT	
248 - Narcio Rodrigues	PSDB	
269 - Odair Cunha	PT	
256 - Osmânia Pereira	PTB	
257 - Paulo Delgado	PT	
258 - Rafael Guerra	PSDB	
272 - Reginaldo Lopes	PT	
261 - Roberto Brant	PFL	
260 - Romeu Queiroz	PTB	
265 - Saraiva Felipe	PMDB	
266 - Sérgio Miranda	PCdoB	
560 - Vadinho Baião	PT	
264 - Virgílio Guimarães	PT	
271 - Vittorio Medioli	PV	
Presentes Minas Gerais: 43		
ESPIRITO SANTO		
274 - Feu Rosa	PP	
273 - Iriny Lopes	PT	
580 - Jair de Oliveira	PMDB	
275 - Manato	PDT	
277 - Marcelino Fraga	PMDB	
280 - Neucimar Fraga	PL	PL/PSL
279 - Nilton Baiano	PP	
281 - Renato Casagrande	PSB	
	Partido	Bloco
ESPIRITO SANTO		
282 - Rose de Freitas	PMDB	
Presentes Espírito Santo: 9		
RIO DE JANEIRO		
284 - Alexandre Cardoso	PSB	
285 - Alexandre Santos	PMDB	
286 - Almerinda de Carvalho	PMDB	
283 - Almir Moura	S.Part.	
571 - André Costa	PT	
292 - Antonio Carlos Biscaia	PT	
532 - Carlos Nader	PL	PL/PSL
290 - Carlos Santana	PT	
295 - Chico Alencar	PT	
300 - Eduardo Cunha	PMDB	
307 - Eduardo Paes	PSDB	

301 - Elaine Costa	PTB
296 - Fernando Gabeira	PV
304 - Fernando Lopes	PMDB
539 - Itamar Serpa	PSDB
302 - Jair Bolsonaro	PP
293 - João Mendes de Jesus	PSL
310 - Jorge Bittar	PT
305 - José Divino	PMDB
306 - Josias Quintal	PMDB
308 - Juiza Denise Frossard	PPS
311 - Laura Carneiro	PFL
312 - Leonardo Picciani	PMDB
313 - Luiz Sérgio	PT
318 - Nelson Bornier	PMDB
319 - Reinaldo Betão	PL
325 - Renato Cozzolino	S.Part.
322 - Rodrigo Maia	PFL
328 - Vieira Reis	PMDB
Presentes Rio de Janeiro: 29	

SÃO PAULO

330 - Alberto Goldman	PSDB
332 - Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB
334 - Antonio Carlos Pannunzio	PSDB
336 - Arlindo Chinaglia	PT
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB
338 - Carlos Sampaio	PSDB
344 - Celso Russomanno	PP
597 - Chico Sardelli	PFL
345 - Coraúci Sobrinho	PFL
342 - Devanir Ribeiro	PT
346 - Dimas Ramalho	PPS
578 - Edinho Montemor	PL
352 - Elimar Máximo Damasceno	PRONA
353 - Enéas	PRONA
	Partido
	Bloco

SÃO PAULO

355 - Ildeu Araujo	PP
359 - Ivan Valente	PT
362 - Jamil Murad	PCdoB
363 - Jefferson Campos	PMDB
335 - João Batista	PFL
361 - João Paulo Cunha	PT
366 - José Eduardo Cardozo	PT
367 - José Mentor	PT
368 - Jovino Cândido	PV
369 - Julio Semeghini	PSDB
370 - Lobbe Neto	PSDB
372 - Luciano Zica	PT
341 - Luiz Antonio Fleury	PTB
375 - Luiz Carlos Santos	PFL
376 - Luiz Eduardo Greenhalgh	PT
371 - Luiza Erundina	PSB
585 - Marcelo Barbieri	PMDB
377 - Marcelo Ortiz	PV

378 - Marcos Abramo	PFL	
526 - Mariângela Duarte	PT	
373 - Medeiros	PL	PL/PSL
381 - Nelson Marquezelli	PTB	
384 - Professor Irapuan Teixeira	PP	
388 - Professor Luizinho	PT	
391 - Roberto Gouveia	PT	
386 - Robson Tuma	PFL	
533 - Rubinelli	PT	
387 - Salvador Zimbaldi	PTB	
581 - Silvio Torres	PSDB	
389 - Telma de Souza	PT	
393 - Valdemar Costa Neto	PL	PL/PSL
394 - Vanderlei Assis	PP	
396 - Vicentinho	PT	
579 - Walter Barelli	PSDB	
562 - Zarattini	PT	
Presentes São Paulo: 49		
MATO GROSSO		
399 - Carlos Abicalil	PT	
400 - Celcita Pinheiro	PFL	
592 - Thais Barbosa	PMDB	
Presentes Mato Grosso: 3		
DISTRITO FEDERAL		
408 - Alberto Fraga	S.Part.	
411 - Jorge Pinheiro	PL	PL/PSL
409 - José Roberto Arruda	PFL	
410 - Maninha	PT	
547 - Osório Adriano	PFL	
412 - Sigmarinha Seixas	PT	
	Partido	Bloco
DISTRITO FEDERAL		
414 - Tatico	PL	PL/PSL
525 - Wasny de Roura	PT	
Presentes Distrito Federal: 8		
GOIÁS		
415 - Carlos Alberto Leréia	PSDB	
422 - Luiz Bittencourt	PMDB	
423 - Neyde Aparecida	PT	
565 - Pedro Canedo	PP	
428 - Pedro Chaves	PMDB	
429 - Ronaldo Caiado	PFL	
425 - Rubens Otoni	PT	
426 - Sandes Júnior	PP	
431 - Sandro Mabel	PL	PL/PSL
430 - Vilmar Rocha	PFL	
Presentes Goiás: 10		
MATO GROSSO DO SUL		
432 - Antônio Carlos Biffi	PT	
434 - Antonio Cruz	PP	
435 - Geraldo Resende	PPS	
433 - João Grandão	PT	
436 - Murilo Zauith	PFL	
439 - Waldemir Moka	PMDB	
Presentes Mato Grosso do Sul: 6		

PARANÁ

440 - Abelardo Lupion	PFL	
441 - Affonso Camargo	PSDB	
556 - Airton Roveda	PTB	
442 - André Zacharow	PSB	
460 - Dra. Clair	PT	
466 - Giacobo	PL	PL/PSL
450 - Gustavo Fruet	PSDB	
448 - Hermes Parcianello	PMDB	
455 - Iris Simões	PTB	
451 - José Borba	PMDB	
452 - José Janene	PP	
454 - Luiz Carlos Hauly	PSDB	
462 - Moacir Micheletto	PMDB	
463 - Osmar Serraglio	PMDB	
465 - Ricardo Barros	PP	
596 - Vitorassi	PT	

Presentes Paraná: 16

SANTA CATARINA

	Partido	Bloco
471 - Adelor Vieira	PMDB	
476 - Carlito Merss	PT	
470 - Edinho Bez	PMDB	
478 - Fernando Coruja	PPS	
472 - Ivan Ranzolin	PP	
474 - João Pizzolatti	PP	

SANTA CATARINA

475 - Jorge Boeira	PT
482 - Paulo Afonso	PMDB
483 - Paulo Bauer	PFL
484 - Vignatti	PT
485 - Zonta	PP

Presentes Santa Catarina: 11

RIO GRANDE DO SUL

486 - Adão Pretto	PT
489 - Augusto Nardes	PP
495 - Eliseu Padilha	PMDB
493 - Enio Bacci	PDT
496 - Érico Ribeiro	PP
519 - Francisco Appio	PP
497 - Francisco Turra	PP
498 - Henrique Fontana	PT
506 - Luciana Genro	S.Part.
500 - Luis Carlos Heinze	PP
575 - Marco Maia	PT
520 - Milton Cardias	PTB
507 - Nelson Proença	PPS
511 - Orlando Desconsi	PT
509 - Osvaldo Biolchi	PMDB
512 - Pastor Reinaldo	PTB
515 - Tarésio Zimmermann	PT
516 - Yeda Crusius	PSDB

Presentes Rio Grande do Sul: 18

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – As listas de presença acusam o comparecimento de 63 Senadores e 347 Deputados. Há, portanto, número regimental.

Declaro aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Sobre a mesa expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Deputado Inocêncio Oliveira.

É lido o seguinte:

"Requerimento nº 3, de 2005-CN (dos Senhores José Agripino, Arthur Virgílio, José Jorge, Rodrigo Maia, Alberto Goldman, José Carlos Aleluia e outros)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos".

Foram confirmadas 254 assinaturas na Câmara dos Deputados. Não conferem 4 assinaturas. Repetidas, 32 assinaturas. Ilegível, 1 assinatura. Retiradas, 6 assinaturas.

Portanto, na Câmara dos Deputados estão confirmadas 254 assinaturas.

No Senado Federal, foram confirmadas 51 assinaturas.

É o seguinte o requerimento lido:

REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005-CN

(Dos Senhores José Agripino, Arthur Virgílio, José Jorge, Rodrigo Maia, Alberto Goldman, José Carlos Aleluia e outros)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Senhor Presidente:

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e na forma do art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a instituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta de 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) Deputados, e igual número de suplentes de cada uma das duas Casas, com a finalidade de apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta dias), responsabilidades pelos atos delituosos denunciados pela revista Veja que teriam sido praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A Revista Veja, em sua edição nº 1.905, ano 38 – nº 20, de 18 de maio de 2005, publicou sob o título "O Homem-chave do PTB – Maurício Marinho, dire-

tor dos Correios, foi filmado e gravado embolsando um pacote de dinheiro dado por um corruptor, reportagem exibindo transcrições de fita de vídeo onde Maurício Marinho recebe R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de adiantamento, de dois empresários interessados em informações sobre como fornecer material de informática aos Correios e revela a existência de um esquema de corrupção na empresa.

Maurício Marinho diz, na reportagem, que esquema semelhante ao existente na diretoria de Administração dos Correios seria montado na Diretoria de Tecnologia, e teria feito, ainda, referências à existência de esquemas semelhantes em outras estatais.

A íntegra da reportagem, a seguir transcrita, revela outros indícios de atos e fatos delituosos envolvendo escalões superiores da Administração Pública em desvios, da maior gravidade, que requerem apuração imediata com os instrumentos do devido processo legal de apuração presentes na Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que ora requeremos.

Diz a revista **Veja**:

"O homem-chave do PTB – O caso que se vai ler e ver (e ouvir em www.veja.com.br) é um microcosmo da corrupção no Brasil. Dá arrepios pensar que a mesma coisa está ocorrendo agora em milhares de outras repartições, prefeituras, câmaras municipais. Policarpo Junior.

Maurício Marinho, diretor dos Correios, foi filmado e gravado embolsando um pacote de dinheiro dado por um corruptor.

O Deputado Roberto Jefferson, presidente do PTB, e Marinho, o corrupto pego com a mão na massa: "acertos"

Maurício Marinho – A gente procura agora ter muito cuidado com telefone, falar o mínimo possível. (...) Uns têm escritório, a gente vai direto no escritório. Para evitar conversa, para evitar problema.

Interlocutor 1 – É que eu achei que era o contrário. Eu achei que ia ser problema entregar aqui o dinheiro.

Maurício Marinho – Aqui é mais seguro que lá fora, aqui não tem problema.

(Nisso, um dos interlocutores saca o dinheiro e estende o maço a Maurício Marinho, enquanto outro interlocutor explica o significado desse pagamento.)

Interlocutor 2 – Eu queria trazer para você o valor inteiro...

Maurício Marinho – Entendi, entendi.

Interlocutor 2 – É só para assegurar aquela conversa que a gente tá tendo...

Maurício Marinho – Tá jóia!

Interlocutor 2 – É uma questão até de estratégia, você vai entender isso. (...) Agora fica mais simples a

gente fazer o resto. Entenda isso como um sinal, um agradecimento a boa vontade.

Maurício Marinho – Não tem erro.

Há uma cena recorrente na política nacional: são os políticos disputando, com unhas e dentes, a ocupação de cargos em todos os níveis de governo, da Esplanada dos Ministérios às câmaras municipais. Agora mesmo, uma parte do PMDB tem feito tudo para complicar a vida do Palácio do Planalto porque não conseguiu emplacar seu candidato a diretor de engenharia da Eletronorte, uma das grandes estatais elétricas do país, cujo patrimônio chega perto de 10 bilhões de reais. Por quê? Por que os políticos fazem tanta questão de ter cargos no governo? Para uns, o cargo é uma forma de ganhar visibilidade diante do eleitor e, assim, facilitar o caminho para as urnas. Para outros, é um instrumento eficaz para tirar do papel uma idéia, um projeto, uma determinada política pública. Esses são os políticos bem-intencionados. Há, porém, uma terceira categoria formada por políticos desonestos que querem cargos apenas para fazer negócios escusos – cobrar comissões, beneficiar amigos, embolsar propinas, fazer caixa dois, enriquecer ilicitamente. Quem tem intimidade com o poder em Brasília sabe que esses casos não são exceção – e em alguns bolsões de corrupção são até mesmo a regra. Raro, mesmo, é flagrar um deles em pleno vôo. Foi o que VEJA conseguiu na semana passada.

Há um mês, dois empresários estiveram no prédio central dos Correios, em Brasília. Queriam saber o que deveriam fazer para entrar no seletivo grupo de empresas que fornecem equipamentos de informática à estatal. Foram à sala de Maurício Marinho, 52 anos, funcionário dos Correios há 28, que desde o fim do ano passado chefia o departamento de contratação e administração de material da empresa. Marinho foi objetivo na resposta à indagação dos empresários. Disse que, para entrar no rol de fornecedores da estatal, era preciso pagar propina. “Um acerto”, na linguagem do servidor. Os empresários, sem que Marinho soubesse, filmaram a conversa. A fita, à qual **Veja** teve acesso, tem uma hora e 54 minutos de duração. É uma aula de corrupção, arrematada por uma cena lapidar: os empresários, a título de adiantamento de propina, colocam sobre a mesa um maço de 3000 reais, Marinho pega o bolo de dinheiro, olha rapidamente e, sem conferir, coloca-o no bolso esquerdo de seu paletó. Antes e depois de embolsar os 3000 reais de entrada, Marinho narra detalhes operacionais dos

esquemas que patrocina nos Correios. Conta em que negócios é mais fácil roubar, quais os porcentuais de propina mais adequados para cada negócio e como os pagamentos podem ser feitos. “Várias formas”, ensina. “Dólares, euros, tem esquema de entrega em hotéis. Se é em reais, tem gente que faz ordem de pagamento, abre conta.”

Nos trechos mais relevantes da conversa, Maurício Marinho explica que está ali em nome de um partido, o PTB, e sob ordens de um político, o deputado Roberto Jefferson, presidente do PTB. “Ele me dá cobertura, fala comigo, não manda recado”, diz Marinho, mostrando toda sua intimidade com o cardeal petebista. “Eu não faço nada sem consultar. Tem vez que ele vem do Rio de Janeiro só para acertar um negócio. Ele é doidão.” Em entrevista a **VEJA**, concedida através de uma ligação de celular, Marinho disse que não é filiado a nenhum partido e alegou que mal conhece Roberto Jefferson, a quem teria encontrado só duas vezes. “Uma vez no aeroporto e outra num evento, há um ano, alguma coisa do partido” disse ele. Na fita, a realidade é outra. Marinho chefia um departamento subordinado à diretoria de administração dos Correios. Desde o ano passado, o diretor de administração é Antonio Osório Batista, ex-deputado do PTB da Bahia, que chegou ao cargo por indicação de Roberto Jefferson. Na conversa gravada, Marinho conta que o diretor, um assessor e ele próprio integram um mesmo grupo e executam uma mesma missão para um mesmo patrão.

“Nós somos três e trabalhamos fechado. Os três são designados pelo PTB, pelo Roberto Jefferson”, comenta o funcionário. “É uma composição com o governo. Nomeamos o diretor, um assessor e um departamento-chave. Eu sou o departamento-chave, lido que nós fechamos o partido fica sabendo.” Será que Maurício Marinho, querendo parecer mais importante do que de fato é, começou a inventar? **Veja** checou os episódios a que ele faz referência na conversa e, nos casos verificados, conclui-se que ele não tinha intenção alguma de projetar uma imagem falsa para seu interlocutor. A certa altura, ele conta que, depois de dois anos de luta, o PTB finalmente vai nomear o diretor de tecnologia dos Correios. “O novo diretor é da nossa agremiação. Quem vai cobrir a diretoria de tecnologia é o Fernando Bezerra, líder do PIB no Senado, com o apoio de Roberto Jefferson.” E quem será o diretor? “O Ezequiel”, diz Marinho. Na semana passada, o ministro das Comunicações, Eunício Oliveira,

confirmou a **Veja** que o novo diretor de tecnologia será Ezequiel Ferreira de Souza. “Recebi da Casa Civil a determinação de trocar o diretor de tecnologia por uma indicação do PTB, feita pelo senador Fernando Bezerra”, informou o ministro. Bingo.

Em outro trecho, Marinho fala sobre um projeto dos Correios para fornecer medicamentos mais baratos a seus funcionários. Diz que haverá uma licitação para contratar a empresa que se encarregará de comprar remédios e credenciar farmácias. “É uma brincadeirinha de 60 milhões de reais”, contabiliza Marinho. Ele diz ainda que o edital foi preparado por sua turma de tal forma que as vencedoras sejam quatro empresas indicadas por políticos amigos. “Nós temos de atender às quatro que vieram indicadas pelo deputado A e pelo senador B”, afirma. “Ele (refere-se ao diretor de recursos humanos, indicado pelo PMDB da Paraíba) é que vai fechar a participação. O acerto é dele. Dessa participação dele, vai uma parte para o nosso partido. A licitação vai estar saindo nos próximos dias”, completou. Na semana passada, apareceu no site dos Correios o edital de convocação para empresas interessadas em participar da licitação de 60 milhões de reais. Bingo, de novo.

Quando narra o empenho no esquema do deputado Roberto Jefferson, o homem que lhe dá cobertura e não manda recado, Marinho também não parece fantasiar. **Veja** ouviu um ex-freqüentador da alcova petebista, que já ocupou alto cargo federal por indicação do partido. Pedindo para não ter sua identidade revelada, ele conta que Roberto Jefferson promove reuniões periódicas com seus indicados para avaliar resultados financeiros. “Chega a ser constrangedor. Nas reuniões se fala abertamente das possibilidades de negócio, de quanto vai render e de como será feita a distribuição do dinheiro. Não há meias palavras”, diz. Há casos em que são fixadas até metas. No fim do ano passado, por exemplo, o diretor de uma estatal controlada pelo PIB recebeu a visita do corretor de seguros Henrique Brandão, amigão de Roberto Jefferson. Na visita, Brandão disse ao diretor que, a partir daquela data, ele tinha de arrecadar 400000 reais mensais para o PTB. Até ensinou como: fazer acordos com credores dispostos a pagar comissão sobre o que recebessem. Procurado por **Veja**, Henrique Brandão, cujo escritório no Rio de Janeiro abriga uma peculiar coleção de 200 corujas empalhadas, confirmou que é amigo de Roberto Jefferson, mas disse

que suas incursões políticas se limitam a defender os interesses dos corretores de seguros.

Fundado em 1945 pelo presidente Getúlio Vargas, o PTB de hoje não mantém nem parentesco distante com sua origem trabalhista e seu discurso nacionalista. Sufocado na ditadura militar (1964-1985), o partido só voltou ao cenário político nos anos 80 e, na década seguinte, aliou-se ao então presidente Fernando Collor, levado pelas mãos de José Carlos Martinez, morto num desastre aéreo. O deputado Roberto Jefferson, que é filiado ao PTB há mais de vinte anos, celebrizara-se pelo empenho com que integrou a tropa de choque de Collor. Desde o impeachment, o PTB participa de todos os governos, sempre beliscando um cargo aqui, outro cargo ali. Agora, no governo petista, porém, adquiriu força e vigor ímpares. Estima-se que o PIB tenha hoje cerca de 2 000 cargos de confiança no governo, mesma cifra sob controle do PL do vice-presidente José Alencar. O mais vistoso é o Ministério do Turismo, ocupado por Walfrido Mares Guia, cujo orçamento é de 1 bilhão de reais. Mas, além do ministro, o PTB tem outros cargos valiosos.

Nos escalões superiores, os petebistas ocupam mais de uma dúzia de cargos. Entre eles, há potências como a presidência da Eletronorte, ocupada pelo correntista Roberto Salmeron. Uma das três maiores estatais elétricas do país, a Eletronorte tem mais de 5000 funcionários e um orçamento de 940 milhões de reais. O PTB também cravou sua bandeira na gorda diretoria financeira da Transpetro, que cuida da frota que transporta o petróleo brasileiro e tem 350 milhões de dólares em investimento. O diretor financeiro da Transpetro, Álvaro Gaudêncio Neto, também faz parte da comissão que comanda a licitação para a compra de 42 petroleiros, aquisição de 1,9 bilhão de dólares. O PTB tem, ainda, a diretoria de operações e logística da BR Distribuidora, ocupada por Fernando Cunha, pela qual passam negócios de mais de 800 milhões de reais por ano. Somando-se os cargos de alto escalão, incluindo uma portentosa vice-presidência da Caixa Econômica Federal, o partido tem sob seu comando 14,5 bilhões de reais – fortuna equivalente à metade do PIB do Uruguai.

Com tanto terreno ocupado no governo petista, o PTB já protagonizou outros casos de corrupção. Em julho de 2003, seu indicado para a diretoria financeira do Departamento de Infra-estrutura de Transportes, Sérgio Pimentel, foi demitido sob a suspeita de que vinha cobrando propina para liberar pagamentos do

órgão. Em setembro do ano passado, o PTB apareceu no centro de outro escândalo. VEJA noticiou que o PI comprara o apoio do PTB, pagando 150000 reais a cada deputado. O homem da mala, que se encarregou de levar a primeira parcela do pagamento aos deputados, foi o senhor Emerson Palmieri, que já foi tesoureiro do PTB. Palmieri é personagem tarimbado em histórias esquisitas. Em 2002, quando o jornal Folha de S.Paulo revelou a existência de um caixa dois do então prefeito de Curitiba, Cassio Taniguchi, Palmieri aparecia como beneficiário de 560000 reais. Palmieri era um dos coordenadores da campanha presidencial de Ciro Gomes, que o afastou depois do escândalo. Hoje, reabilitado pelo PT, ele é diretor de administração e finanças da Embratur, cargo que controla 165 milhões de reais. O que andará fazendo Palmieri com poder sobre tanto dinheiro público? Ninguém perde por esperar.

Na origem da praga da corrupção no governo estão os 25000 cargos de confiança no governo federal, que são ocupados por indicação política. Estima-se que, do total, os petistas ocupem 16000 cargos. Os outros 9000 estão sob o controle dos partidos aliados. Se, por hipótese, 95% dos que batalharam para ocupar esses postos foram movidos por objetivos íntegros, pelo interesse de fazer política à luz do dia e executar idéias defendidas nos programas de seus partidos, ainda assim haveria 1250 cargos nas mãos de pilantras. É uma floresta de cargos. A forma mais eficaz de evitar que esse festival de irregularidades prossiga é reduzir o número monumental de 25000 cargos de preenchimento político – todos eles, um a um, controlados pelo chefe da Casa Civil, o ministro José Dirceu. Na Inglaterra, cada novo governo dispõe de algo em torno de 100 cargos para preencher. Na França, o número não passa de 1000. Nos Estados Unidos, são 5000. “A superdimensão da patronagem no Brasil gera distorções perigosas, abre a porta para a corrupção, para o nepotismo e quebra a rotina da administração, o que aumenta a ineficiência do Estado e os gastos públicos”, analisa o cientista político Jairo Nicolau, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, o Iuperj.

As intenções espúrias são tão escancaradas que, nos últimos anos, até os cargos preferidos foram mudando – e sempre por razões pecuniárias. No primeiro governo tucano, por exemplo, os alvos prediletos eram estatais com farta carteira de investimentos e aquelas que seriam objeto de privatização. Atualmente,

em função do rígido ajuste fiscal implementado pelo ministro Antonio Palocci, o interesse dos políticos migrou para cargos que ficam fora do alcance do contingenciamento do Orçamento. É o caso da Eletronorte, Furnas, Correios, Itaipu, Infraero, Petrobrás, todas empresas com autonomia orçamentária. Antes, o Ministério dos Transportes e suas autarquias eram cobiçadíssimos pelos políticos – tanto que, nessa área, havia um feudo indomável do PMDB. Era uma época em que esses órgãos recebiam cerca de 50% do que se previa no Orçamento. Hoje, os políticos nem falam mais de órgãos nos Transportes. Examinando-se o Orçamento, descobre-se por que: a liberação orçamentária atualmente mal passa de 10%. Entre os cargos preferidos hoje, incluem-se ainda postos nos ministérios da Saúde e da Educação. Só porque administram verbas cujo repasse é obrigatório.

Com um punhado de cargos e montanhas de dinheiro, o PTB, mesmo assim, não está satisfeito com seu quinhão no governo. No vídeo em que achaca dois empresários, Maurício Marinho diz que o esquema ainda é malfeito. “O partido é muito desorganizado”, reclama. Para enfrentar as próximas eleições, ele defende que a logística da propina seja planejada com antecedência. “Nós temos de ver quantos vão ser os candidatos, o que é que vamos dar pra cada um, o que é que compete aos Correios, à Infraero, à Eletronorte, à Petrobrás.” Em tempo: o PTB tem apaginuados ocupando cargos em cada uma das quatro empresas citadas. Em seguida, Marinho conta seus planos de assumir, ele mesmo, uma diretoria dos Correios em abril do ano que vem, quando muitos deixarão os cargos para se candidatar nas eleições. Na semana passada, porém, quando VEJA já investigava o caso de corrupção em que se envolveu, Marinho foi afastado da chefia do departamento pelo diretor Osório Batista, o ex-líder do PTB baiano. “Ele é um profissional competente, com currículo espetacular”, diz Osório Batista. Então por que foi afastado do cargo? Problemas de saúde. “Sou diabético e estou tratando do fígado”, explicou Marinho. Será que o deputado Roberto Jefferson sabia disso? Procurado por VEJA, o deputado preferiu manter silêncio.

Com reportagem de Otávio Cabral e Alexandre Oltramari A quadrilha.

Aqui, Maurício Marinho descreve quem são os principais operadores do PTB dentro dos Correios:

“Nós somos três e trabalhamos fechado. Os três são designados pelo PIB, pelo Roberto Jefferson. É

uma composição com o governo. Nomeamos o diretor, um assessor e um departamento-chave. Eu sou departamento-chave. Tudo o que nós fechamos o partido fica sabendo”.

A democracia interna

Neste trecho, Maurício Marinho comenta como as informações sobre os “acertos” são partilhadas entre os membros da quadrilha: “Tudo o que é feito aqui tem a parte do presidente, do partido. (...) Nós temos que ver qual é o tipo de acerto. Tenho que comunicar a ele (refere-se a Roberto Jefferson), ao diretor (refere-se ao diretor de administração, Antonio Osório Batista). Todo mundo tem que participar sabendo o que está sendo feito”.

O chefe

Maurício Marinho deixa claro, aqui, que está a serviço do PTB e que seu chefe é o deputado Roberto Jefferson, presidente do partido:

“O PTB é que me dá cobertura. Ele (refere-se a Roberto Jefferson) me dá cobertura, fala comigo, não manda recado. (...) Eu não faço nada sem consultar. Tem vez que ele (Jefferson) vem do Rio de Janeiro só para acertar um negócio. Ele é doidão!”

Os homens do chefe

Nesta altura, Maurício Marinho conta quem são os dois principais auxiliares do presidente do PTB, o deputado Roberto Jefferson, e diz que a nomeação do irmão do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, pode significar um entrave para o esquema:

“As duas pessoas-chave dele são o Osório (refere-se ao diretor de administração dos Correios, Antonio Osório Batista) e o presidente da Eletronorte (refere-se a Roberto Garcia Salmeron). O único probleminha (na Eletronorte) que ele tá administrando é que colocaram como diretor de engenharia o irmão do Palocci”.

Os valores das propinas

Nesta passagem, Maurício Marinho explica que as propinas cobradas variam de 3% a 10%, dependendo do tipo de negócio em questão:

“Quando é pregão com alta concorrência, vou ser bem franco pra ti, é coisa pequena, de 3% a 5%. Em alguns casos, tem que subir 3% (refere-se à parte que vai para escalões superiores), fica 2%, isso dentro da empresa, isso é fechado. Quando é serviço, 10%. Consultoria é ajustado antes, a gente senta e conversa...”

As formas de pagamento

Maurício Marinho explica como as propinas que ele cobra podem ser pagas, deixando claro que todas as formas são igualmente aceitas:

“Aquilo que eu acerto é comigo. Eles (refere-se a quem paga as propinas) fazem de várias formas: dólares, euros, tem esquema de entrega em hotéis. Se é em reais, tem gente que faz ordem de pagamento, abre conta...”

O local de pagamento

Para tranquilizar seu interlocutor, Maurício Marinho explica que os “acertos” podem ser feitos em vários escalões dos Correios, mas adverte que é recomendável tomar “muito cuidado” para que as negociações fiquem sob sigilo:

“Tem gente que vem e acerta aqui, acerta lá. Não tem problema nenhum. (...) Vamos conversar mais ou menos às 18, depois das 18, que acabou o expediente e o pessoal vai embora, fica só a secretaria, depois vai embora também e acabou. Durante o dia é meio complicado. (...) A gente tem muito receio de determinadas reuniões fora daqui.”

Apenas um exemplo

Para dar uma idéia sobre a amplitude de seu trabalho, Maurício Marinho comenta que, encarregado de elaborar um edital, ele precisava direcioná-lo de modo a beneficiar as quatro empresas indicadas por parlamentares amigos. O edital prevê a compra de medicamentos a ser fornecidos aos servidores dos Correios:

“Nós temos que atender quatro. As quatro (empresas) que vieram indicadas por deputado A, senador B. Brincadeira de 60 milhões pra começar a conversa.”

Achaque organizado

Neste trecho, Maurício Marinho reclama que o PTB não rouba de forma organizada. Ele defende que cada indicado do partido no governo federal deveria saber exatamente sua meta de recolhimento de propinas:

“Estou preocupado com o ano que vem. O partido é desorganizado. (...) O que compete aos Correios, a Infraero, a Eletronorte, a Petrobras?”

Tamanho do esquema

Nesta frase, Maurício Marinho informa que os achaques do PTB, além de nos Correios, ocorrem em outras empresas públicas:

“Nós temos outras dezoito empresas de porte nacional.”

A previsão orçamentária referente aos gastos necessários ao funcionamento da Comissão fica estimada em R\$150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais).

Sala das Sessões, de de 2005. – Senador **José Agripino** – Arthur Virgílio – José Jorge – Deputado **Rodrigo Maia** – Alberto Goldman – José Carlos Aleluia.

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Edson EZEQUIEL	<i>Edson Ezequiel</i>	PMDB 748
José GASCÓN	<i>José Gascón</i>	65x
WILSON GOMES	<i>Wilson Gomes</i>	203
Walter Pinheiro	<i>Walter Pinheiro</i>	271
B. A.	<i>B. A.</i>	611
JURANDIR BOIA	<i>Jurandir Boia</i>	991
A.C. RAMOS	<i>A.C. Ramos</i>	403
VICENTE	<i>Vicente</i>	518
Nereu	<i>Nereu</i>	431
Conrado Mattos	<i>Conrado Mattos</i>	914
...	<i>...</i>	315
SÉRGIO CAIADO	<i>Sérgio Caiado</i>	206
Fernando Góes	<i>Fernando Góes</i>	332
MANO PASSOS	<i>Mano Passos</i>	332
GONÇALO NEVES	<i>Gonçalo Neves</i>	336
- Silviano Heitor	<i>Silviano Heitor</i>	405
60000 VÍGORA	<i>60000 Vígora</i>	559
Eduardo Góes	<i>Eduardo Góes</i>	306
Estival	<i>Estival</i>	446
...	<i>...</i>	PFL/PT
...	<i>...</i>	PSDB/PC
...	<i>...</i>	20
AMÉSSA GAGNON	<i>Amésssa Gagnon</i>	729
PAULO TEIXEIRA (PDR)	<i>Paulo Teixeira (PDR)</i>	548
INACIO	<i>Inácio</i>	582
...	<i>...</i>	Câmara Feira 852
...	<i>...</i>	...
...	<i>...</i>	528
INDÉ GUEVARA	<i>Indé Guevara</i>	938
JANEIRO	<i>Janeiro</i>	223

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

LUIZ CARLOS HAZU	A. J. H. Hause	220
CUSTÓDIO MATOS	Oppenheimer	417
J. ALEXIDA	H. C. P. Therape	652
AGMEN DES THAIE	DIA	624
Ronaldo Dino	Paribon	943
Schuyler Barber	VICENTE FREIDA	540
Paulo César Cobre	Wimke	603
Carlos ACOSTA	Guanabara	411
NILSON PINTO	Doyle Dane Bernbach	830
JUTAHY JUNIOR	Doyle Dane Bernbach	527
Ama Alencar	C. B. & E.	407
Brunock MARIA	Brundage	958
José Vito	Brundage	622
ANTONIA NASPOLINI	Brundage	718
Federal Express	Brundage	725
Poderoso Aragão	Brundage	956
Caetano	Brundage	260
Walter Bonelli	Brundage	581
Filho Tonas	Brundage	374
ROBERDO FREIRE	Brundage	585
Collet	Brundage	637
Luciano Leitão	Brundage	319
JHC Othono	Brundage	521
Minvaldo Vale	Brundage	223
Eugenio Freitas	Brundage	511
Díla Sime	Brundage	279
	Díla Sime	640

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<u>Fernando Collor</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	238
<u>Jair Messias Bolsonaro</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	231
<u>Eduardo Ribeiro</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	741
<u>Therinha Abílio</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	241
<u>Newton Lima</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	509
<u>Vicente Vaz</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	454
<u>Mendes da Silva</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	ses
<u>Américo Pachall</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	216
<u>Marcos Palmeira</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	31
<u>Paulo Hartung</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	807
<u>Adelmo Soárez</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	28
<u>Adelmo Soárez</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	1000
<u>Adelmo Soárez</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	275
<u>Adelmo Soárez</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	910
<u>Adelmo Soárez</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	228
<u>Adelmo Soárez</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	524
<u>Adelmo Soárez</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	710
<u>Adelmo Soárez</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	842
<u>Adelmo Soárez</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	901
<u>Rafael Guedes</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	239
<u>Dra. Elisa</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	463
<u>Elaine Costa</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	723
<u>Silvy Camargo</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	340
<u>Medeiros</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	946
<u>Lia Coutinho</u>	<u>Adelmo Soárez</u>	935

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>França</i>	<i>Ribeiro</i>	416
<i>Luis Carlos Mello</i>	<i>Roberto Pires</i>	960
<i>Nicolas Ribeiro</i>	<i>João Alves da Cunha</i>	526
<i>Antônio Camarota</i>	<i>Edmundo Sá</i>	278
<i>Umberto Nunes</i>	<i>Augusto Lau</i>	748
<i>Bento</i>	<i>Paulo Góes</i>	150
<i>Pau</i>	<i>Ademar Soárez</i>	722
<i>Moroni Torcato</i>	<i>Presidente</i>	346
	<i>Alfayate</i>	445
<i>Alvaro & Sá</i>		235
<i>Ivan Pizzolin</i>	<i>Edmundo Sá</i>	601

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>Requer</i>	<i>Barbosa Machado</i>	
<i>José Sá</i>	<i>Eduardo Paes</i>	
<i>Carlos Lacerda</i>	<i>Carlos Lacerda</i>	
<i>Imane</i>	<i>Imane</i>	
<i>Requer</i>	<i>Julio Medeiros</i>	707
<i>Requer</i>	<i>Edmundo Sá</i>	343
<i>Requer</i>	<i>Edmundo Sá</i>	741
<i>Requer</i>	<i>Edmundo Sá</i>	566
<i>Requer</i>	<i>Geraldo</i>	911
<i>Requer</i>	<i>Geraldo</i>	858
<i>Requer</i>	<i>Geraldo</i>	507
<i>Requer</i>	<i>José Alencastro</i>	504
<i>Requer</i>	<i>Waldemar</i>	827
<i>Requer</i>	<i>Leonardo Alencastro</i>	726

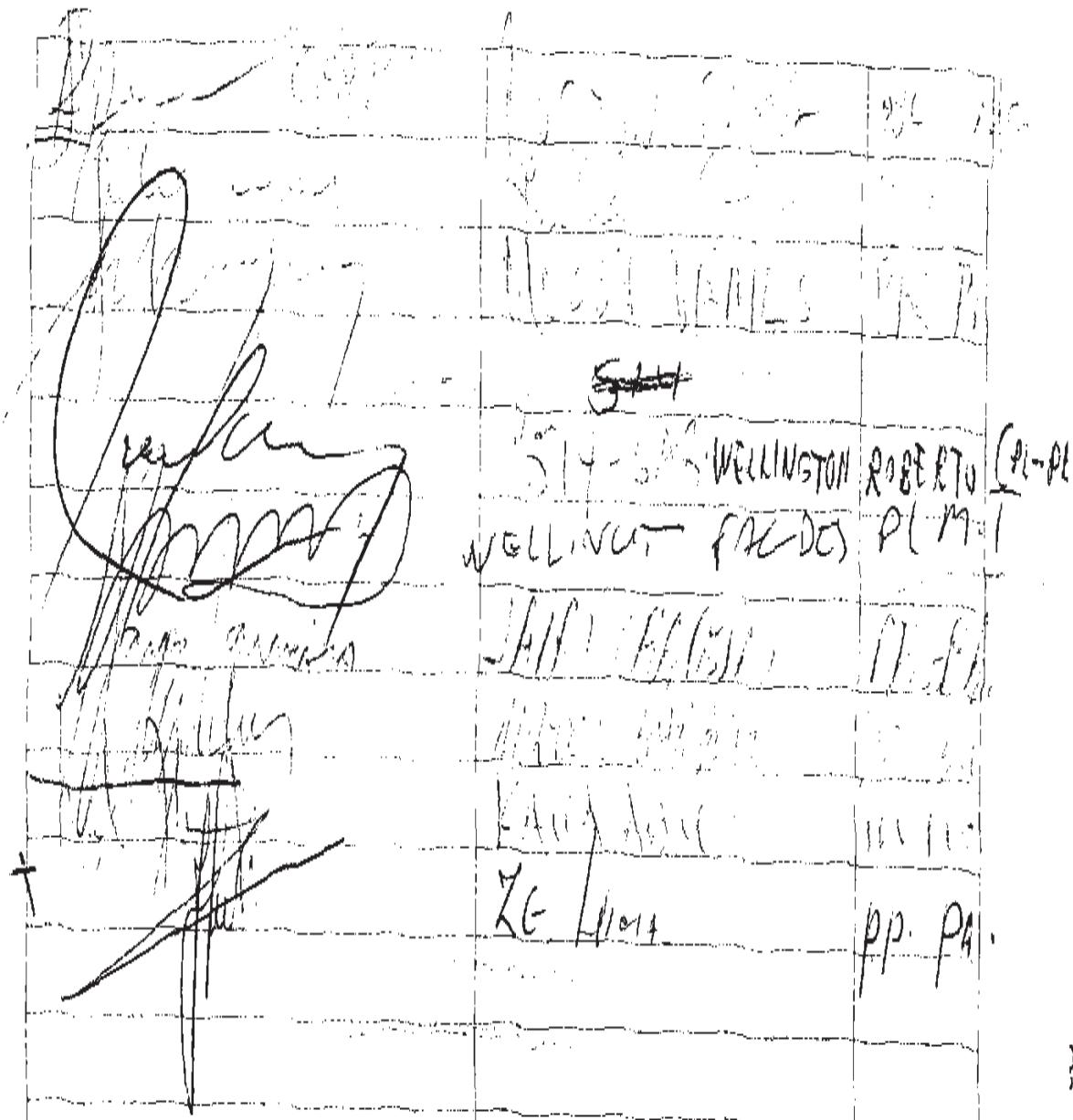
Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

ROSENTO BRANT	<i>(Assinatura)</i>	450
JOSÉ NOGUEIRAS	<i>(Assinatura)</i>	120
WILSON FLEURY	<i>(Assinatura)</i>	836
WILSON C. SANTOS	<i>(Assinatura)</i>	214
CORIOLANO SALES	<i>(Assinatura)</i>	BA
AUGUSTO RONDEAU	<i>(Assinatura)</i>	424
MARCOS GADENTIA	<i>(Assinatura)</i>	107
NEIVA MOREIRA	<i>(Assinatura)</i>	421
<i>Patt</i>		503
<i>Patt</i>		928
<i>Patt</i>		368
<i>Patt</i>		III
<i>Patt</i>		421

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>Jaime Pacheco</i>	<i>JOAQUIM BARBOSA</i>	<i>PSD</i>
<i>Jaime Pacheco</i>	<i>EDUARDO AZEVEDO</i>	<i>PSDB</i>
<i>Jaime Pacheco</i>	<i>Ernesto Saboia</i>	<i>PR</i>
<i>Jaime Pacheco</i>	<i>Edmílio Soárez</i>	<i>PTB</i>
<i>Jaime Pacheco</i>	<i>JOSE CARLOS MACHADO</i>	<i>PTC/SC</i>
<i>Jaime Pacheco</i>	<i>JULIA DENISE FRONSMAN</i>	<i>PPS/RJ</i>
<i>Jaime Pacheco</i>	<i>INÁCIO LEITÃO</i>	<i>PL-RJ</i>
<i>Jaime Pacheco</i>	<i>FELIX MENDES</i>	<i>PTB</i>
<i>Jaime Pacheco</i>	<i>RENATO RONCAGLIO</i>	<i>PT</i>
<i>Jaime Pacheco</i>	<i>GEOVÂNIA SILVA</i>	<i>PM/SC</i>
<i>Jaime Pacheco</i>	<i>JERÔMIO</i>	<i>PSDB/MS</i>

Requer a criação de Comissão Parlamentar
Mista de Inquérito para investigar as causas e
consequências de denúncias de atos delituosos
praticados por agentes públicos nos Correios -
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.



Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>José Boenaventura</i>	JORGE BOENAVENTURA	PT
<i>Eduardo Azeredo</i>	EDUARDO AZEREDO	PSDB
<i>Danielle Araújo</i>	Danielle Araújo	PFL
<i>Fernando da Falinha</i>	Fernando da Falinha	PPL/B
<i>Murilo Zanetti</i>	Murilo Zanetti	PR-L/MG
<i>Waldir Marques</i>	Waldir Marques	PMDB/BA
<i>Everaldo Reis</i>	Everaldo Reis	PMDB/TO
<i>Orys Lacerda</i>	Orys Lacerda	PTC-PI
<i>João Vitor Lobo</i>	João Vitor Lobo	PTB/CE
<i>Stiles Canaves</i>	Stiles Canaves	PTB/AM
<i>Geddel Vieira Lima</i>	Geddel Vieira Lima	PMDB/BA
<i>Paulo de Mello</i>	Paulo de Mello	PTI/RS
<i>Edmundo Braga</i>	Edmundo Braga	PT/L/MS
<i>Waldemar Braga</i>	Waldemar Braga	PT/ES
<i>Amorim Corrêa</i>	Amorim Corrêa	PT/RJ
<i>Wanderson Reis</i>	Wanderson Reis	PT/DF
<i>Edvaldo Soárez</i>	Edvaldo Soárez	PTC/SC
<i>Apóstolos Tufioni</i>	Apóstolos Tufioni	PTC-PR
<i>Andréa Zaffaroni</i>	Andréa Zaffaroni	PSB-PA
<i>Paulo Lima</i>	Paulo Lima	PMDB-SP
<i>Elvira Gómez</i>	Elvira Gómez	PTB-RO
<i>Myrton Monteiro</i>	Myrton Monteiro	PTB-RO
<i>Foram Boenaventura</i>	Foram Boenaventura	PT-SC
<i>WV Sueli</i>	WV Sueli	PFL
<i>Coralice Jobim</i>	Coralice Jobim	PFL-SP
<i>Jorge Alvim</i>	Jorge Alvim	PMDB/PR
<i>Esson Duarte</i>	Esson Duarte	PV/BA
<i>Antônio Vazquez</i>	Antônio Vazquez	PSB-RO
<i>Wuz Carrari</i>	Wuz Carrari	PPC-RO

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>José Roberto Góis</i>	<i>Jorge Bonfim</i>
<i>Marcos Pinto</i>	<i>EDUARDO AZERDO</i>
<i>José Geraldo Soárez</i>	<i>Fernando Sabino</i>
<i>Paulo Pimentel</i>	<i>ACM Neto</i>
<i>Alcides Carvalho</i>	<i>MURICO ZAVI + 4</i>
<i>Antônio Lins</i>	<i>JOSÉ CARLOS VASCONCILLO</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>ALBERTO BRAGA</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>EDUARDO AZERADO... PFL/DEM</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>FERNANDO SOÁREZ</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>A - Projeto</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>Cecília Vilas Boas</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>PFL/PR</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>PDT-SC</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>PSB</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>PTC/PE</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>PTC/PE</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>JOSÉ MENDONÇA BEZERRA</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>Vilmar Rossetti</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>PPC/GO</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>A.C.M. THAUM 624 PSD/SP</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>FÁBIO SOUZA</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>PFL-SP</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>J. A. Leonel</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>Renato Ribeiro</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>PM Ceará</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>558</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>OSVALDO COE DR - 444</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>Silviano Nobre</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>CPI/CDL/PTB/PR</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>Tomazinho</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>PFL/BA</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>PSD/PR</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>PT/SC</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>GERALDO THÁDEU PPS/MG</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>Wanderson</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>PPS/SC</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>PTC/SC</i>
<i>Antônio Pimentel</i>	<i>PTT/SC</i>

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>José Roberto Góis</i>	<i>Jorge Bonfim</i>	<i>EDUARDO AZERDO</i>
--------------------------	---------------------	-----------------------

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>Elisa Lucinda</i>	<i>Paulo Paim</i>	<i>Renato</i>
----------------------	-------------------	---------------

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>Laura Carneiro</i>	<i>Dra. Roseli</i>	<i>PFL-RJ</i>
-----------------------	--------------------	---------------

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>Antônio Carlos Biscaino</i>	<i>Adriane</i>	<i>414</i>
--------------------------------	----------------	------------

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>François</i>	<i>MORONI TORGAN</i>
<i>José Ribeiro Andrade</i>	<i>José Ribeiro Andrade</i>
<i>Vic Pires Franco</i>	<i>Vic Pires Franco</i>

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>Rodrigo Avelino</i>	<i>Amorim</i>	<i>260</i>
<i>CPLB 25/05/2005</i>	<i>(MADE)</i>	<i>172</i>

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>Paulo Gómez</i>	<i>Eduardo</i>	<i>415</i>
<i>Afonso Jacóvini</i>	<i>Seletor</i>	<i>432</i>
<i>Fernando Lopes</i>	<i>STC</i>	<i>536 (STC)</i>

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>Xico Spagnano</i>	<i>Xico</i>	<i>626</i>
----------------------	-------------	------------

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>Edson</i>	<i>PMDB</i>	<i>Reinaldo</i>
--------------	-------------	-----------------

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>José de Freitas</i>	<i>José de Freitas</i>	<i>805</i>
------------------------	------------------------	------------

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>Joaquim Francisco</i>	<i>Joaquim Francisco</i>	<i>425</i>
--------------------------	--------------------------	------------

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>Eduardo</i>	<i>ANTÔNIO LIMA</i>	<i>PPS</i>

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>DANI C. ALMEIDA</i>	<i>(Ass.)</i>	<i>312 Fiduciária</i>
<i>CARLOS NELLES</i>		<i>ex3</i>

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>Kelly Moraes</i>	<i>W. J. S.</i>	<i>714</i>
<i>Jair de Oliveira</i>	<i>M. G. S.</i>	<i>930</i>
<i>J. L. CORDEIRO</i>	<i>J. M. G. S.</i>	<i>353</i>
<i>MARCELLO SIBOLIBIT</i>	<i>J. M. G. S.</i>	<i>339</i>

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>Antônio Pimentel</i>	<i>225</i>
<i>Carlo Pinto</i>	<i>229 (PT-RE)</i>
<i>J. dos S. Barreto</i>	<i>733 (PTB-SE)</i>

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Almir Moisés	União	639
Rose de Fátsas	União	937
OLIVEIRA FILHO	União	635
JOSÉ MAGALHÃES	União	211
WILFRED BITTENCOURT	União	844

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Marcos Artur J. J. 931

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>José Pernambucano</i>	JORGE BOZONI AZEVEDO	PSDB
<i>Gustavo Fruet</i>	GUSTAVO FRUET	PSDB/PR
<i>Afonso Arinos</i>	AFONSO ARINOS	PSDB/PR
<i>Domiciano Cabral</i>	DOMICIANO CABRAL	PSDB-PS
<i>Jair Bolsonaro</i>	JAIR BOLSONARO	PP-RJ
<i>Renato Casagrande</i>	RENTATO CASAGRANDE	PPS-SC
<i>Eduardo Escudero</i>	EDUARDO ESCUDERO	AN-MS
<i>Elmano Mesquita</i>	ELMANO MESQUITA	PT-MA
<i>Chico Alemão</i>	CHICO ALEMÃO	PT/RJ
<i>José Alencar</i>	JOSÉ ALENCAR	PFL/MG
<i>Nazareno Tonetaco</i>	NAZARENO TONETACO	PT/PE
<i>Alcides</i>	ALCIDES	PTSP
<i>Paulo Guedes</i>	PAULO GUEDES	PSB/SP
<i>Antônio Freitas</i>	ANTÔNIO FREITAS	PCdoB/RS
<i>Alberto Braga</i>	ALBERTO BRAGA	PMDB-PE
<i>Fábio Dantas</i>	FÁBIO DANTAS	S/PARTIDO
<i>Luzia de Oliveira</i>	LUIZA DE OLIVEIRA	PP-PR
<i>Wagner</i>	WAGNER	615-PRMG
<i>Waldyr</i>	WALDYR	PSDB-PA 336
<i>Fábio Viana</i>	FÁBIO VIANA	PSOL-PA 480
<i>Sandra Rosado</i>	SANDRA ROSADO	PP-ES - 618
<i>Ney Lello</i>	NEY LELLO	PSB-RN
<i>Wagson Lobo</i>	WAGSON LOBO	PFL-W 326
<i>Genivaldo Viana</i>	GENIVALDO VIANA	629
<i>Terezinha Fonseca</i>	TEREZINHA FONSECA	574
<i>Waldemir Rosado</i>	WALDEMIR ROSADO	850
<i>Júlio Ribeiro</i>	JÚLIO RIBEIRO	621
<i>Jorge Viana</i>	JORGE VIANA	PSDB/SC 5

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

LEONARDO CUNHA	325
Sexta-feira 20/05/2005	331

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

José	87
TOSIAS AVILA	

Kayano Cunha	512
DR. Pedro	020
Dr. Cesario	611

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

JORGE BORGES	PT
EDUARDO AZERDO	PSDB
Gezary Silvestri	PPS
JOSE DIVINO	PMDP
ORLANDO FANTAZZI	PT/SP
Nelson Bonfim	PPB-RJ
De Menezes	PT-PE
Luciano Lacerda	PT-BR
HADÁS GOMES	PSOL

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

JORGE BORGES	PT
EDUARDO AZERDO	PSDB
Gezary Silvestri	PPS
JOSE DIVINO	PMDP
ORLANDO FANTAZZI	PT/SP
Nelson Bonfim	PPB-RJ
De Menezes	PT-PE
Luciano Lacerda	PT-BR
HADÁS GOMES	PSOL

Aluísio Dias	660 PDT-RN
Barbosa Neto	PSB-GO

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

4	José Dornelles	JORGE BORTOLAZZINI FEL
5	Dest. Jún.	EDUARDO AZOREDO PSDB
6	Gloria Alvare	HENRIQUE HELENA P-SOL
7	Lívia Borges	CÉSAR BORGES PFL/BA
8	Edoardo Pérez	JEFFERSON PERES PDT/MA
10	Edoardo Pérez	AUGUSTO BOTELHO PDT/RR
11	unum. AD	OSMAN DIAZ PDT/PR
12	unum. AD	MARIN CARMO Ribeiro PFL/SC
13	unum. AD	João Baptista Motta PMDB
14	unum. AD	Valmir do Vale LEC PMDB/RR
15	unum. AD	Efraim MORAIS PFL/PB
16	unum. AD	FERNANDO FLÁVIO ROSSI PSDB/RS
17	unum. AD	Sen. Reginaldo Freire PPS
18	unum. AD	Renato Macário Sampaio
19	unum. AD	João Capiberibe
20	unum. AD	IRACO MACIEL PFL/PE
21	unum. AD	NECIMHO ALMEIDA TO
22	unum. AD	A.C. MAGALHÃES PFL/BA
23	unum. AD	ALMEIDA CIMA
24	unum. AD	ACVALA DA COSTA
25	unum. AD	TASSO JEREIS/JA
26	unum. AD	GERALDO MESQUITA JR
27	unum. AD	ZOROARDO TORQUATO
28	unum. AD	LUCIA VÂNIA
29	unum. AD	SERGIO GUERRA
30	unum. AD	LEONILHA PAIXÃO
31	unum. AD	DEMÓSTENES TORRES
32	unum. AD	Jalmir Amorim
33	unum. AD	Romeu Tuma
34	unum. AD	JOAQUIM SOARES
35	unum. AD	HERACLITO FORTES
36	unum. AD	SONÉGO CABRAL
		Marco Antonio

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

37	<i>Brasão do Brasil</i>	<i>Brasão do Brasil</i>
38	<i>Mozambique</i>	<i>Mozambique</i>
39	<i>Brasão do Brasil</i>	<i>Brasão do Brasil</i>
40	<i>Brasão do Brasil</i>	<i>Brasão do Brasil</i>
41	<i>Brasão do Brasil</i>	<i>Brasão do Brasil</i>
42	<i>Brasão do Brasil</i>	<i>Brasão do Brasil</i>
43	<i>Brasão do Brasil</i>	<i>Brasão do Brasil</i>
44	<i>Brasão do Brasil</i>	<i>Brasão do Brasil</i>
45	<i>Brasão do Brasil</i>	<i>Brasão do Brasil</i>
46	<i>Brasão do Brasil</i>	<i>Brasão do Brasil</i>
47	<i>Brasão do Brasil</i>	<i>Brasão do Brasil</i>
48	<i>Brasão do Brasil</i>	<i>Brasão do Brasil</i>
49	<i>Brasão do Brasil</i>	<i>Brasão do Brasil</i>
50	<i>Brasão do Brasil</i>	<i>Brasão do Brasil</i>
51	<i>Brasão do Brasil</i>	<i>Brasão do Brasil</i>
52	<i>Brasão do Brasil</i>	<i>Brasão do Brasil</i>

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>Pedro Vitor</i>	<i>Waldyr</i>
JULIO PINTO GOMES DIL 31/4/05	OPA-131 C. P. F. 11.111.111-11 PL/ME
<i>Bruno José Conceição Paixão</i>	<i>Bruno José Conceição</i>
<i>Paulo Rui Paixão Santiago</i>	<i>PT/DF</i> <i>Paulo Rui Paixão Santiago</i> PT/PE

Maio de 2005

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL – SESSÃO CONJUNTA

Quinta-feira 26 00547

Ofício Nº 268/2005 – SGM

Brasília, 18 de maio de 2005

Imº Sr.

Dr. Mozart Vianna de Paiva

Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados

Senhor Secretário-Geral,

Solicito a V. Sª a gentileza de verificar a possibilidade de determinar ao setor competente dessa Secretaria-Geral, que proceda à conferência das folhas de assinaturas dos senhores deputados apostas ao requerimento de autoria dos Senadores José Agripino, Arthur Virgílio, José Jorge, dos Deputados Rodrigo Maia, Alberto Goldman e José Carlos Aleluia e outros, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.”

Encaminho, em anexo, os originais das folhas de assinaturas do requerimento supracitado.

Aproveito a oportunidade para renovar V. Sª protestos de estima e consideração. – **Raimundo Carreiro Silva**, Secretário-Geral da Mesa.

SGM nº 130/05

Brasília, 19 de maio de 2005

A Sua Senhoria o Senhor

Raimundo Carreiro Silva

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Senhor Secretário-Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria, em atendimento à solicitação contida no Ofício nº 268/2005-SGM, datado de 18 de maio do corrente ano, a conferência das assinaturas dos Senhores Deputados apostas ao Requerimento que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.”

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria protestos de alta estima e distinta consideração. – **Mozart Viana de Paiva**, Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SGM - SECAP (7503)

19/5/2005 09:35:11

Conferência de Assinaturas

Página: 001

Proposição: RCPMISTA

Autor da Proposição: DEP. RODRIGO MAIA E OUTROS

Data de Apresentação: 18/5/2005

Ementa: Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	220
Não Conferem	005
Fora do Exercício	000
Repetidas	024
Ilégitimas	001
Retiradas	000

Assinaturas Confirmadas

1 ABELARDO LUPION	PFL	PR
2 AFFONSO CAMARGO	PSDB	PR
3 ALBERTO FRAGA	S.PART.	DF
4 ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP
5 ALCEU COLLARES	PDT	RS
6 ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA
7 ALMERINDA DE CARVALHO	PMDB	RJ
8 ANA ALENCAR	PSDB	TO
9 ANDRÉ COSTA	PT	RJ
10 ANDRÉ DE PAULA	PFL	PE
11 ANDRÉ FIGUEIREDO	PDT	CE
12 ANDRÉ ZACHAROW	PSB	PR
13 ANÍVALDO VALE	PSDB	PA
14 ANTENOR NASPOLINI	PSDB	CE
15 ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE
16 ANTONIO CARLOS BISCAIA	PT	RJ
17 ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO	PFL	BA
18 ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP

19	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	SP
20	ANTONIO CRUZ	PP	MS
21	ANTONIO JOAQUIM	PTB	MA
22	ARIOSTO HOLANDA	PSDB	CE
23	ARMANDO MONTEIRO	PTB	PE
24	AROLDO CEDRAZ	PFL	BA

SGM - SECAP (7503)**Conferência de Assinaturas**

19/5/2005 09:35:11

Página: 002

25	ÁTILA LIRA	PSDB	PI
26	AUGUSTO NARDES	PP	RS
27	B. SÁ	PPS	PI
28	BABÁ	S.PART.	PA
29	BERNARDO ARISTON	PMDB	RJ
30	BETINHO ROSADO	PFL	RN
31	BISMARCK MAIA	PSDB	CE
32	BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG
33	BOSCO COSTA	PSDB	SE
34	CAPITÃO WAYNE	PSDB	GO
35	CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO
36	CARLOS EDUARDO CADOCÁ	PMDB	PE
37	CARLOS SAMPAIO	PSDB	SP
38	CARLOS SANTANA	PT	RJ
39	CARLOS WILLIAN	PMDB	MG
40	CELCITA PINHEIRO	PFL	MT
41	CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS
42	CEZAR SILVESTRI	PPS	PR
43	CHICO ALENCAR	PT	RJ
44	CHICO SARDELLI	PFL	SP
45	CLAUDIO CAJADO	PFL	BA
46	CLÁUDIO MAGRÃO	PPS	SP
47	COLBERT MARTINS	PPS	BA
48	CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP
49	CORIOLANO SALES	PFL	BA
50	COSTA FERREIRA	PSC	MA
51	CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG
52	DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS
53	DAVI ALCOLUMBRE	PFL	AP
54	DELEY	PMDB	RJ
55	DIMAS RAMALHO	PPS	SP
56	DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB
57	DR. ROSINHA	PT	PR
58	DRA. CLAIR	PT	PR
59	EDSON DUARTE	PV	BA
60	EDSON EZEQUIEL	PMDB	RJ
61	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
62	EDUARDO GOMES	PSDB	TO
63	EDUARDO PAES	PSDB	RJ
64	EDUARDO SCIARRA	PFL	PR
65	ELAINE COSTA	PTB	RJ

66	ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO	PRONA	SP
67	ELISEU RESENDE	PFL	MG
68	ENIO TATICO	PL	GO
69	ÉRICO RIBEIRO	PP	RS
70	FÁBIO SOUTO	PFL	BA
71	FÉLIX MENDONÇA	PFL	BA
72	FERNANDO CORUJA	PPS	SC

SGM - SECAP (7503)

19/5/2005 09:35:11

Conferência de Assinaturas

Página: 003

73	FERNANDO DE FABINHO	PFL	BA
74	FERNANDO GABEIRA	PV	RJ
75	FERNANDO LOPES	PMDB	RJ
76	FEU ROSA	PP	ES
77	FRANCISCO GARCIA	PP	AM
78	FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR
79	GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	BA
80	GERALDO RESENDE	PPS	MS
81	GERALDO THADEU	PPS	MG
82	GERVÁSIO OLIVEIRA	PMDB	AP
83	GERVÁSIO SILVA	PFL	SC
84	GILBERTO NASCIMENTO	PMDB	SP
85	GILMAR MACHADO	PT	MG
86	GONZAGA MOTA	PSDB	CE
87	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
88	GUSTAVO FRUET	PSDB	PR
89	HAMILTON CASARA	PL	RO
90	IBRAHIM ABI-ACKEL	PP	MG
91	INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE
92	INALDO LEITÃO	PL	PB
93	INOCÊNCIO OLIVEIRA	PMDB	PE
94	ITAMAR SERPA	PSDB	RJ
95	IVAN PAIXÃO	PPS	SE
96	IVAN RANZOLIN	PP	SC
97	IVAN VALENTE	PT	SP
98	JAIR BOLSONARO	PP	RJ
99	JAIRO CARNEIRO	PFL	BA
100	JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ
101	JANETE CAPIBERIBE	PSB	AP
102	JOÃO ALFREDO	PT	CE
103	JOÃO ALMEIDA	PSDB	BA
104	JOÃO BATISTA	PFL	SP
105	JOÃO CAMPOS	PSDB	GO
106	JOÃO CASTELO	PSDB	MA
107	JOÃO FONTES	PDT	SE
108	JORGE ALBERTO	PMDB	SE
109	JORGE BOEIRA	PT	SC
110	JORGE VI	PSDB	AL
111	JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	BA
112	JOSÉ CARLOS ARAÚJO	PFL	BA
113	JOSÉ CARLOS MACHADO	PFL	SE

114	JOSÉ DIVINO	PMDB	RJ
115	JOSÉ MENDONÇA BEZERRA	PFL	PE
116	JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PTB	PE
117	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	PFL	DF
118	JOSÉ ROCHA	PFL	BA
119	JOSÉ THOMAZ NONÔ	PFL	AL
120	JOVAIR ARANTES	PTB	GO

SGM - SECAP (7503)

19/5/2005 09:35:11

Conferência de Assinaturas

Página: 004

121	JOVINO CÂNDIDO	PV	SP
122	JUÍZA DENISE FROSSARD	PPS	RJ
123	JÚLIO CESAR	PFL	PI
124	JÚLIO DELGADO	PPS	MG
125	JÚLIO REDECKER	PSDB	RS
126	JULIO SEMEGHINI	PSDB	SP
127	JURANDIR BOIA	PDT	AL
128	JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA
129	KÁTIA ABREU	PFL	TO
130	LAURA CARNEIRO	PFL	RJ
131	LEANDRO VILELA	PMDB	GO
132	LÉO ALCÂNTARA	PSDB	CE
133	LEONARDO MATTOS	PV	MG
134	LINCOLN PORTELA	PL	MG
135	LOBBE NETO	PSDB	SP
136	LUCI CHOINACKI	PT	SC
137	LUCIANA GENRO	S.PART.	RS
138	LUCIANO LEITOÀ	PSB	MA
139	LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS
140	LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP
141	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR
142	LUIZ CARLOS SANTOS	PFL	SP
143	LUIZ CARREIRA	PFL	BA
144	LUIZA ERUNDINA	PSB	SP
145	MÁRCIO FORTES	PSDB	RJ
146	MARCONDES GADELHA	PTB	PB
147	MARCOS ABRAMO	PFL	SP
148	MAURO PASSOS	PT	SC
149	MEDEIROS	PL	SP
150	MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS
151	MILTON BARBOSA	PFL	BA
152	MORONI TORGAN	PFL	CE
153	MURILO ZAUTI	PFL	MS
154	MUSSA DEMES	PFL	PI
155	NARCIO RODRIGUES	PSDB	MG
156	NAZARENO FONTELES	PT	PI
157	NEIVA MOREIRA	PDT	MA
158	NELSON BORNIER	PMDB	RJ
159	NELSON PROENÇA	PPS	RS
160	NEUCIMAR FRAGA	PL	ES
161	NEUTON LIMA	PTB	SP

162	NEY LOPES	PFL	RN
163	NICIAS RIBEIRO	PSDB	PA
164	NILSON PINTO	PSDB	PA
165	NILTON BAIANO	PP	ES
166	ONYX LORENZONI	PFL	RS
167	ORLANDO FANTAZZINI	PT	SP
168	OSÓRIO ADRIANO	PFL	DF

SGM - SECAP (7503)

19/5/2005 09:35:11

Conferência de Assinaturas

Página: 005

169	OSVALDO COELHO	PFL	PE
170	OSVALDO REIS	PMDB	TO
171	PASTOR PEDRO RIBEIRO	PMDB	CE
172	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM
173	PAULO BAUER	PFL	SC
174	PAULO FEIJÓ	PSDB	RJ
175	PAULO LIMA	PMDB	SP
176	PAULO MAGALHÃES	PFL	BA
177	PEDRO CHAVES	PMDB	GO
178	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
179	RAFAEL GUERRA	PSDB	MG
180	RAUL JUNGMANN	PPS	PE
181	RICARDO BARROS	PP	PR
182	ROBERTO BRANT	PFL	MG
183	ROBERTO FREIRE	PPS	PE
184	ROBERTO JEFFERSON	PTB	RJ
185	ROBERTO MAGALHÃES	PFL	PE
186	RODRIGO MAIA	PFL	RJ
187	ROGÉRIO TEÓFILO	PPS	AL
188	RONALDO CAIADO	PFL	GO
189	RONALDO DIMAS	PSDB	TO
190	SANDRA ROSADO	PSB	RN
191	SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA
192	SÉRGIO CAIADO	PP	GO
193	SEVERIANO ALVES	PDT	BA
194	SILAS CÂMARA	PTB	AM
195	SILVIO TORRES	PSDB	SP
196	SUELY CAMPOS	PP	RR
197	THELMA DE OLIVEIRA	PSDB	MT
198	VADÃO GOMES	PP	SP
199	VANDERLEI ASSIS	PP	SP
200	VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM
201	VIC PIRES FRANCO	PFL	PA
202	VICENTE ARRUDA	PSDB	CE
203	VILMAR ROCHA	PFL	GO
204	VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT	MG
205	VITTORIO MEDIOLI	PV	MG
206	WAGNER LAGO	PP	MA
207	WALDEMAR MOKA	PMDB	MS
208	WALTER BARELLI	PSDB	SP
209	WALTER PINHEIRO	PT	BA

210	WASNÝ DE ROURE	PT	DF
211	WELINTON FAGUNDES	PL	MT
212	WELLINGTON ROBERTO	PL	PB
213	WLADIMIR COSTA	PMDB	PA
214	XICO GRAZIANO	PSDB	SP
215	YEDA CRUSIUS	PSDB	RS
216	ZÉ LIMA	PP	PA

SGM - SECAP (7503)

19/5/2005 09:35:11

Conferência de Assinaturas

Página: 006

217	ZELINDA NOVAES	PFL	BA
218	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA
219	ZONTA	PP	SC
220	ZULAIÊ COBRA	PSDB	SP

Assinaturas que Não Conferem

1	DR. HELENO	PMDB	RJ
2	ENÉAS	PRONA	SP
3	GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA
4	MANATO	PDT	ES
5	ROBSON TUMA	PFL	SP

Assinaturas Repetidas

1	ALBERTO FRAGA	S.PART.	DF
2	ALCEU COLLARES	PDT	RS
3	ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP
4	CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO
5	EDUARDO PAES	PSDB	RJ
6	ÉRICO RIBEIRO	PP	RS
7	FERNANDO DE FABINHO	PFL	BA
8	FERNANDO DE FABINHO	PFL	BA
9	GERVÁSIO SILVA	PFL	SC
10	JORGE VI	PSDB	AL
11	JOSÉ CARLOS MACHADO	PFL	SE
12	JOSÉ CARLOS MACHADO	PFL	SE
13	JOVAIR ARANTES	PTB	GO
14	MORONI TORGAN	PFL	CE
15	MURILLO ZAUTIH	PFL	MS
16	MURILLO ZAUTIH	PFL	MS
17	OSÓRIO ADRIANO	PFL	DF
18	OSÓRIO ADRIANO	PFL	DF
19	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM
20	PAULO LIMA	PMDB	SP
21	RODRIGO MAIA	PFL	RJ
22	THELMA DE OLIVEIRA	PSDB	MT
23	VADÃO GOMES	PP	SP
24	VIC PIRES FRANCO	PFL	PA

REQUERIMENTO

Retirada de assinatura.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência a retirada de minha assinatura do requerimento de abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios.

Sala das Sessões, 17 de maio de 2005. – Deputado **Inaldo Leitão**, PL/PB.

REQUERIMENTO

Brasília, 18 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência a retirada de minha assinatura do requerimento de abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios, conforme orientação partidária.

Sala das Sessões, 18 de maio de 2005. – Deputado **Welinton Fagundes**, PL/MT.

REQUERIMENTO

Retirada de assinatura.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência a retirada de minha assinatura do requerimento de abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios.

Sala das Sessões, 18 de maio de 2005. – Deputado **Wellington Roberto**, (PL/PB).

REQUERIMENTO

Retirada de assinatura.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência a retirada de minha assinatura do requerimento de abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios.

Sala das Sessões, 18 de maio de 2005. – Deputado **Enio Tático**, PL/GO.

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

Senador Renan Calheiros

O Deputado abaixo assinado vem à presença de Vossa Excelência para requerer a retirada de sua assinatura de apoio à instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar denúncias de corrupção nos Correios.

Brasília, 19 de maio de 2005. – Deputado **Francisco Garcia**, PP/AM.

Brasília, 19 de maio de 2005

Exmº Sr.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Solicito incluir o meu apoio ao requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Deputado **Aldir Cabral**.

Brasília, 19 de maio de 2005

Exmº Sr.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Solicito incluir o meu apoio ao requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
– Deputada **Perpétua Almeida** PCdoB – Acre.

Transmitir para o fax: (61)215-9296

Encaminhar o original até terça-feira.

Maiores informações: (61)215-9273

Brasília, 19 de maio de 2005

Exmº Sr.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Solicito incluir o meu apoio ao requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
– Deputado **Edison Adriano**.

Brasília, 19 de maio de 2005

Exmº Sr.

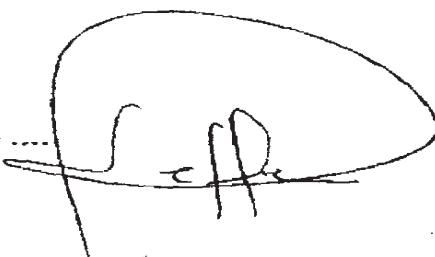
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Solicito incluir o meu apoio ao requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos

delituosos praticados por agentes públicos nos Correios
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Deputado



Transmitir para o fax: (61)215-9296
Encaminhar o original até terça-feira.
Maiores informações: (61)215-9273

Brasília, 19 de maio de 2005

Senhor Presidente,
Solicito incluir o meu apoio ao requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
– Deputada **Nice Lobão**.

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,
Solicito acrescentar minha assinatura ao requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Atenciosamente, – **Aldir Cabral**, Deputado Federal.

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,
Solicito acrescentar minha assinatura ao requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Atenciosamente. – **Francisco Turra**, Deputado Federal.

Brasília, 24 de maio de 2005

Exmº Sr.
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Senhor Presidente,
Solicito incluir a minha assinatura como signatário ao requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de

Correios e Telégrafos. – Deputado **Eduardo Cunha**, PMDB – RJ.

Brasília, 24 de maio de 2005

Exmº Sr.
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Solicito incluir o meu apoio ao requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
– Deputado **Eduardo Cunha**, PMDB – RJ.

Ofício nº 299/2005

Brasília, 18 de maio de 2005

Exmº Sr.
Deputado Alberto Goldmann
Líder do PSDB na Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Prezado Líder,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos pelo presente manifestar o nosso apoio para Instalação da CPI dos Correios.

Após vermos através da imprensa notícias sobre a corrupção existente nos Correios, este Parlamento não pode se tornar omisso, por esta razão estamos solicitando ao nobre Líder, verificar a melhor maneira para que esta Liderança torne as devidas providências para Instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sendo o que nos apresenta para o momento na oportunidade renovamos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Rose Marx Wayne de Oliveira, Capitão Wayne**, Deputado Federal – PSDB/GO.

Brasília, 23 de maio da 2005

Senhor Presidente,

Solicito acrescentar minha assinatura ao requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de ato delituoso praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Atenciosamente, – **João Carlos Bacelar**, Deputado Federal.

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Solicito acrescentar minha assinatura ao requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para

investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Atenciosamente, Deputada Federal, – **Maria Helena**, PPS/PR.

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Solicito acrescentar minha assinatura ao requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Atenciosamente, – **Enio de Bacci**, Deputado Federal.

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Solicito acrescentar minha assinatura ao requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Atenciosamente, – Dr. **Heleno**, Deputado Federal.

Brasília, 24 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Solicito acrescentar minha assinatura ao Requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Cordialmente, –

FELIZ É A NAÇÃO CUJO DEUS É O
SENHOR JESUS

Cabo Júlio, Deputado Federal.

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional
Senador Renan Calheiros

O Deputado abaixo assinado vem à presença de Vossa Excelência para requerer a retirada de sua assinatura de apoio à instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar denúncias de corrupção nos Correios.

Brasília, 24 de maio de 2005. – Deputado **João Magalhães**.

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional
Senador Renan Calheiros

O Deputado abaixo assinado vem à presença de Vossa Excelência para requerer a retirada de sua assinatura de apoio à instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar denúncias de corrupção nos Correios.

Brasília, 24 de maio de 2005. – Deputado **Gervasio Oliveira**.

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Solicito acrescentar minha assinatura requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Atenciosamente, – **Marcelo Guimarães Filho**, Deputado Federal.

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Solicito acrescentar minha assinatura ao requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Atenciosamente, – **Marcelo Guimarães Filho**, Deputado Federal.

Brasília, 24 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Solicito acrescentar minha assinatura ao requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Esclareço que já havia assinado o documento original, encaminhado pelos Deputados Rodrigo Maia e Alberto Goldman, líderes respectivamente do PFL e do PSDB na Câmara dos Deputados, e pelo Senador Jorge Bornhausen, líder do PFL no Senado.

Como foi assinalada uma divergência entre a minha assinatura habitual e a minha assinatura apostada nesse documento, estou ratificando aqui a posição assumida.

Atenciosamente, – **Dr. Eneas Ferreira Carneiro**, Deputado Federal PRONA/SP

Ofício Nº 287/2005 – SGM

Brasília, em 24 de maio de 2005.

Ilmoº Sr.

Dr. Mozart Vianna de Paiva

Secretário-Geral da Câmara dos Deputados

Senhor Secretário-Geral,

Em aditamento ao Ofício nº 268/2005-SGM, datado de 18 do corrente, solicito a V.Sª a gentileza de verificar a possibilidade de determinar ao setor competente dessa Secretaria-Geral, que proceda à conferência das assinaturas apostas ao requerimento de autoria dos Senadores José Agripino, Arthur Virgílio, José Jorge, dos Deputados Rodrigo Maia, Alberto Goldman e José Carlos Aleluia e outros, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios — Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”.

Encaminho, em anexo, os originais das folhas de assinaturas.

Informo que está convocada Sessão do Congresso Nacional para amanhã, às 10 horas, para leitura do referido requerimento.

Aproveito a oportunidade para renovar a V.Sª protestos de estima e consideração. – **Raimundo Carreiro Silva** Secretário-Geral da Mesa

Ofício Nº 288/2005 – SGM

Brasília, 24 de maio de 2005.

Senhor Secretário-Geral,

Solicito a V.Sª a gentileza de verificar a possibilidade de determinar ao setor competente dessa Secretaria-Geral, que confirme a assinatura do Dep. Gervásio Oliveira, cujo número na lista de conferência das assinaturas é 82, apostas ao requerimento de autoria dos Senadores José Agripino, Arthur Virgílio, José Jorge, dos Deputados Rodrigo Maia, Alberto Goldman e José Carlos Aleluia e outros, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”.

Informo que está convocada Sessão do Congresso Nacional para amanhã, às 10 horas, para leitura do referido requerimento.

Encaminho, em anexo, os originais das folhas de assinaturas.

Aproveito a oportunidade para renovar a V.Sª protestos de estima e consideração. – **Raimundo Carreiro Silva** Secretário-Geral da Mesa

Ofício Nº 289/2005 – SGM

Brasília, 24 de maio de 2005.

Senhor Secretário-Geral,

Solicito a V.Sª a gentileza de verificar a possibilidade de determinar ao setor competente dessa Secretaria-Geral, que proceda à conferência da assinatura do Dep. Gastão Vieira apostas ao requerimento de autoria dos Senadores José Agripino, Arthur Virgílio, José Jorge, dos Deputados Rodrigo Maia, Alberto Goldman e José Carlos Aleluia e outros, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios — Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”.

Encaminho, em anexo, o original da folha de assinatura.

Informo que está convocada Sessão do Congresso Nacional para amanhã, às 10 horas, para leitura do referido requerimento.

Aproveito a oportunidade para renovar a V.Sª protestos de estima e consideração. – **Raimundo Carreiro Silva** Secretário-Geral da Mesa

SGM nº133

Brasília, 25 de maio de 2005

A Sua Senhoria o Senhor

Raimundo Carreiro Silva

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

N E S T A

Senhor Secretário-Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria, em atendimento à solicitação contida no Ofício nº 287/2005-SGM, datado de 24 de maio do corrente ano, o relatório resultante da conferência das novas assinaturas dos Senhores

Deputados apostas ao Requerimento que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”, bem como dos requerimentos de retirada de assinaturas da referida CPMI.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria protestos de alta estima e distinta consideração. – **Mozart Vianna de Paiva** Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SGM - SECAP (7503)

Conferência de Assinaturas

25/5/2005 09:31:51

Página: 001

Proposição: RCPMISTA

Autor da Proposição: DEP. RODRIGO MAIA E OUTROS

Data de Apresentação: 18/5/2005

Ementa: Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	254
Não Conferem	004
Fora do Exercício	000
Repetidas	032
Ilegíveis	001
Retiradas	006

Assinaturas Confirmadas

1	ABELARDO LUPION	PFL	PR
2	AFFONSO CAMARGO	PSDB	PR
3	ALBERTO FRAGA	S.PART.	DF
4	ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP
5	ALCEU COLLARES	PDT	RS
6	ALDIR CABRAL	PFL	RJ
7	ALEXANDRE SANTOS	PMDB	RJ
8	ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA
9	ALMERINDA DE CARVALHO	PMDB	RJ
10	ALMIR MOURA	S.PART.	RJ
11	ÁLVARO DIAS	PDT	RN
12	ANA ALENCAR	PSDB	TO
13	ANDRÉ COSTA	PT	RJ
14	ANDRÉ DE PAULA	PFL	PE
15	ANDRÉ FIGUEIREDO	PDT	CE
16	ANDRÉ ZACHAROW	PSB	PR
17	ANIVALDO VALE	PSDB	PA
18	ANTENOR NASPOLINI	PSDB	CE
19	ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE
20	ANTONIO CARLOS BISCAIA	PT	RJ

SGM - SECAP (7503)**Conferência de Assinaturas**

25/5/2005 09:31:51

Página: 002

21	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO	PFL	BA
22	ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP
23	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	SP
24	ANTONIO CRUZ	PP	MS
25	ANTONIO JOAQUIM	PTB	MA
26	ARIOSTO HOLANDA	PSDB	CE
27	ARMANDO MONTEIRO	PTB	PE
28	AROLDO CEDRAZ	PFL	BA
29	ÁTILA LINS	PPS	AM
30	ÁTILA LIRA	PSDB	PI
31	AUGUSTO NARDES	PP	RS
32	B. SÁ	PPS	PI
33	BABÁ	S.PART.	PA
34	BARBOSA NETO	PSB	GO
35	BERNARDO ARISTON	PMDB	RJ
36	BETINHO ROSADO	PFL	RN
37	BISMARCK MAIA	PSDB	CE
38	BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG
39	BOSCO COSTA	PSDB	SE
40	CABO JÚLIO	PMDB	MG
41	CAPITÃO WAYNE	PSDB	GO
42	CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO
43	CARLOS EDUARDO CADOCÀ	PMDB	PE
44	CARLOS MELLES	PFL	MG
45	CARLOS SAMPAIO	PSDB	SP
46	CARLOS SANTANA	PT	RJ
47	CARLOS WILLIAN	PMDB	MG
48	CELCITA PINHEIRO	PFL	MT
49	CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS
50	CEZAR SILVESTRI	PPS	PR
51	CHICO ALENCAR	PT	RJ
52	CHICO SARDELLI	PFL	SP
53	CLAUDIO CAJADO	PFL	BA
54	CLÁUDIO MAGRÃO	PPS	SP
55	COLBERT MARTINS	PPS	BA
56	CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP
57	CORIOLANO SALES	PFL	BA
58	COSTA FERREIRA	PSC	MA
59	CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG
60	DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA
61	DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS
62	DAVI ALCOLUMBRE	PFL	AP
63	DELEY	PMDB	RJ
64	DIMAS RAMALHO	PPS	SP
65	DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB

SGM - SECAP (7503)

25/5/2005 09:31:51

Conferência de Assinaturas

Página: 003

66	DR. HELENO	PMDB	RJ
67	DR. ROSINHA	PT	PR
68	DRA. CLAIR	PT	PR
69	EDISON ANDRINO	PMDB	SC
70	EDSON DUARTE	PV	BA
71	EDSON EZEQUIEL	PMDB	RJ
72	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
73	EDUARDO CUNHA	PMDB	RJ
74	EDUARDO GOMES	PSDB	TO
75	EDUARDO PAES	PSDB	RJ
76	EDUARDO SCIARRA	PFL	PR
77	ELAINE COSTA	PTB	RJ
78	ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO	PRONA	SP
79	ELISEU RESENDE	PFL	MG
80	ENÉAS	PRONA	SP
81	ENIO BACCI	PDT	RS
82	ÉRICO RIBEIRO	PP	RS
83	FÁBIO SOUTO	PFL	BA
84	FÉLIX MENDONÇA	PFL	BA
85	FERNANDO CORUJA	PPS	SC
86	FERNANDO DE FABINHO	PFL	BA
87	FERNANDO GABEIRA	PV	RJ
88	FERNANDO LOPES	PMDB	RJ
89	FEU ROSA	PP	ES
90	FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR
91	FRANCISCO TURRA	PP	RS
92	GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA
93	GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	BA
94	GERALDO RESENDE	PPS	MS
95	GERALDO THADEU	PPS	MG
96	GERVÁSIO SILVA	PFL	SC
97	GILBERTO NASCIMENTO	PMDB	SP
98	GILMAR MACHADO	PT	MG
99	GONZAGA MOTA	PSDB	CE
100	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
101	GUSTAVO FRUET	PSDB	PR
102	HAMILTON CASARA	PL	RO
103	IBRAHIM ABI-ACKEL	PP	MG
104	INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE
105	INOCÊNCIO OLIVEIRA	PMDB	PE
106	ITAMAR SERPA	PSDB	RJ
107	IVAN PAIXÃO	PPS	SE
108	IVAN RANZOLIN	PP	SC
109	IVAN VALENTE	PT	SP
110	JACKSON BARRETO	PTB	SE

SGM - SECAP (7503)**Conferência de Assinaturas**

25/5/2005 09:31:51

Página: 004

111	JAIR BOLSONARO	PP	RJ
112	JAIR DE OLIVEIRA	PMDB	ES
113	JAIRO CARNEIRO	PFL	BA
114	JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ
115	JANETE CAPIBERIBE	PSB	AP
116	JEFFERSON CAMPOS	PMDB	SP
117	JOÃO ALFREDO	PT	CE
118	JOÃO ALMEIDA	PSDB	BA
119	JOÃO BATISTA	PFL	SP
120	JOÃO CAMPOS	PSDB	GO
121	JOÃO CARLOS BACELAR	PFL	BA
122	JOÃO CASTELO	PSDB	MA
123	JOÃO CORREIA	PMDB	AC
124	JOÃO FONTES	PDT	SE
125	JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	PL	MG
126	JOAQUIM FRANCISCO	PTB	PE
127	JORGE ALBERTO	PMDB	SE
128	JORGE BOEIRA	PT	SC
129	JORGE VI	PSDB	AL
130	JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	BA
131	JOSÉ CARLOS ARAÚJO	PFL	BA
132	JOSÉ CARLOS MACHADO	PFL	SE
133	JOSÉ DIVINO	PMDB	RJ
134	JOSÉ MENDONÇA BEZERRA	PFL	PE
135	JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PTB	PE
136	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	PFL	DF
137	JOSÉ ROCHA	PFL	BA
138	JOSÉ THOMAZ NONÔ	PFL	AL
139	JOSIAS QUINTAL	PMDB	RJ
140	JOVAIR ARANTES	PTB	GO
141	JOVINO CÂNDIDO	PV	SP
142	JUÍZA DENISE FRÖSSARD	PPS	RJ
143	JÚLIO CESAR	PFL	PI
144	JÚLIO DELGADO	PPS	MG
145	JÚLIO REDECKER	PSDB	RS
146	JULIO SEMEGHINI	PSDB	SP
147	JURANDIR BOIA	PDT	AL
148	JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA
149	KÁTIA ABREU	PFL	TO
150	KELLY MORAES	PTB	RS
151	LAURA CARNEIRO	PFL	RJ
152	LEANDRO VILELA	PMDB	GO
153	LÉO ALCÂNTARA	PSDB	CE
154	LEONARDO MATTOS	PV	MG
155	LEONARDO PICCIANI	PMDB	RJ

SGM - SECAP (7503)

25/5/2005 09:31:51

Conferência de Assinaturas

Página: 005

156	LINCOLN PORTELA	PL	MG
157	LOBBE NETO	PSDB	SP
158	LUCI CHOINACKI	PT	SC
159	LUCIANA GENRO	S.PART.	RS
160	LUCIANO LEITOÀ	PSB	MA
161	LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS
162	LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP
163	LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO
164	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR
165	LUIZ CARLOS SANTOS	PFL	SP
166	LUIZ CARREIRA	PFL	BA
167	LUIZA ERUNDINA	PSB	SP
168	LUPÉRCIO RAMOS	PMDB	AM
169	MARCELLO SIQUEIRA	PMDB	MG
170	MARCELO GUIMARÃES FILHO	PFL	BA
171	MARCELO ORTIZ	PV	SP
172	MÁRCIO FORTES	PSDB	RJ
173	MARCONDES GADELHA	PTB	PB
174	MARCOS ABRAMO	PFL	SP
175	MARIA HELENA	PPS	RR
176	MAURO PASSOS	PT	SC
177	MEDEIROS	PL	SP
178	MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS
179	MILTON BARBOSA	PFL	BA
180	MORONI TORGAN	PFL	CE
181	MURILO ZAUITH	PFL	MS
182	MUSSA DEMES	PFL	PI
183	NARCIO RODRIGUES	PSDB	MG
184	NAZARENO FONTELES	PT	PI
185	NEIVA MOREIRA	PDT	MA
186	NELSON BORNIER	PMDB	RJ
187	NELSON PROENÇA	PPS	RS
188	NEUCIMAR FRAGA	PL	ES
189	NEUTON LIMA	PTB	SP
190	NEY LOPES	PFL	RN
191	NICE LOBÃO	PFL	MA
192	NICIAS RIBEIRO	PSDB	PA
193	NILSON PINTO	PSDB	PA
194	NILTON BAIANO	PP	ES
195	OLIVEIRA FILHO	PL	PR
196	ONYX LORENZONI	PFL	RS
197	ORLANDO FANTAZZINI	PT	SP
198	OSÓRIO ADRIANO	PFL	DF
199	OSVALDO COELHO	PFL	PE
200	OSVALDO REIS	PMDB	TO

SGM - SECAP (7503)

25/5/2005 09:31:51

Conferência de Assinaturas

Página: 006

201	PASTOR AMARILDO	PMDB	TO
202	PASTOR PEDRO RIBEIRO	PMDB	CE
203	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM
204	PAULO BAUER	PFL	SC
205	PAULO FEIJÓ	PSDB	RJ
206	PAULO LIMA	PMDB	SP
207	PAULO MAGALHÃES	PFL	BA
208	PEDRO CHAVES	PMDB	GO
209	PERPÉTUA ALMEIDA	PCdoB	AC
210	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
211	RAFAEL GUERRA	PSDB	MG
212	RAUL JUNGMANN	PPS	PE
213	RICARDO BARROS	PP	PR
214	RICARDO RIQUE	PL	PB
215	ROBÉRIO NUNES	PFL	BA
216	ROBERTO BRANT	PFL	MG
217	ROBERTO FREIRE	PPS	PE
218	ROBERTO JEFFERSON	PTB	RJ
219	ROBERTO MAGALHÃES	PFL	PE
220	RODRIGO MAIA	PFL	RJ
221	ROGÉRIO TEÓFILO	PPS	AL
222	RONALDO CAIADO	PFL	GO
223	RONALDO DIMAS	PSDB	TO
224	ROSE DE FREITAS	PMDB	ES
225	SANDRA ROSADO	PSB	RN
226	SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA
227	SÉRGIO CAIADO	PP	GO
228	SEVERIANO ALVES	PDT	BA
229	SILAS CÂMARA	PTB	AM
230	SILVIO TORRES	PSDB	SP
231	SUELY CAMPOS	PP	RR
232	THELMA DE OLIVEIRA	PSDB	MT
233	VADÃO GOMES	PP	SP
234	VANDERLEI ASSIS	PP	SP
235	VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM
236	VIC PIRES FRANCO	PFL	PA
237	VICENTE ARRUDA	PSDB	CE
238	VILMAR ROCHA	PFL	GO
239	VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT	MG
240	VITTORIO MEDIOLI	PV	MG
241	WAGNER LAGO	PP	MA
242	WALDEMIR MOKA	PMDB	MS
243	WALTER BARELLI	PSDB	SP
244	WALTER PINHEIRO	PT	BA
245	WASNÝ DE ROURE	PT	DF

SGM - SECAP (7503)

25/5/2005 09:31:52

246 WELLINGTON ROBERTO
 247 WLADIMIR COSTA
 248 XICO GRAZIANO
 249 YEDA CRUSIUS
 250 ZÉ LIMA
 251 ZELINDA NOVAES
 252 ZENALDO COUTINHO
 253 ZONTA
 254 ZULAIÉ COBRA

Conferência de Assinaturas

Página: 007

PL	PB
PMDB	PA
PSDB	SP
PSDB	RS
PP	PA
PFL	BA
PSDB	PA
PP	SC
PSDB	SP

Assinaturas que Não Conferem

1 MANATO
 2 MANINHA
 3 PAULO RUBEM SANTIAGO
 4 ROBSON TUMA

Conferência de Assinaturas

Página: 008

SGM - SECAP (7503)

25/5/2005 09:31:52

Assinaturas Repetidas

1 ALBERTO FRAGA	S.PART.	DF
2 ALCEU COLLARES	PDT	RS
3 ALDIR CABRAL	PFL	RJ
4 ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP
5 CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO
6 DR. HELENO	PMDB	RJ
7 DR. HELENO	PMDB	RJ
8 EDUARDO CUNHA	PMDB	RJ
9 EDUARDO CUNHA	PMDB	RJ
10 EDUARDO PAES	PSDB	RJ
11 ENÉAS	PRONA	SP
12 ÉRICO RIBEIRO	PP	RS
13 FERNANDO DE FABINHO	PFL	BA
14 FERNANDO DE FABINHO	PFL	BA
15 GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA
16 GERVÁSIO SILVA	PFL	SC
17 JORGE VI	PSDB	AL
18 JOSÉ CARLOS MACHADO	PFL	SE
19 JOSÉ CARLOS MACHADO	PFL	SE
20 JOVAIR ARANTES	PTB	GO
21 MARCELO GUIMARÃES FILHO	PFL	BA
22 MÓRONI TORGAN	PFL	CE
23 MURILLO ZAUTI	PFL	MS
24 MURILLO ZAUTI	PFL	MS
25 OSÓRIO ADRIANO	PFL	DF
26 OSÓRIO ADRIANO	PFL	DF
27 PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM
28 PAULO LIMA	PMDB	SP
29 RODRIGO MAIA	PFL	RJ
30 THELMA DE OLIVEIRA	PSDB	MT
31 VADÃO GOMES	PP	SP
32 VIC PIRES FRANCO	PFL	PA

Assinaturas Retiradas

1 ENIO TATICO	PL	GO
2 FRANCISCO GARCIA	PP	AM
3 GERVÁSIO OLIVEIRA	PMDB	AP
4 INALDO LEITÃO	PL	PB
5 JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG
6 WELINTON FAGUNDES	PL	MT

SGM nº 135

Brasília, 25 de maio de 2005

Senhor Secretário-Geral,

Informo a Vossa Senhoria, em atendimento à solicitação contida no Ofício nº 289/2005-SGM, datado de 24 de maio do corrente ano, que a nova assinatura do Senhor Deputado Gastão Vieira apostila ao Requerimento que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”, confere com o livro de autógrafos assinado pelos senhores deputados para este fim.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria protestos de alta estima e distinta consideração. – **Mozart Vianna de Paiva**, Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados

A Sua Senhoria o Senhor
Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Nesta

SGM nº 134

Brasília, 25 de maio de 2005

Senhor Secretário-Geral,

Informo a Vossa Senhoria, em atendimento à solicitação contida no Ofício nº 288/2005-SGM, datado de 24 de maio do corrente ano, que a assinatura do Senhor Deputado Gervásio Oliveira apostila ao Requerimento que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”, confere com o livro de autógrafos assinado pelos senhores deputados.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria protestos de alta estima e distinta con-

sideração. – **Mozart Vianna de Paiva**, Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados

A Sua Senhoria o Senhor
Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Nesta

REQUERIMENTO Nº DE 2005
(Do Sr. Deputado Marcos Abramo)

Requer a retirada de assinatura apostila no Requerimento de Instauração de Comissão Mista de Inquérito – CPMI dos Correios.

Senhor Presidente,

Requeiro de Vossa Excelência nos termos regimentais a retirada da minha assinatura apostila no Requerimento de Instauração da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI dos Correios.

Sala das Sessões, – Deputado **Marcos Abramo**, PFL/SP

Senhor Presidente,

Solicito acrescentar minha assinatura ao requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Atenciosamente, – Deputado **Manato**, PDT/ES

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Solicito acrescentar minha assinatura ao requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Atenciosamente, – Deputado **Gerson Gabrielli**.

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

<i>Jefferson Camara</i>	<i>de Freitas</i>	<i>341</i>

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Solicito acrescentar minha assinatura ao requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Atenciosamente, – **Aldir Cabral**, Deputado Federal.

Brasília, 23 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Solicito acrescentar minha assinatura ao requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Atenciosamente, – **Edison Andrino**, Deputado Federal.

Brasília(DF), 18 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a retirada de minha assinatura apostada ao requerimento que propõe a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com o objetivo de investigar denúncia de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

No ensejo, aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex^a meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente, – **Neuton Lima**, PTB/SP.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a retirada de minha assinatura apostada ao requerimento que propõe a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com o objetivo de investigar denúncia de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

No ensejo, aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex^a meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente, – Deputada **Eliane Costa**, PTB/RJ.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a retirada de minha assinatura apostada ao requerimento que propõe a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com o objetivo de investigar denúncia de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

No ensejo, aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex^a Meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Silas Câmara**, PTB/AM.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a retirada de minha assinatura apostada ao requerimento que propõe a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com o objetivo de investigar denúncia de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

No ensejo, aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex^a Meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **José Múcio Monteiro**, PTB/PE.

Brasília (DF), 18 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a retirada de minha assinatura apostada ao requerimento que propõe a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com o objetivo de investigar denúncia de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

No ensejo, aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Roberto Jefferson**, PTB/RJ.

Brasília (DF), 18 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a retirada de minha assinatura apostada ao requerimento que propõe a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com o objetivo de investigar denúncia de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

No ensejo, aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Luiz Antonio Fleury**, PTB/SP.

Brasília (DF), 25 de maio de 2005

Exmo. Sr.
Senador Renan Calheiro
MD. Presidente do Senado
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a retirada de minha assinatura apostada ao requerimento que propõe a criação da Comissão Mista de Inquérito com o objetivo de investigar denúncia de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

No ensejo, aproveito a oportunidade para reiterar a V.Exa., meus protestos de apreço e consideração.
Atenciosamente, – Deputado Federal **Antonio Joaquim**, PTB/MA.

Ofício nº 207/2005/GABJA

Brasília, 25 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF
70160-900

Assunto: Solicita retirada de assinatura do Requerimento que propõe a criação da CPI dos Correios.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, levando em consideração a decisão tomada por unanimidade pela Executiva Nacional do PTB, que definiu sua posição com relação às assinaturas dos membros do partido ao Requerimento que propõe a criação de CPI dos Correios, solicito a retirada de minha assinatura do supracitado requerimento.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, PTB/GO.

Brasília, 23 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Nesta.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a retirada de minha assinatura apostada ao requerimento que propõe a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com o objetivo de investigar denúncia de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

No ensejo, aproveito a oportunidade para reiterar a V.Exa. meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente, – **Joaquim Francisco**, Deputado Federal.

Brasília (DF), 18 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Nesta.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a retirada de minha assinatura apostada ao requerimento que propõe a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com o objetivo de investigar denúncia de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

No ensejo, aproveito a oportunidade para reiterar a V.Exa. meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Marcondes Gadelha**, PTB.

Brasília,(DF) 18 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a retirada de minha assinatura apostada ao requerimento que propõe a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com o objetivo de investigar denúncia de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

No ensejo, aproveito a oportunidade para reiterar a V.Exa. meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente, – **Armando Monteiro Neto**, Deputado – PTB/PE.

Brasília, 25 de maio de 2005

Exmº Sr.
Senador Renan Calheiros
DD. Presidente do Senado Federal

Excelentíssimo Senhor

Na oportunidade em que o cumprimentamos cordialmente, vimos, pelo presente, solicitar que retire minha assinatura de apoio à instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito, denominada de “CPI dos Correios”, em razão de ser uma decisão da executiva do partido (PTB), a qual acompanho integralmente.

Agradecendo desde já as providências adotadas, renovamos protestos da mais elevada estima. – **Kelly Moraes**, Deputada Federal – PTB/RS.

REQUERIMENTO

Retirada de assinatura.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência a retirada de minha assinatura do requerimento de abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2005. – **Ricardo Rique**, Deputado Federal – PL/PB.

REQUERIMENTO DE RETIRADA DE ASSINATURA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 102, § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada de minha assinatura ao Requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sala das Sessões, de maio de 2005. – Deputado **Wasny de Roure**.

REQUERIMENTO DE RETIRADA DE ASSINATURA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 102, § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada

de minha assinatura ao Requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sala das Sessões, de maio de 2005. – **Luci Choinacki**, Deputada Federal.

REQUERIMENTO DE RETIRADA DE ASSINATURA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 102, § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada de minha assinatura ao Requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sala das Sessões, de maio de 2005. – Deputado Jorge Boeira, PT/SC.

REQUERIMENTO DE RETIRADA DE ASSINATURA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 102, § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada de minha assinatura ao Requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sala das Sessões, de maio de 2005. – Deputado Carlos Santana, PT/RJ.

REQUERIMENTO DE RETIRADA DE ASSINATURA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 102, § 4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada de minha assinatura ao Requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sala das Sessões, de maio de 2005. – Deputado André Costa, PT/RJ.

REQUERIMENTO Nº , DE 2005 (Do Sr. Zé Geraldo)

Requer a retirada da assinatura do requerimento de abertura da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Senhor Presidente,

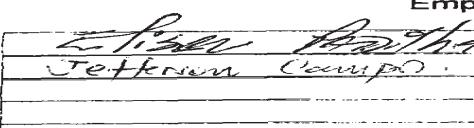
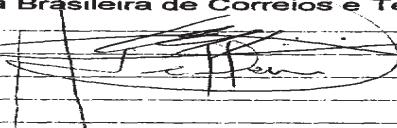
Requeiro, a Vossa Excelência, a retirada de minha assinatura do requerimento de abertura da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2005. – **Zé Geraldo**, Deputado Federal PT/PA.

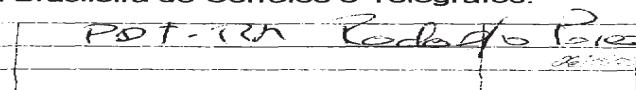
Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

ASSINATURA	DEPUTADO	GAB.
	PAULO AFONSO PHDB-SC	276

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

		2009 341
---	--	-------------

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

		2009 341
---	--	-------------

Brasília, 24 de maio de 2005

Exmº Sr.
Senador Renan Calheiros
 Presidente do Congresso Nacional
 Brasília – DF

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos regimentais, a retirada da minha assinatura da CPMI destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Atenciosamente, – Deputado **André Zacharow**
 PSB/PR.

Brasília, 24 de maio de 2005

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos regimentais, a retirada da minha assinatura da CPMI destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Atenciosamente, – Deputado **Barbosa Neto**
 PSB/GO.

Brasília, 25 de maio de 2005

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos regimentais, a retirada da minha assinatura da CPMI destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Atenciosamente, – **Ariosto Holanda** PSDB/CE.

Brasília, 24 de maio de 2005

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos regimentais, a retirada da minha assinatura da CPMI destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios — Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Atenciosamente, – **Janete Capiberibe** PSB/AP.

Brasília, 24 de maio de 2005

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos regimentais, a retirada da minha assinatura da CPMI destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Atenciosamente, – Deputado **Sandra Rosado**
 PSB/RN.

Brasília, 24 de maio de 2005

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos regimentais, a retirada da minha assinatura da CPMI destinada a investigar as

causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Atenciosamente, – Deputado **Gonzaga Patriota** PSB/PE.

Brasília, 24 de maio de 2005

Exmº Sr.
Senador Renan Calheiros
 Presidente do Congresso Nacional
 Brasília – DF

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos regimentais, a retirada da minha assinatura da CPMI destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Atenciosamente, – Deputado **Luciano Leitoa**,
 PSB/MA.

Excelentíssimo Senhor
 Renan Calheiros
 Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que minha assinatura, apostila ao Requerimento nº 3/2005-CN, é de apoio. – Deputado **Davi Alcolumbre**, PFL/AP.

Ofício Nº 290/2005-SGM

Brasília, 26 de maio de 2005

Elmº Sr.
Dr. Mozarti Vianna de Paiva
 Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados

Senhor Secretário-Geral,

Solicito a V. Sª a gentileza de verificar a possibilidade de determinar ao setor competente dessa Secretaria-Geral, que proceda à conferência da complementação das assinaturas dos senhores deputados apostas ao requerimento de autoria dos Senadores José Agripino, Arthur Virgílio, José Jorge, dos Deputados Rodrigo Maia, Alberto Goldman e José Carlos Aleluia e outros, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”.

Encaminho, em anexo, os originais das folhas de assinaturas do requerimento supracitado.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Sª protestos de estima e consideração. – **Raimundo Carreiro Silva**, Secretário-Geral da Mesa.

SGM Nº 136/05

Brasília, 26 de maio de 2005

A Sua Senhoria o Senhor
 Raimundo Carreiro Silva
 Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
 Nesta

Senhor Secretário-Geral,
 Encaminho a Vossa Senhoria, em atendimento a solicitação contida no Ofício nº 290/2005-SGM, datado de 26 de maio do corrente ano, o relatório resultante

da conferência das novas assinaturas dos Senhores Deputados apostas ao Requerimento que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”, bem como dos requerimentos de retirada de assinaturas da referida CPMI.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria protestos de alta estima e distinta consideração. – **Mozart Vianna de Paiva**, Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SGM - SECAP (7503)

27/5/2005 10:17:59

Conferência de Assinaturas

Página: 001

Proposição: RCPMISTA**Autor da Proposição:** DEP. RODRIGO MAIA E OUTROS**Data de Apresentação:** 18/5/2005

Ementa: Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos no Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM**Totais de Assinaturas:**

Confirmadas	236
Não Conferem	001
Fora do Exercício	000
Repetidas	041
Ilégitimas	001
Retiradas	031

Assinaturas Confirmadas

1	ABELARDO LUPION	PFL	PR
2	AFFONSO CAMARGO	PSDB	PR
3	ALBERTO FRAGA	S.PART.	DF
4	ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP
5	ALCEU COLLARES	PDT	RS
6	ALDIR CABRAL	PFL	RJ
7	ALEXANDRE SANTOS	PMDB	RJ
8	ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA
9	ALMERINDA DE CARVALHO	PMDB	RJ
10	ALMIR MOURA	S.PART.	RJ
11	ÁLVARO DIAS	PDT	RN
12	ANA ALENCAR	PL	TO
13	ANDRÉ DE PAULA	PFL	PE
14	ANDRÉ FIGUEIREDO	PDT	CE
15	ANIVALDO VALE	PSDB	PA
16	ANTENOR NASPOLINI	PSDB	CE
17	ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE
18	ANTONIO CARLOS BISCAIA	PT	RJ
19	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO	PFL	BA
20	ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP
21	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	SP
22	ANTONIO CRUZ	PP	MS
23	ARMANDO MONTEIRO	PTB	PE
24	AROLDO CEDRAZ	PFL	BA

SGM - SECAP (7503)

27/5/2005 10:17:59

Conferência de Assinaturas

Página: 002

25	ÁTILA LINS	PPS	AM
26	ÁTILA LIRA	PSDB	PI
27	AUGUSTO NARDES	PP	RS
28	B. SÁ	PPS	PI
29	BABÁ	S.PART.	PA
30	BERNARDO ARISTON	PMDB	RJ
31	BETINHO ROSADO	PFL	RN
32	BISMARCK MAIA	PSDB	CE
33	BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG
34	BOSCO COSTA	PSDB	SE
35	CABO JÚLIO	PMDB	MG
36	CAPITÃO WAYNE	PSDB	GO
37	CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO
38	CARLOS EDUARDO CADOCÀ	PMDB	PE
39	CARLOS MELLES	PFL	MG
40	CARLOS SAMPAIO	PSDB	SP
41	CARLOS WILLIAN	PMDB	MG
42	CELCITA PINHEIRO	PFL	MT
43	CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS
44	CEZAR SILVESTRI	PPS	PR
45	CHICO ALENCAR	PT	RJ
46	CHICO SARDELLI	PFL	SP
47	CLAUDIO CAJADO	PFL	BA
48	CLÁUDIO MAGRÃO	PPS	SP
49	COLBERT MARTINS	PPS	BA
50	CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP
51	CORIOLANO SALES	PFL	BA
52	COSTA FERREIRA	PSC	MA
53	CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG
54	DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA
55	DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS
56	DELEY	PMDB	RJ
57	DIMAS RAMALHO	PPS	SP
58	DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB
59	DR. HELENO	PMDB	RJ
60	DR. RODOLFO PEREIRA	PDT	RR
61	DR. ROSINHA	PT	PR
62	DRA. CLAIR	PT	PR
63	EDISON ANDRINO	PMDB	SC
64	EDSON DUARTE	PV	BA
65	EDSON EZEQUIEL	PMDB	RJ
66	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
67	EDUARDO CUNHA	PMDB	RJ
68	EDUARDO GOMES	PSDB	TO
69	EDUARDO PAES	PSDB	RJ
70	EDUARDO SCIARRA	PFL	PR
71	ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO	PRONA	SP
72	ELISEU PADILHA	PMDB	RS

SGM - SECAP (7503)

27/5/2005 10:17:59

Conferência de Assinaturas

Página: 003

73	ELISEU RESENDE	PFL	MG
74	ENÉAS	PRONA	SP
75	ENIO BACCI	PDT	RS
76	ÉRICO RIBEIRO	PP	RS
77	FÁBIO SOUTO	PFL	BA
78	FÉLIX MENDONÇA	PFL	BA
79	FERNANDO CORUJA	PPS	SC
80	FERNANDO DE FABINHO	PFL	BA
81	FERNANDO GABEIRA	PV	RJ
82	FERNANDO LOPES	PMDB	RJ
83	FEU ROSA	PP	ES
84	FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR
85	FRANCISCO TURRA	PP	RS
86	GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA
87	GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	BA
88	GERALDO RESENDE	PPS	MS
89	GERALDO THADEU	PPS	MG
90	GERSON GABRIELLI	PFL	BA
91	GERVÁSIO SILVA	PFL	SC
92	GILBERTO NASCIMENTO	PMDB	SP
93	GILMAR MACHADO	PT	MG
94	GONZAGA MOTA	PSDB	CE
95	GUSTAVO FRUET	PSDB	PR
96	HAMILTON CASARA	PL	RO
97	IBRAHIM ABI-ACKEL	PP	MG
98	INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE
99	INOCÊNCIO OLIVEIRA	PMDB	PE
100	ITAMAR SERPA	PSDB	RJ
101	IVAN PAIXÃO	PPS	SE
102	IVAN RANZOLIN	PP	SC
103	IVAN VALENTE	PT	SP
104	JACKSON BARRETO	PTB	SE
105	JAIR BOLSONARO	PP	RJ
106	JAIR DE OLIVEIRA	PMDB	ES
107	JAIRO CARNEIRO	PFL	BA
108	JANDIRA FEGLI	PCdoB	RJ
109	JEFFERSON CAMPOS	PMDB	SP
110	JOÃO ALFREDO	PT	CE
111	JOÃO ALMEIDA	PSDB	BA
112	JOÃO BATISTA	PFL	SP
113	JOÃO CAMPOS	PSDB	GO
114	JOÃO CARLOS BACELAR	PFL	BA
115	JOÃO CASTELO	PSDB	MA
116	JOÃO CORREIA	PMDB	AC
117	JOÃO FONTES	PDT	SE
118	JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	PL	MG
119	JORGE ALBERTO	PMDB	SE
120	JORGE VI	PSDB	AL

Assinatura

SGM - SECAP (7503)

27/5/2005 10:17:59

Conferência de Assinaturas

Página: 004

121	JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	BA
122	JOSÉ CARLOS ARAÚJO	PL	BA
123	JOSÉ CARLOS MACHADO	PFL	SE
124	JOSÉ DIVINO	PMDB	RJ
125	JOSÉ MENDONÇA BEZERRA	PFL	PE
126	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	PFL	DF
127	JOSÉ ROCHA	PFL	BA
128	JOSÉ THOMAZ NONÔ	PFL	AL
129	JOSIAS QUINTAL	PMDB	RJ
130	JOVINO CÂNDIDO	PV	SP
131	JUÍZA DENISE FROSSARD	PPS	RJ
132	JÚLIO CESAR	PFL	PI
133	JÚLIO DELGADO	PPS	MG
134	JÚLIO REDECKER	PSDB	RS
135	JULIO SEMEGHINI	PSDB	SP
136	JURANDIR BOIA	PDT	AL
137	JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA
138	KÁTIA ABREU	PFL	TO
139	LAURA CARNEIRO	PFL	RJ
140	LEANDRO VILELA	PMDB	GO
141	LÉO ALCÂNTARA	PSDB	CE
142	LEONARDO MATTOS	PV	MG
143	LEONARDO PICCIANI	PMDB	RJ
144	LINCOLN PORTELA	PL	MG
145	LOBBE NETO	PSDB	SP
146	LUCIANA GENRO	S.PART.	RS
147	LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS
148	LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO
149	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR
150	LUIZ CARLOS SANTOS	PFL	SP
151	LUIZ CARREIRA	PFL	BA
152	LUIZA ERUNDINA	PSB	SP
153	LUPÉRCIO RAMOS	PMDB	AM
154	MANATO	PDT	ES
155	MANINHA	PT	DF
156	MARCELLO SIQUEIRA	PMDB	MG
157	MARCELO GUIMARÃES FILHO	PL	BA
158	MARCELO ORTIZ	PV	SP
159	MÁRCIO FORTES	PSDB	RJ
160	MARCOS ABRAMO	PFL	SP
161	MARIA HELENA	PPS	RR
162	MAURO PASSOS	PT	SC
163	MEDEIROS	PL	SP
164	MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS
165	MILTON BARBOSA	PFL	BA
166	MORONI TORGAN	PFL	CE
167	MURILLO ZAUTI	PFL	MS
168	MUSSA DEMES	PFL	PI

SGM - SECAP (7503)

27/5/2005 10:17:59

Conferência de Assinaturas

Página: 005

169	NARCIO RODRIGUES	PSDB	MG
170	NAZARENO FONTELES	PT	PI
171	NEIVA MOREIRA	PDT	MA
172	NELSON BORNIER	PMDB	RJ
173	NELSON PROENÇA	PPS	RS
174	NEUCIMAR FRAGA	PL	ES
175	NEY LOPES	PFL	RN
176	NICE LOBÃO	PFL	MA
177	NICIAS RIBEIRO	PSDB	PA
178	NILSON PINTO	PSDB	PA
179	NILTON BAIANO	PP	ES
180	OLIVEIRA FILHO	PL	PR
181	ONYX LORENZONI	PFL	RS
182	ORLANDO FANTAZZINI	PT	SP
183	OSÓRIO ADRIANO	PFL	DF
184	OSVALDO COELHO	PFL	PE
185	OSVALDO REIS	PMDB	TO
186	PASTOR AMARILDO	PMDB	TO
187	PASTOR PEDRO RIBEIRO	PMDB	CE
188	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM
189	PAULO AFONSO	PMDB	SC
190	PAULO BAUER	PFL	SC
191	PAULO FEIJÓ	PSDB	RJ
192	PAULO LIMA	PMDB	SP
193	PAULO MAGALHÃES	PFL	BA
194	PAULO RUBEM SANTIAGO	PT	PE
195	PEDRO CHAVES	PMDB	GO
196	PERPÉTUA ALMEIDA	PCdoB	AC
197	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
198	RAFAEL GUERRA	PSDB	MG
199	RAUL JUNGMANN	PPS	PE
200	RICARDO BARROS	PP	PR
201	ROBÉRIO NUNES	PFL	BA
202	ROBERTO BRANT	PFL	MG
203	ROBERTO FREIRE	PPS	PE
204	ROBERTO MAGALHÃES	PFL	PE
205	RODRIGO MAIA	PFL	RJ
206	ROGÉRIO TEÓFILO	PPS	AL
207	RONALDO CAIADO	PFL	GO
208	RONALDO DIMAS	PSDB	TO
209	ROSE DE FREITAS	PMDB	ES
210	SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA
211	SÉRGIO CAIADO	PP	GO
212	SEVERIANO ALVES	PDT	BA
213	SILVIO TORRES	PSDB	SP
214	SUELY CAMPOS	PP	RR
215	THELMA DE OLIVEIRA	PSDB	MT
216	VADÃO GOMES	PP	SP

Wojciech

SGM - SECAP (7503)

27/5/2005 10:17:59

Conferência de Assinaturas

Página: 006

217	VANDERLEI ASSIS	PP	SP
218	VANESSA GRAZIOTIN	PCdoB	AM
219	VIC PIRES FRANCO	PFL	PA
220	VICENTE ARRUDA	PSDB	CE
221	VILMAR ROCHA	PFL	GO
222	VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT	MG
223	VITTORIO MEDIOLI	PV	MG
224	WAGNER LAGO	PP	MA
225	WALDEMAR MOKA	PMDB	MS
226	WALTER BARELLI	PSDB	SP
227	WALTER PINHEIRO	PT	BA
228	WELLINGTON ROBERTO	PL	PB
229	WLADIMIR COSTA	PMDB	PA
230	XICO GRAZIANO	PSDB	SP
231	YEDA CRUSIUS	PSDB	RS
232	ZÉ LIMA	PP	PA
233	ZELINDA NOVAES	PFL	BA
234	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA
235	ZONTA	PP	SC
236	ZULAIÊ COBRA	PSDB	SP

Assinaturas que Não Conferem

1 ROBSON TUMA PFL SP



SGM - SECAP (7503)

27/5/2005 10:17:59

Conferência de Assinaturas

Página: 007

Assinaturas Repetidas

1	ALBERTO FRAGA	S.PART.	DF
2	ALCEU COLLARES	PDT	RS
3	ALDIR CABRAL	PFL	RJ
4	ALDIR CABRAL	PFL	RJ
5	ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP
6	CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO
7	DR. HELENO	PMDB	RJ
8	DR. HELENO	PMDB	RJ
9	EDISON ANDRINO	PMDB	SC
10	EDUARDO CUNHA	PMDB	RJ
11	EDUARDO CUNHA	PMDB	RJ
12	EDUARDO PAES	PSDB	RJ
13	ENÉAS	PRONA	SP
14	ÉRICO RIBEIRO	PP	RS
15	FERNANDO DE FABINHO	PFL	BA
16	FERNANDO DE FABINHO	PFL	BA
17	GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA
18	GERVÁSIO SILVA	PFL	SC
19	JEFFERSON CAMPOS	PMDB	SP
20	JEFFERSON CAMPOS	PMDB	SP
21	JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	PL	MG
22	JORGE VI	PSDB	AL
23	JOSÉ CARLOS MACHADO	PFL	SE
24	JOSÉ CARLOS MACHADO	PFL	SE
25	JOVAIR ARANTES	PTB	GO
26	MANATO	PDT	ES
27	MANINHA	PT	DF
28	MARCELO GUIMARÃES FILHO	PL	BA
29	MORONI TORGAN	PFL	CE
30	MURILLO ZAUTI	PFL	MS
31	MURILLO ZAUTI	PFL	MS
32	OSÓRIO ADRIANO	PFL	DF
33	OSÓRIO ADRIANO	PFL	DF
34	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM
35	PAULO LIMA	PMDB	SP
36	PAULO RUBEM SANTIAGO	PT	PE
37	ROBÉRIO NUNES	PFL	BA
38	RODRIGO MAIA	PFL	RJ
39	THELMA DE OLIVEIRA	PSDB	MT
40	VADÃO GOMES	PP	SP
41	VIC PIRES FRANCO	PFL	PA

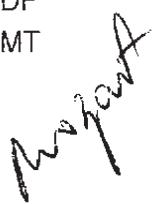
SGM - SECAP (7503)**Conferência de Assinaturas**

27/5/2005 10:17:59

Página: 008

Assinaturas Retiradas

1	ANDRÉ COSTA	PT	RJ
2	ANDRÉ ZACHAROW	PSB	PR
3	ANTONIO JOAQUIM	PTB	MA
4	ARIOSTO HOLANDA	PSDB	CE
5	BARBOSA NETO	PSB	GO
6	CARLOS SANTANA	PT	RJ
7	DAVI ALCOLUMBRE	PFL	AP
8	ELAINE COSTA	PTB	RJ
9	ENIO TATICO	PL	GO
10	FRANCISCO GARCIA	PP	AM
11	GERVÁSIO OLIVEIRA	PMDB	AP
12	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
13	INALDO LEITÃO	PL	PB
14	JANETE CAPIBERIBE	PSB	AP
15	JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG
16	JOAQUIM FRANCISCO	PTB	PE
17	JORGE BOEIRA	PT	SC
18	JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PTB	PE
19	JOVAIR ARANTES	PTB	GO
20	KELLY MORAES	PTB	RS
21	LUCI CHOINACKI	PT	SC
22	LUCIANO LEITOÀ	PSB	MA
23	LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP
24	MARCONDES GADELHA	PTB	PB
25	NEUTON LIMA	PTB	SP
26	RICARDO RIQUE	PL	PB
27	ROBERTO JEFFERSON	PTB	RJ
28	SANDRA ROSADO	PSB	RN
29	SILAS CÂMARA	PTB	AM
30	WASNÝ DE ROURE	PT	DF
31	WELINTON FAGUNDES	PL	MT



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – O requerimento lido contém o número constitucional de subscritores e será publicado para que produza seus efeitos legais.

A Presidência fará oportunamente as designações para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, assim constituída de acordo com as indicações que receber das Lideranças partidárias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Sobre a mesa mensagem presidencial que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Deputado Inocêncio Oliveira.

É lida a seguinte:

**MENSAGEM N° 47, DE 2005 – CN
(N° 311/2005, na origem)**

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do § 6º do art. 72 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, encaminho a Vossas Excelências o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao segundo bimestre de 2005, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Brasília, 23 de maio de 2005.



Aviso n° 509 – C. Civil

Brasília, 23 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Relatório.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, referente ao Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, relativo ao segundo bimestre, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

EM Interministerial nº 92 MP/MF

Brasília, 23 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à consideração de Vossa Excelência relatório a ser encaminhado à Comissão Mista de

que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, aos demais Poderes e ao Ministério Público da União – MPU, conforme disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), nos termos do art. 72 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei Diretrizes Orçamentárias – LDO 2005).

2. Tais dispositivos determinam que ao final de cada bimestre sejam reavaliados os itens de receitas e despesas a fim de verificar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da LDO. Caso sejam verificadas modificações nas projeções fiscais, os Poderes e o Ministério Público da União promoverão, por ato próprio, adequação dos limites de empenho e movimentação financeira.

3. Cabe destacar que, em 25 de fevereiro de 2005, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 5.379, estabelecendo a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal por órgão para o exercício de 2005, em cumprimento ao disposto nos arts. 8º da LRF e 71 da LDO 2005. As projeções indicavam uma necessidade de ajuste nas despesas para cumprimento da meta de resultado primário. Assim, foram autorizadas para empenho e pagamento no âmbito do Poder Executivo despesas no montante de R\$71,5 bilhões, valor esse inferior em R\$15,9 bilhões ao constante na Lei Orçamentária Anual – LOA–2005, até que fosse efetuada a avaliação bimestral exigida pelo art. 9º da LRF.

4. Em março foi realizada a avaliação do primeiro bimestre, conforme disposto nos arts. 9º da LRF e 72 da LDO 2005, e o Poder Executivo encaminhou aos demais Poderes e ao MPU relatório indicando a necessidade de limitação de R\$259,2 milhões em relação aos valores de despesas discricionárias previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA, tendo em vista as estimativas de receitas e despesas até aquele momento.

5. Após o encerramento do segundo bimestre, em atendimento ao disposto no art. 9º da LRF, procedeu-se à reavaliação das receitas e despesas do exercício, visando garantir o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para 2005 na Lei de Diretrizes Orçamentárias, mediante novas estimativas com base na tendência de realização desses agregados da Lei Orçamentária e em parâmetros macroeconômicos revisados. Em relação às variáveis macroeconômicas, foi ajustada a expectativa de crescimento real da economia, de 4,32% para 4,00%. Os índices de inflação e as taxas de juros, por seu turno, já incorporaram as últimas expectativas de mercado e são compatíveis com a meta estabelecida para o exercício, conforme orientação da política monetária vigente.

6. Cumpre ressaltar a elevação verificada na discrepância estatística entre o resultado apurado pelo Banco Central, no conceito abaixo da linha, e o do Tesouro Nacional, chamado “acima da linha”. Essa elevação decorre da incorporação do repasse, a título de amortização, dos recebíveis de Itaipu-binacional e da expectativa até o final do exercício do ingresso de recursos não computados na receita acima da linha.

7. Com base no resultado realizado até o segundo bimestre, verificou-se uma melhoria na arrecadação das receitas primárias superior à necessidade de elevação de algumas despesas obrigatórias. Assim, torna-se possível, neste momento, efetivar a ampliação do montante de despesas discricionárias em R\$773,0 milhões em relação aos limites previstos por ocasião do Decreto nº 5.379, de 2005, e da avaliação do primeiro bimestre, conforme apresentado no quadro a seguir:

Discriminação	R\$ milhões
	Variação em relação ao Decreto nº 5.379, de 25/02/05
1. Receita Primária Total, exceto arrecadação líquida do INSS	6.369,5
2. Transferências a Estados e Municípios	2.298,9
3. Receita Líquida	4.070,6
4. Despesas Obrigatórias	2.824,2
5. Déficit do RGPS	1.114,5
6. Discrepância Estatística e Ajustes	918,1
7. Alteração da Meta Nominal de Resultado em Função da Reestimativa do PIB	276,9
8. Ampliação de Limites de Empenho (3 - 4 - 5 + 6 - 7)	773,0

8. Conforme determina o § 1º do art. 9º da LRF, o restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira deverá ser distribuído entre os Poderes e o Ministério Público da União proporcionalmente às reduções efetivadas. Assim, procedendo a esse ajuste, o atual nível de limitação passa a ser o constante do Anexo II, calculado de forma proporcional à participação de cada um dos Poderes e do Ministério Público da União na base contingenciável, conforme disposto no art. 72, § 2º, da LDO 2005 e cujo demonstrativo encontra-se no Anexo I.

9. Adicionalmente, visando atender o disposto no art 72, §§ 4º e 6º, da LDO 2005, propomos o encaminhamento do relatório em anexo à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como seu envio aos demais Poderes e ao Ministério Público da União.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – **Murilo Portugal Filho**, Ministro de Estado da Fazenda, Interino.

ANEXO I
DEMONSTRATIVO DA BASE CONTINGENCIÁVEL
(Art. 72, §§ 1º, 2º e 3º da LDO - 2005)

DESCRÍÇÃO	VALORES R\$ 1,00
A. Total de Despesas Aprovadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.606.403.171.042
B. Total de Despesas Financeiras	1.172.405.982.262
C. Total de Despesas Primárias (A - B)	433.997.188.780
D. Parcela Primária da Reserva de Contingência	2.478.900.000
E. Total de Despesas Obrigatórias ⁽¹⁾	375.806.186.221
F. Total de Despesas Primárias Discricionárias (C - D - E)	55.712.102.559
G. Despesas Discricionárias Ressalvadas na LDO 2005	8.555.412.210
<u>Leju + MPU</u>	<u>3.117.535.652</u>
PL Atividades LEJU + MPU	3.117.535.652
<u>Poder Executivo</u>	<u>5.437.876.558</u>
Despesas relativas às ações dirigidas ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional	1.962.566.995
Despesas com as ações vinculadas à função Ciência e Tecnologia, bem como aquelas destinadas à pesquisa e desenvolvimento realizadas no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3.376.409.563
Promoção do desenvolvimento no Estado do Tocantins - Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda	98.900.000
H. Base Contingenciável (F - G)	47.156.690.349

ANEXO II – DEMONSTRATIVO DO ATUAL NÍVEL DE LIMITAÇÃO ENTRE OS PODERES

Poderes	Base Contingenciável	Participação %	Atual nível de limitação em relação à LOA	R\$ 1,00
Poder Executivo	46.347.836.552	98,3	14.823.082.736	
Poderes Legislativo, Judiciário e MPU	808.853.797	1,7	258.689.675	
Câmara dos Deputados	53.606.335	0,1	17.144.514	
Senado Federal	53.037.597	0,1	16.962.619	
Tribunal de Contas da União	21.747.686	0,0	6.955.400	
Supremo Tribunal Federal	36.567.547	0,1	11.695.126	
Superior Tribunal de Justiça	72.145.010	0,2	23.073.600	
Justiça Federal	135.577.567	0,3	43.360.762	
Justiça Militar da União	2.331.706	0,0	745.732	
Justiça Eleitoral	40.921.940	0,1	13.087.759	
Justiça do Trabalho	255.554.022	0,5	81.731.936	
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	43.165.813	0,1	13.805.400	
Ministério Público da União	94.198.574	0,2	30.126.827	
Total	47.156.690.349	100,0	15.081.772.411	

RELATÓRIO À COMISSÃO MISTA DE QUE TRATA O ART. 166, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO, PREVISTO NO § 6º DO ART. 72 DA LEI Nº 10.934, DE 11 AGOSTO DE 2004 - LDO 2005.

SUMÁRIO

1. Avaliação das Receitas e Despesas Primárias

2. Parâmetros (LDO 2005, art. 72, § 6º, inciso II)

3. Análise das Receitas, exceto Regime Geral de Previdência Social - RGPS (LDO 2005, art. 72, § 6º, incisos I e IV)

4. Análise das Despesas Obrigatórias, exceto Regime Geral de Previdência Social - RGPS (LDO 2005, art. 72, § 6º, incisos I e III)

5. Memória de Cálculo das Receitas e Despesas do Regime Geral de Previdência Social - RGPS

6. Discrepância Estatística e Ajuste Metodológico

7. Ampliação de Limites de Empenho e Movimentação Financeira

ANEXOS

Memória de Cálculo das Receitas Administradas

Anexo das Estatais Federais

Joaquim Levy
STN

João Bernardo de Oliveira Braga
Secretário de Orçamento Federal
SOF/MP

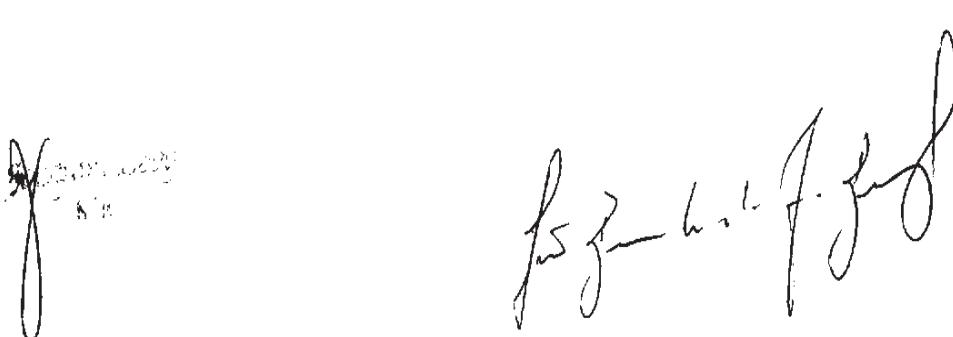
Sumário Executivo

Conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, procede-se à segunda revisão bimestral das projeções fiscais, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005.

Os parâmetros utilizados para as projeções de receitas e despesas primárias foram revisados a partir de uma base mais recente de dados. Após a aplicação desses parâmetros e a atualização da base de projeção das receitas e despesas até o mês de abril, salvo exceções destacadas ao longo do relatório, verificou-se a possibilidade de aumentar os limites de empenho e movimentação financeira.

Assim, apesar de a projeção das despesas primárias obrigatórias ter aumentado em R\$ 2,8 bilhões, e o déficit primário do Regime Geral de Previdência Social ter sido elevado em R\$ 1,1 bilhão, as receitas primárias, exclusive arrecadação líquida da Previdência Social, elevaram-se em cerca de R\$ 6,4 bilhões. Em função do aumento da receita, as transferências constitucionais e legais a estados e municípios ficaram R\$ 2,3 bilhões maiores. Outros fatores contribuíram ainda para a possibilidade de ampliação dos limites:

- Aumento em R\$ 276,9 milhões do valor da meta de resultado primário devido à reestimativa do Produto Interno Bruto - PIB nominal; e
- Elevação da discrepância estatística e outros ajustes, favorável aos orçamentos fiscal e da seguridade social, em R\$ 918,1 milhões em relação ao resultado apurado pelo Banco Central na ótica “abaixo da linha”.

Two handwritten signatures are present at the bottom right of the page. The first signature, on the left, appears to be "F. J. S. M." followed by a date "10/05/2005". The second signature, on the right, appears to be "F. J. S. M." followed by a date "10/05/2005".

INFORME AOS DEMAIS PODERES**Em 23 de maio de 2005***(Em cumprimento ao art. 72, § 6º, da LDO/2005)***1. AVALIAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS**

O art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), determina que, ao final de cada bimestre, seja avaliado se a receita realizada comportará ou não o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Para isso é necessário, além da reavaliação das receitas primárias, analisar o comportamento das despesas primárias de execução obrigatória, uma vez que suas reestimativas em relação às dotações constantes da Lei Orçamentária podem afetar a obtenção do referido resultado. Conforme determinado no § 7º do art. 72 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005 - LDO 2005), se verificada elevação na estimativa dessas despesas, o Poder Executivo abrirá crédito suplementar ou encaminhará projeto de lei de crédito adicional ao Congresso Nacional para suplementar as respectivas dotações constantes da Lei. Tal procedimento refere-se às providências que aquele Poder adotará, em cumprimento ao inciso III do § 6º do art. 72 da LDO 2005.

Dessa maneira, procedeu-se à reavaliação das receitas e despesas primárias dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, observando dados realizados até o mês de abril, salvo exceções destacadas ao longo do relatório, e parâmetros econômicos estimados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda atualizados, que refletem o presente cenário e as expectativas até o final do exercício. Após essa reavaliação, constatou-se a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira em R\$ 773,0 milhões.

Em relação às variáveis macroeconômicas, a expectativa de crescimento real da economia foi reestimada em 4%. Os índices de inflação e as taxas de juros também incorporam as últimas expectativas de mercado e são compatíveis com a meta estabelecida para o exercício, conforme orientação da política monetária vigente.

No que diz respeito às receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, a reestimativa realizada por esse órgão aponta para um acréscimo de R\$ 6,4 bilhões na arrecadação anual em relação à previsão contida no Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005. Os principais aumentos verificados ocorreram no Imposto sobre a Renda – IR e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL. As outras receitas primárias do Governo Federal, de maneira geral, sinalizam um pequeno decréscimo em relação ao montante estimado  ocasião do Decreto nº 5.379, de 2005.

Incorporou-se, ainda, nova estimativa de despesas obrigatórias, derivada principalmente da atualização das bases de execução e dos parâmetros macroeconômicos. Nesse caso, destacam-se os acréscimos em Pessoal e Encargos Sociais e Subsídios.

Quanto ao déficit do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, houve piora de R\$ 1,1 bilhão devido à maior previsão de desembolso de benefícios previdenciários, superior à estimativa de maior arrecadação.

Os Poderes Judiciário e Legislativo e o Ministério Público da União, por sua vez, à época da avaliação do primeiro bimestre, tinham projeção de despesas discricionárias R\$ 259,2 milhões menor do que consta no Decreto nº 5.379, de 2005. A necessidade dessa limitação foi a eles comunicada naquela oportunidade.

Diante da combinação dos fatores citados acima, verificou-se a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira em R\$ 773,0 milhões, totalizando uma limitação líquida de R\$ 15.081,8 milhões em relação à Lei Orçamentária de 2005, conforme demonstrado a seguir:

Discriminação	Variações em relação ao Decreto nº 5.379, de 25/02/2005	R\$ milhões
1. Receita Primária Total, exceto Arrecadação Líquida do INSS		6.369,5
2. Transferências a Estados e Municípios		2.298,9
3. Receita Líquida		4.070,6
4. Despesas Obrigatórias, exceto Benefícios Previdenciários		2.824,2
5. Déficit do RGPS		1.114,5
6. Discrepância Estatística e Ajustes		918,1
7. Alteração da Meta Nominal de Resultado		276,9
8. Ampliação de Despesas Discricionárias (3 - 4 - 5 + 6 - 7)		773,0



Joaquim Levy
STN

2. PARÂMETROS (LDO 2005, ART. 72, § 6º, INCISO II)

A revisão das hipóteses macroeconômicas utilizadas para a elaboração do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, mostra alteração em diversos parâmetros. As principais estão listadas a seguir:

COMPARATIVO DAS PROJEÇÕES DE PARÂMETROS - 2005

Parâmetros	Dec. 5.379, de 25/02/05 (*) (a)	Reprogramação (**) (b)	Diferença (c = b - a)
IPCA acum (%)	5,10	5,10	0,01
IGP-DI acum (%)	6,50	6,97	0,48
PIB real (%)	4,32	4,00	-0,32
PIB - R\$ bilhões	1.961,3	1.972,9	11,6
Taxa Over - SELIC Média	17,28	18,87	1,59
Taxa de Câmbio Média	2,83	2,64	-0,19
Preço Médio do Petróleo (US\$)	42,57	50,87	8,29
Reajuste do Salário Mínimo	15,38	15,38	0,00
Reajuste dos Demais Benefícios Previdenciários	5,45	6,36	0,91

Fonte: Secretaria de Política Econômica - SPE

(*) Grade de 11 de janeiro de 2005.

(**) Grade de 6 de janeiro de 2005.

3. ANÁLISE DAS RECEITAS, EXCETO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS (LDO 2005, ART. 72, § 6º, INCISOS I E IV)

A projeção das receitas da União segue, de modo geral, um modelo incremental, em que se aplicam os principais parâmetros de projeção das contas públicas sobre uma base de cálculo composta pela arrecadação realizada no ano imediatamente anterior, excluídas da base de projeção as receitas extraordinárias. Aplicam-se a essa base também os efeitos decorrentes das alterações na legislação tributária.

As estimativas atuais das receitas primárias líquidas de transferências do Governo Central, exceto RGPS, apresentam aumento de R\$ 4,1 bilhões em relação àquelas contidas no Decreto nº 5.379, de 2005, conforme mostra a tabela a seguir:

Joaquim Levy
STN

Discriminação	Dec. nº 5.379, de 25/02/05 (a)	Reprogramação (b)	R\$ milhões Diferença (c = b - a)
I. RECEITA TOTAL	361.842,8	368.212,3	6.369,5
I.1 Receita Administrada	315.973,1	322.377,7	6.404,6
I.1.1. Imposto de Importação	10.984,6	10.398,3	-586,3
I.1.2. IPI	25.983,1	25.101,9	-881,2
I.1.3. Imposto de Renda	101.089,3	107.088,2	5.999,0
I.1.4. IOF	5.684,2	5.771,2	87,0
I.1.5. COFINS	85.702,0	85.730,8	28,8
I.1.6. PIS/PASEP	21.047,3	21.104,3	57,0
I.1.7. CSLL	21.726,4	23.264,0	1.537,6
I.1.8. CPMF	29.177,8	29.479,5	301,6
I.1.9. CIDE - Combustíveis	8.125,8	7.856,2	-269,6
I.1.11. Outras Administradas SRF	3.681,1	3.743,3	62,2
I.1.12. REFIS / PAES	2.771,5	2.840,1	68,6
I.2. Receitas Não Administradas	43.582,0	43.541,2	-40,8
I.3.1. Concessões	681,6	301,9	-379,7
I.3.2. Dividendos	3.404,7	3.610,5	205,8
I.3.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	4.046,2	4.046,2	0,0
I.3.4. Cota-Parte de Compensações Financeiras	15.235,2	15.150,7	-84,5
I.3.5. Demais Receitas	8.973,4	8.751,9	-221,5
I.3.6. Receita Própria (fontes 50 & 81)	5.971,9	6.215,6	243,7
I.3.7. Salário-Educação	5.269,0	5.464,4	195,4
I.3. FGTS	2.552,0	2.557,8	5,8
I.4. Incentivos Fiscais	-264,4	-264,4	
II. TRANSF. A EST. E MUNICIPIOS	74.020,7	76.319,6	2.298,9
II.1. FPE/FPM/IPI-EE	57.688,7	59.869,4	2.180,7
II.2. Fundos Regionais	1.301,2	1.458,8	157,6
Repasso Total	3.756,1	3.911,1	155,0
Superávit Fundos	-2.455,0	-2.452,3	2,6
II.3. Salário Educação	3.159,6	3.278,6	119,0
II.4. Compensações Financeiras	9.805,8	9.701,5	-104,3
II.5. Cide combustíveis	1.871,2	1.823,4	-47,8
II.6. Demais	194,3	187,9	-6,4
III. RECEITA LIQUIDA (I - II)	287.822,0	291.892,7	4.070,6

Esse aumento estimado decorre fundamentalmente da arrecadação verificada até o mês de abril e da atualização da previsão dos parâmetros econômicos para o exercício.

Joaquim Levy
STN

Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal/Ministério da Fazenda – SRF/MF

A memória de cálculo de todas as receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal encontra-se detalhada em anexo a este relatório.

Receitas Não Administradas pela SRF/MF

As principais diferenças em relação à estimativa do Decreto nº 5.379, de 2005, nas demais receitas arrecadadas pela União e incluídas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social são descritas a seguir:

Concessões: a queda de R\$ 379,7 milhões na projeção deve-se principalmente à postergação de parcela de bônus de assinatura da Agência Nacional do Petróleo para fevereiro de 2006, como mostra a tabela a seguir:

Descrição	Dec. nº 5.379, de 25/02/05 (a)	Reprogramação (b)	R\$ milhões Diferença (c = b - a)
Receita de Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Fte 129)	113,3	90,2	-23,1
Receita de Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens (Fte 129)	26,9	25,1	-1,9
Receita de Outorga dos Serviços de Transporte Ferroviário (Fte 129)	20,1	20,2	0,1
Bônus de Assinatura de Contrato de Concessão (Fte 129)	360,0	-0,4	-360,3
Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção (Fte 129)	132,0	128,3	-3,7
Receita de Outorga do Direito de Uso de Radiofrequência (Fte 129)	5,1	5,8	0,7
Receita de Outorga dos Serv. Transp. Rod. Interestadual e Internacional de Passageiros (Fte 129)	0,0	0,4	0,4
Receita de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos (Fte 116)	14,8	16,8	1,9
Receita de Utilização de Posições Orbitais (Fte 129)	9,4	0,0	-9,4
Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações (Fte 129)	0,0	15,6	15,6
TOTAL	681,6	301,9	-379,7

Dividendos: o aumento de R\$ 205,8 milhões na estimativa está concentrado na Caixa Econômica Federal, que antecipou parte dos dividendos devidos. O quadro a seguir detalha a estimativa:

Joaquim Levy
STN

EMPRESA	R\$ milhões		
	Dec. nº 5.379, de 25/02/05 (a)	Reprogramação (b)	Diferença (c = b - a)
SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	2.273,1	2.380,9	107,9
BB	172,7	307,5	134,8
ELETROBRÁS (PND)	226,1	133,3	-92,9
PETROBRÁS	1.634,4	1.714,7	80,3
OUTROS	239,8	225,4	-14,4
EMPRESAS PÚBLICAS	1.078,5	1.053,9	-24,6
BNDES	574,0	375,8	-198,2
CEF	167,1	503,0	335,9
ECT	260,9	79,4	-181,5
OUTRAS	76,4	95,6	19,2
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	23,0	146,0	123,1
CVRD (Companhia Vale do Rio Doce)	12,5	33,8	21,3
OUTRAS	10,5	112,3	101,8
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	30,1	29,6	-0,5
TOTAL	3.404,7	3.610,5	205,8

Compensações Financeiras: a estimativa está R\$ 84,5 milhões menor que o previsto no Decreto nº 5.379, de 2005, compensando itens com previsão majorada com outros que tiveram queda em sua projeção. A estimativa da *Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos* está reduzida em função da estimativa da produção de energia elétrica. Os *Royalties da Itaipu Binacional*, por sua vez, foram reduzidos em função da depreciação cambial recente. Quanto à projeção das receitas com *Royalties de Petróleo e Gás Natural*, predominou o efeito negativo da depreciação cambial sobre o aumento do preço do barril de petróleo. Já a *Participação Especial pela Produção de Petróleo ou Gás Natural* teve valor majorado porque houve aumento da rentabilidade de poços com grande produção, além da maior alíquota média aplicada sobre tais poços. O quadro a seguir detalha os principais itens dessa receita:

Descrição	R\$ milhões		
	Dec. nº 5.379, de 25/02/05 (a)	Reprogramação (b)	Diferença (c = b - a)
Cota-Parte de Compensações Financeiras	15.235,2	15.150,7	-84,5
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	1.146,1	989,5	-156,6
Compensação Financeira pela Extração Mineral	449,6	403,7	-45,9
Royalties pela Produção do Petróleo e Gás Natural - em Terra	570,7	505,8	-64,9
Royalties pela Produção do Petróleo e Gás Natural - em Plataforma	2.881,4	2.775,1	-106,4
Royalties - Excedente Prod. Petróleo e Gás Natural - em Terra	519,3	451,4	-67,9
Royalties - Excedente Prod. Petróleo e Gás Natural - em Plataforma	2.802,3	2.716,4	-85,8
Participação Especial pela Produção de Petróleo ou Gás Natural	6.195,1	6.793,7	598,6
Royalties da Itaipu Binacional	670,6	515,0	-155,6

Demais Receitas: queda de R\$ 221,5 milhões em função da revisão da projeção de devolução de depósitos judiciais que compõem essa rubrica, hoje estimada em R\$ 417,4 milhões. Compensando parcialmente essa queda, houve acréscimo líquido na reestimativa das receitas no montante de R\$ 213,2 milhões, causado principalmente pela arrecadação da *Taxa de Fiscalização das Telecomunicações* em cerca de R\$ 200,0 milhões acima da média no mês de março, e pela inclusão na estimativa de aproximadamente R\$ 35,0 milhões relativos à *Taxa de Fiscalização da Previdência Complementar*.

Receita Própria: projeção com valor superior ao Decreto nº 5.379, de 2005, em R\$ 243,7 milhões, concentrado no Fundo de Ensino Profissional Marítimo, nas Indústrias Nucleares do Brasil S.A. e no Fundo Naval.

Contribuição para o Salário-Educação: ampliação de R\$ 195,4 milhões em função da revisão dos valores realizados; e

FGTS: o aumento foi gerado pela atualização da base de projeção e dos parâmetros.

Transferências a Estados e Municípios por Repartição de Receita

O aumento na atual projeção das transferências constitucionais deve-se principalmente à reestimativa da projeção de arrecadação do Imposto sobre a Renda.

4. ANÁLISE DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS, EXCETO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS (LDO 2005, ART. 72, § 6º, INCISOS I E III)

A projeção das despesas obrigatórias, exceto RGPS, aumentou em R\$ 2,8 bilhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Joaquim Levy
STN

Discriminação	Dec. n° 5.379, de 25/02/05 (a)	Reprogramação (b)	R\$ milhões Diferença (c = b - a)
DESPESAS OBRIGATÓRIAS, Exceto RGPS	130.040,8	132.865,1	2.824,2
Pessoal e Encargos Sociais	91.326,4	91.996,4	670,0
Abono e Seguro Desemprego	10.641,1	10.641,1	
Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00)	4.300,0	4.304,1	4,1
Sentenças Judiciais - demais	1.310,1	1.310,2	0,1
Subvenções Econômicas	182,7	182,7	
Subsídios, Securitização e Reordenamento de Passivos	7.958,4	9.401,0	1.442,6
Fundef - Complementação	404,2	524,2	120,0
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS	7.743,1	7.583,4	-159,7
Fundos FDA e FDNE	227,9	227,9	
Créditos Extraordinários	463,8	717,8	254,0
Doações	274,7	278,0	3,3
Indenizações - Proagro	162,7	452,7	290,0
Fundo Constitucional do DF	422,8	422,8	
Fabricação de Cédulas e Moedas	304,1	338,5	34,4
Renda Mensal Vitalícia	1.767,3	1.927,9	160,6
FGTS	2.552,0	2.557,8	5,8

As principais variações verificadas nessas despesas foram:

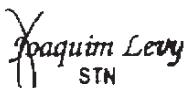
Pessoal e Encargos Sociais: Acréscimo de R\$ 670 milhões, oriundos dos seguintes fatores: i) pagamento de sentenças decorrentes de solicitações de diversos órgãos, tais como Ministérios da Justiça e da Saúde; ii) incorporação de sentenças proferidas no segundo semestre de 2004, após o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária de 2005; e iii) impacto da extensão a cerca de cem mil ferroviários aposentados da decisão do Tribunal Superior do Trabalho ao final de 2004, que concedeu dissídio aos servidores ativos da extinta Rede Ferroviária Federal S/A. A projeção incorpora também R\$ 50 milhões de despesas de exercícios anteriores;

Lei Kandir: os R\$ 4,1 milhões a mais na projeção correspondem a restos a pagar de exercícios anteriores;

Subsídios/Subvenções/Securitização e Reordenamento de passivos: o acréscimo de R\$ 1,4 bilhão deve-se a, entre outros fatores, previsão de inscrição na dívida ativa da União de créditos com mutuários, no âmbito do Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA, e a revisão do valor da amortização de recebíveis de Itaipu a serem transferidos à Empresa Gestora de Ativos – EMGEA, para quitação de seu passivo com o FGTS, no âmbito do reordenamento dos passivos decorrentes do antigo sistema financeiro de habitação;

Benefícios de Prestação Continuada da LOAS: a incorporação dos valores realizados até o mês de abril e a revisão da projeção permitiram a queda da estimativa em R\$ 159,7 milhões;

Créditos Extraordinários: elevação de R\$ 254,0 milhões, em virtude da adição de medidas provisórias no período. Considera o montante de R\$ 272,7 milhões relativo a restos a pagar de exercícios anteriores e R\$ 445,0 milhões assim distribuídos:


Joaquim Levy
STN

Órgão	Medida Provisória	Ação	R\$ milhões
			Valor
Ministério da Defesa	241	Apoio à operação de ajuda humanitária aos países da Ásia atingidos pelo maremoto	5,0
Ministério da Defesa	241	Missão das Nações Unidas para o Haiti	85,6
Ministério da Defesa	244	Apoio das Forças Armadas na Região de Conflito no Estado do Pará	20,3
Encargos Financeiros da União	241	Remuneração dos agentes pagadores de RMV, benefícios previdenciários e LOAS	209,0
Presidência República, Encargos Financeiros da União, Transporte, Cultura e Planejamento	245	Extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA	93,3
Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa	247	Diversas Ações	1,8
Integração Nacional	250	Atendimento às vítimas da estiagem ocorrida no Sul do País	30,0
TOTAL			445,0

Doações: expectativa de incorporação de mais R\$ 3,3 milhões, via crédito adicional;

Indenizações – Proagro: o aumento de R\$ 290,0 milhões deve-se à revisão dos valores das perdas na safra da agricultura familiar em função da seca ocorrida na região sul do País. Os pagamentos a serem efetuados ocorrerão por conta do *Proagro Mais*, instituído pela Resolução CMN nº 3.234, de 31 de agosto de 2004;

Fabricação de Cédulas e Moedas: aumento na estimativa segundo programação estabelecida pelo Banco Central considerando valores realizados até o mês de março para execução de sua política monetária; e

Renda Mensal Vitalícia: o aumento de R\$ 159,7 milhões deve-se à incorporação dos meses realizados (até abril), com a consequente revisão da série.

Fundef – Complementação: o aumento de R\$ 120,0 milhões deve-se ao cumprimento de decisões judiciais.

Joaquim Levy
STN

As providências quanto à abertura de créditos para o atendimento da elevação de despesas obrigatórias serão tomadas de acordo com o disposto no § 7º, inciso I, do art. 72 da LDO 2005.

5. MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS E DESPESAS DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS

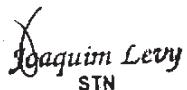
A projeção da receita previdenciária para 2005 foi efetuada com base na receita realizada no exercício de 2004, de R\$ 93,8 bilhões, sobre a qual incide a estimativa de crescimento da massa salarial de 9,16%, o reajuste do salário-mínimo de 15,38% e a elevação do teto de benefícios da ordem de 6,355%. Os valores até o mês de março de 2005 foram atualizados com a arrecadação realizada.

Quanto à despesa com benefícios, o cálculo foi efetuado com base nos valores realizados do mês de março, aplicando-se o crescimento vegetativo de 3,95%, o reajuste do salário-mínimo de 15,38%, com efeitos financeiros a partir de junho, e o reajuste dos demais benefícios, de 6,355%.

A projeção das sentenças judiciais relativas a benefícios previdenciários é de R\$ 3,1 bilhões, valor correspondente ao constante na Lei Orçamentária.

Em resumo, a ampliação de R\$ 1,1 bilhão na projeção atual de déficit do Regime Geral de Previdência Social em relação ao Decreto nº 5.379, de 2005, deve-se ao reajuste concedido aos demais benefícios – 6,355%, conforme Decreto nº 5.443, de 9 de maio de 2005, contra previsão anterior de 5,45% – e à atualização da base de realização até o mês de março. A maior estimativa dos benefícios foi compensada parcialmente por aumento previsto de arrecadação devido à nova estimativa de massa salarial nominal – 9,16% contra 8,70% à época do Decreto nº 5.379, de 2005, conforme tabela a seguir:

Discriminação	Dec. nº 5.379, de 25/02/05 (a)	Reprogramação (b)	Diferença (c = b - a)	R\$ milhões
I. Arrec. Líquida INSS	105.420,5	106.617,5	1.197,0	
II. Benefícios da Previdência	143.225,6	145.537,1	2.311,5	
III. Déficit do RGPS (II - I)	37.805,0	38.919,5	1.114,5	

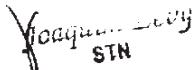

Joaquim Levy
STN

6. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA E AJUSTE METODOLÓGICO

A discrepância estatística com o resultado apurado pelo Banco Central, no conceito abaixo da linha, decorre de diversos fatores, inclusive de natureza transitória, entre os quais, o pagamento da dívida de Itaipu-binacional ao Tesouro Nacional. A projeção incorpora tanto os valores já registrados, quanto a expectativa do comportamento desses fatores até o final do ano.

7. AMPLIAÇÃO DE LIMITES DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

A revisão das estimativas das receitas primárias e das despesas obrigatórias indica a possibilidade de ampliação nos limites de empenho e movimentação financeira no montante de R\$ 773,0 milhões, conforme demonstrado anteriormente. O art. 9º da LRF estabelece que tal ampliação deve ser distribuída entre os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União, de acordo com as regras contidas na LDO 2005. Esta Lei, por sua vez, determina em seu art. 72 que a distribuição ocorra proporcionalmente à participação de cada Poder na base contingenciável definida no § 2º do mesmo artigo. O quadro a seguir demonstra o cálculo dessa base:


Joaquim Levy
STN

DESCRÍÇÃO	VALORES
A. Total de Despesas Aprovadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.606.403.171.042
B. Total de Despesas Financeiras	1.172.405.982.262
C. Total de Despesas Primárias (A - B)	433.997.188.780
D. Parcela Primária da Reserva de Contingência	2.478.900.000
E. Total de Despesas Obrigatórias ⁽¹⁾	375.806.186.221
F. Total de Despesas Primárias Discricionárias (C - D - E)	55.712.102.559
G. Despesas Discricionárias Ressalvadas na LDO 2005	8.555.412.210
<u>Leju + MPU</u>	<u>3.117.535.652</u>
PL Atividades LEJU + MPU	3.117.535.652
<u>Poder Executivo</u>	<u>5.437.876.558</u>
Despesas relativas às ações dirigidas ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional	1.962.566.995
Despesas com as ações vinculadas à função Ciência e Tecnologia, bem como aquelas destinadas à pesquisa e desenvolvimento realizadas no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3.376.409.563
Promoção do desenvolvimento no Estado do Tocantins - Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda	98.900.000
H. Base Contingenciável (F - G)	47.156.690.349

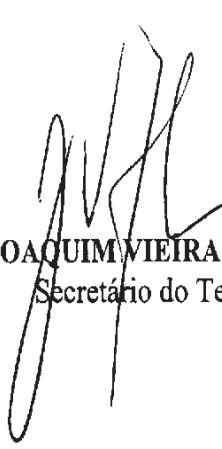
⁽¹⁾ Anexo V da LDO - 2005.

Assim, de acordo com a regra fixada no art. 72 da LDO 2005, o atual nível de limitação em relação à Lei Orçamentária Anual que cabe aos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e ao Ministério Público da União é de, respectivamente, R\$ 14.823,1 milhões, R\$ 41,1 milhões, R\$ 187,5 milhões e R\$ 30,1 milhões, conforme consta na tabela a seguir:

STN

Poderes	Base Contingenciável	Participação %	Atual nível de limitação em relação à LOA	R\$ 1,00
Poder Executivo	46.347.836.552	98,3	14.823.082.736	
Poderes Legislativo, Judiciário e MPU	808.853.797	1,7	258.689.675	
Câmara dos Deputados	53.606.335	0,1	17.144.514	
Senado Federal	53.037.597	0,1	16.962.619	
Tribunal de Contas da União	21.747.686	0,0	6.955.400	
Supremo Tribunal Federal	36.567.547	0,1	11.695.126	
Superior Tribunal de Justiça	72.145.010	0,2	23.073.600	
Justiça Federal	135.577.567	0,3	43.360.762	
Justiça Militar da União	2.331.706	0,0	745.732	
Justiça Eleitoral	40.921.940	0,1	13.087.759	
Justiça do Trabalho	255.554.022	0,5	81.731.936	
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	43.165.813	0,1	13.805.400	
Ministério Público da União	94.198.574	0,2	30.126.827	
Total	47.156.690.349	100,0	15.081.772.411	


JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL
 Secretário de Orçamento Federal


JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
 Secretário do Tesouro Nacional

ANEXO I
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS

REESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS - 2005

NOTA METODOLÓGICA – 23/05/05

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A presente reestimativa de arrecadação dos impostos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal foi elaborada tomando-se como base a arrecadação efetivamente realizada de maio a dezembro de 2004, a revisão dos parâmetros efetuada pela SPE em 09/05/05, as modificações na legislação tributária e incorpora a arrecadação efetivamente realizada de janeiro a abril de 2005.

Os parâmetros básicos principais de 09/05/05 e respectivas variações médias, projetadas para o ano de 2005 em relação a 2004, foram os seguintes:

Índice Ponderado (55% IPCA e 45% IGP):.....	7,75%
PIB:	4,00%
Taxa Média de Câmbio:.....	-9,76%
Taxa de Juros (Over):.....	16,16%
Massa Salarial:	9,16%

A arrecadação-base/2004 foi ajustada em função de fatores atípicos que influenciaram somente a arrecadação daquele ano, não se repetindo, portanto, no ano de 2005 e da recomposição da base 2004 de empresas que voltar ao fluxo normal de arrecadação.

À base ajustada, foram aplicados os indicadores específicos relativamente a preço e quantidade. Nos tributos para os quais não se dispõe de indicadores específicos e naqueles que se ajustam melhor aos indicadores gerais, utilizou-se, como indicador de preço, um índice ponderado (55% IPCA e 45% IGP-DI) e como indicador de quantidade o PIB.

As principais alterações na legislação tributária, cujos efeitos foram incorporados na previsão de arrecadação para o período de maio a dezembro de 2005, são as seguintes:

LEGISLAÇÃO CONSIDERADA NO ORÇAMENTO 2005
PERÍODO: MAIO A DEZEMBRO DE 2005

UNIDADE: R\$ MILHÕES

LEGISLAÇÃO	ASSUNTO	VALOR
Lei nº 10.865 de 30/04/04	redução para zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre produtos hortícolas, frutas e ovos;	(295)
Lei nº 10.892 de 13/07/04	mudança de prazo de recolhimento de IRRF-Rendimentos de Capital relativo a fundos de investimento (mensal para semestral)	2.882
Lei nº 10.925 de 23/07/04	redução para zero das alíquotas do PIS/COFINS de vendas para agroindústria e crédito para agroindústria; redução para zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre arroz, feijão e farinha de mandioca e insumos agrícolas;	(928)
Lei nº 11.033 de 21/12/04	alíquota em função do prazo de aplicação e redução de alíquota dos fundos de investimento de 20% para 15%; ampliação do prazo de apuração do IPI que passou de quinzenal para mensal; redução para zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre livros em geral;	(1.440)
Lei nº 11.051 de 29/12/04	crédito de depreciação de bens de capital descontado da CSLL; redução do prazo para aproveitamento de crédito PIS/COFINS relativos a bens de capital de 48 para 24 meses; redução para zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre farinha de milho e leite;	(1.247)
Lei nº 11.053 de 29/12/04	tributação de planos de previdência no resgate ou recebimento do benefício;	(179)
MP 232/04 (30/12/04)	correção da tabela do IRPF em 10%;	(1.581)
Decreto nº 5.173 de 06/08/04	redução da alíquota média do IPI referente aos bens de capital de 3,5% para 2%;	(174)
Decreto nº 5.164 de 30/07/04	redução para zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas à incidência não-cumulativa das referidas contribuições;	(132)
Decreto nº 5.172 de 06/08/04	redução das alíquotas do IOF de seguros de vida;	(80)
		(3.175)

Desta forma, o valor da previsão de arrecadação bruta das receitas administradas pela Receita Federal para o ano de 2005, em consonância com as premissas citadas anteriormente, resultou em **R\$ 335.284 milhões**, o que corresponde a um acréscimo de **11,56%** em relação ao ano de 2004.

A seguir, o detalhamento da planilha básica (anexa) que consolida as planilhas mensais por tributo.

II. DETALHAMENTO (PLANILHA BÁSICA – EFEITOS)

Discriminação, por tributo, dos efeitos que influenciaram a estimativa de arrecadação do período de maio a dezembro de 2005.

A) CORREÇÃO DE BASE:

1) II: 1,0092; IPI-Vinculado: 1,0082

- Ajuste decorrente da entrada em vigor da Lei nº 10.865/04 (incidência de PIS/COFINS sobre as importações), que influenciou o fluxo normal da importações nos meses de março a maio de 2004.

2) IPI-Fumo: 0,9997; IPI-Bebidas: 0,9962; e IPI-Automóveis: 0,9998

- Ajuste de dias úteis.

3) IPI-Outros: 1,0532

- Ajuste de dias úteis e ampliação do prazo de apuração que passou de quinzenal para mensal (Lei nº 11.033/04).

4) IRPJ: 1,0812; e CSLL: 1,0296

- Recomposição da base de arrecadação de grandes empresas que voltaram ao fluxo normal de arrecadação e arrecadação atípica decorrente, principalmente, de recolhimento de débitos em atraso e de depósitos judiciais/administrativos.

5) IRRF-Rendimentos do Trabalho: 1,0224

- Ajuste do número de semanas e recomposição da base em decorrência da MP nº 202/04.

6) IRRF-Rendimentos de Capital: 0,9799

- Ajuste do número de semanas e arrecadação atípica relativa, principalmente, a juros remuneratórios sobre o capital próprio.

7) IRRF-Remessas para o Exterior: 0,9217

- Arrecadação atípica relativa, principalmente, à remessa de juros sobre o capital próprio.

8) COFINS: 0,9886; e PIS/PASEP: 0,9892

- Ajuste de dias úteis e arrecadação atípica decorrente, principalmente, de conversão de depósitos judiciais e da não utilização de créditos de COFINS/PIS sobre importações no início da vigência da Lei nº 10.865/04. Recomposição de base em função da normalização do fluxo da arrecadação de contribuinte.

9) Outras Receitas Administradas-Receitas de Loterias: 0,8041

- Ajuste em função da estimativa informada pela CEF.

10) Outras Receitas Administradas-Cide Apoio Tecnológico: 0,9774

- Uniformização da base.

B) EFEITO PREÇO (ponderado de acordo com a participação mensal da arrecadação-base).

1) Imposto de Importação: 0,9004; Imposto de Exportação: 0,8950; IPI-Vinculado à Importação: 0,9019; e IRRF-Remessas ao Exterior: 0,9101

- Variação da taxa média de câmbio.

2) IPI-Fumo e IPI-Bebidas: 1,0000

- O imposto é fixo por unidade de medida do produto. Portanto, o preço não interfere no valor do imposto.

3) IPI-Automóveis: 1,0829

- Índice de preço específico do setor.

4) IPI-Outros: 1,0936

- Índice de preço da indústria de transformação.

5) IRPF: 1,0875

- Cotas (Declaração de Ajuste): crescimento da massa salarial em 2004 e efeito-tabela/2004. Incorpora variação de preço, de quantidade.
- Demais: Índice Ponderado (IER) de 2005, efeito-tabela/2005 e correção da tabela em 10% (MP nº 232/04) -

6) IRPJ: 1,0724; e CSLL: 1,0724

- Declaração de Ajuste: Índice Ponderado (IER) de 2004;
- Demais: Índice Ponderado (IER) de 2005.

7) IRRF-Rendimentos do Trabalho: 1,0696

- Setor privado: crescimento da massa salarial, efeito-tabela/2005 e correção da tabela em 10% (MP nº 232/04);
- Setor público: variação da folha de pagamento dos servidores públicos, efeito tabela e correção da tabela em 10% (MP nº 232/04);

Incorpora variação de preço e de quantidade.

8) IRRF-Rendimentos do Capital: 1,1210

- Fundos a Títulos de Renda Fixa: variação da taxa de juros “over”;
- Juros Remuneratórios do Capital Próprio: variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
- Demais: Índice Ponderado (IER).

9) Cide-Combustíveis: 1,0000

- O imposto é fixo por unidade de medida do produto. Portanto, o preço não interfere no valor do imposto.

10) PAES: 1,0934

- Valor da taxa de juros de longo prazo – TJLP acumulada no ano;

11) IRRF-Outros Rendimentos: 1,0687; IOF: 1,0692; ITR: 1,0669; CPMF: 1,0691; COFINS: 1,0730; PIS/PASEP: 1,0728; FUNDAF: 1,0724; Outras Receitas Administradas-Receita de Loterias: 1,0694; Outras Receitas Administradas-Cide Apoio Tecnológico: 1,0694; e Outras Receitas Administradas-Demais: 1,0689

- Índice Ponderado (IER).

C) EFEITO QUANTIDADE (ponderado de acordo com a participação mensal da arrecadação-base).**1) I. Importação: 1,2438; e IPI-Vinculado à Importação: 1,2438**

- Variação, em dólar, das importações.

2) IPI-Fumo: 1,0472

- Vendas de cigarros ao mercado interno.

3) IPI-Bebidas: 1,0389

- Produção física de bebidas.

4) IPI-Automóveis: 1,0841

- Vendas de automóveis nacionais ao mercado interno.

5) IPI-Outros: 1,0630

- Produção física da indústria de transformação.

6) IRPF: 1,0209

- Cotas (Declaração de Ajuste). Crescimento da massa salarial em 2004 já considerado no efeito-preço;
- Demais: PIB de 2005.

7) IRPJ: 1,0374; e CSLL: 1,0373

- Declaração de ajuste: PIB de 2004;
- Demais: PIB de 2005.

8) IRRF-Rendimentos de Capital: 1,1926

- Fundos e Títulos de Renda Fixa: variação das aplicações financeiras;
- Juros sobre o Capital Próprio: Índice Ponderado (IER) e PIB;
- Demais: PIB.

9) CIDE-Combustíveis: 1,0552

- Variação no volume de diesel e no de gasolina comercializados.

10) PAES: 0,9146

- Redução da quantidade decorrente da quitação de cotas.

11) I. Exportação: 1,0384; IRRF-Remessas ao Exterior: 1,0406; IRRF-Outros Rendimentos: 1,0398; IOF: 1,0392; CPMF: 1,0394; COFINS: 1,0376; PIS/PASEP: 1,0377; FUNDAF: 1,0400; Outras Receitas Administradas-Cide

Apoio Tecnológico: 1,0393; e Outras Receitas Administradas-Demais: 1,0397

- PIB.

D) EFEITO LEGISLAÇÃO (ponderado de acordo com a participação mensal da arrecadação-base).

1) I. Importação: 1,0148; e IPI-Vinculado à Importação: 1,0131

- Alteração das alíquotas médias.).

2) IPI-Outros: 0,9805

- Redução da alíquota média do IPI referente aos bens de capital (Decreto nº 5.173/04).
- Obs.: ampliação do prazo de apuração do IPI-Outros (Lei nº 11.033/04) considerada como correção de base;

3) IRPF e IRRF-Rendimentos do Trabalho: 1,0000

- Correção da tabela em 10% (MP nº 232/04) já considerada no efeito-preço;

4) IRPJ: 0,9936

- Tributação de planos de previdência no resgate ou recebimento do benefício (Lei nº 11.053/04).

5) IRRF-Rendimentos de Capital: 1,1136

- Alíquota em função do prazo de aplicação e redução de alíquota dos fundos de investimento de 20% para 15% (Lei nº 11.033/04);
- Apuração e prazo de recolhimento do imposto relativo a fundos de investimento passa a ser semestral, com recolhimento em junho e dezembro (Lei nº 10.892/04).

6) IOF: 0,9800

- Redução das alíquotas do IOF de seguros de vida (Dec. nº 5.172/04).

7) COFINS: 0,9628; e PIS/PASEP: 0,9671

- Alíquotas de PIS/COFINS reduzidas a zero para produtos relacionados (Lei nº 10.925/04);
- Redução para zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre livros em geral (Lei nº 11.033/04);
- Redução para zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre farinha de milho e leite (Lei nº 11.051/04);
- Redução do prazo para aproveitamento de crédito PIS/COFINS relativos a bens de capital de 48 para 24 meses (Lei nº 11.051/04);
- Alíquotas de PIS/COFINS reduzidas a zero para receitas financeiras (Decreto nº 5.164/04).

8) CSLL: 0,9855

- Crédito de depreciação de bens de capital descontado da CSLL (Lei nº 11.051/04).

D) RECEITAS CONDICIONADAS**1) COFINS: R\$ 109 milhões; e PIS/PASEP: R\$ 80 milhões**

- Medidas de estímulo a investimentos de longo prazo ~~201~~ desoneração do setor produtivo.

ANEXO II
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS EMPRESAS ESTATAIS

1. A Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para a elaboração do Orçamento Geral da União para 2005, determina no § 6º, inciso V, do art. 72, que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional, até o 23º (vigésimo terceiro) dia do mês subsequente ao final de cada bimestre, relatório contendo a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais federais, acompanhado da memória de cálculo para as empresas que responderem pela variação.
2. Com o objetivo de compatibilizar a realização da receita com a execução da despesa, o Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para este exercício, em seu Anexo IX, estabeleceu a meta de superávit primário para as empresas estatais federais do setor produtivo sediadas no Brasil, para o corrente ano, em R\$ 15,1 bilhões, correspondentes a 0,77% do PIB. Com a revisão do PIB, o valor nominal da meta passou para R\$ 15,2 bilhões. No quadro a seguir esse resultado está detalhado pelos principais grupamentos de empresas e atualizado em função da revisão dos parâmetros econômicos:

Discriminação	R\$ milhões	% do PIB
Grupo ELETROBRÁS	1.613	0,08
Grupo PETROBRÁS	9.499	0,48
Demais Empresas	(610)	(0,02)
ITAIPU (*)	4.691	0,23
RESULTADO PRIMÁRIO (acima da linha)	15.192	0,77

OBS.: Valores positivos = superávit
(*) Valor estimado pelo DEST

3. O Programa de Dispêndios Globais – PDG para o corrente ano, detalhado por empresa estatal e pelas diversas rubricas de usos e fontes, foi aprovado por intermédio do Decreto nº 5.291, de 30 de novembro de 2004, e previa superávit primário no montante de R\$ 12,9 bilhões, equivalentes a 0,70% do PIB. Entretanto, com a edição do Decreto nº 5.379, de 2005, essa meta inicial foi elevada para R\$ 15,1 bilhões (R\$ 15,2 bilhões em valores atualizados), correspondentes a 0,77% do PIB.

4. Para o atingimento da nova meta de superávit primário, por intermédio do Decreto nº 5.386, de 4 de março de 2005, a execução do Programa de Dispêndios Globais – PDG das empresas dos Grupos ELETROBRÁS e PETROBRÁS, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO foi condicionada à geração do novo resultado. Para tanto, essas empresas encaminharam propostas de reformulação de seus PDG's, com vistas ao cumprimento das metas de superávit primário constantes do Anexo IX ao Decreto nº 5.379, de 2005, as quais se encontram em análise no Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

5. Considerando que a meta de superávit primário para o corrente exercício fixada pelo Decreto nº 5.379, de 2005, para o conjunto das empresas estatais está compatível com a capacidade de desempenho desse segmento de Governo e que não ocorreu nenhum fato conhecido que possa vir a comprometer a referida performance, fica mantido o compromisso de atingimento do resultado primário pelas estatais, para o corrente ano, de 0,77% do PIB, equivalente de R\$ 15,2 bilhões,

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – A mensagem lida, juntada ao processado da Mensagem nº 24, de 2005-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Estamos lendo o Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Sobre a mesa projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário. Deputado Inocêncio Oliveira.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI
Nº 5, DE 2005-CN
MENSAGEM Nº 44, DE 2005-CN
(nº 287/2005, na origem)**

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União, do Superior Tribunal de Justiça, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 40.618.368,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decretá:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União, do Superior Tribunal de Justiça e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 40.618.368,00 (quarenta milhões, seiscentos e dezoito mil, trezentos e sessenta e oito reais), para atender às programações indicadas no Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília.

ORGÃO : 01000 - CAMARA DOS DEPUTADOS
UNIDADE : 01111 - CAMARA DOS DEPUTADOS

ÓRGÃO : 03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
 UNIDADE : 03201 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	VALOR						
			F	E	G	R	M	I	F
S	N	P	O	U	E	D	E	T	E
0550 CONTROLE EXTERNO								252.000	
PROJETOS									
01 122 0550 3077	CONSTRUÇÃO DE SEDE DA SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NOS ESTADOS								252.000
01 122 0550 3077 0001	CONSTRUÇÃO DE SEDE DA SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NOS ESTADOS - NACIONAL								252.000
TOTAL - FISCAL								252.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								252.000	

ÓRGÃO : 11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA
 UNIDADE : 11101 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	VALOR						
			F	E	G	R	M	I	F
S	N	P	O	U	E	D	E	T	E
0568 PRESTACAO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA								3.800.000	
ATIVIDADES									
02 722 0568 2058	DIVULGACAO DOS ATOS DO PODER JUDICIARIO E DOS SERVICOS ESSENCIAIS A JUSTICA - TV JUSTICA								1.050.000
02 722 0568 2058 0001	DIVULGACAO DOS ATOS DO PODER JUDICIARIO E DOS SERVICOS ESSENCIAIS A JUSTICA - TV JUSTICA - NACIONAL								1.050.000
02 128 0568 4091	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS								300.000
02 128 0568 4091 0001	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS - NACIONAL								300.000
02 061 0568 4236	APRECIACAO E JULGAMENTO DR CAUSAS								700.000
02 061 0568 4236 0001	APRECIACAO E JULGAMENTO DE CAUSAS - NACIONAL								700.000
PROJETOS									
02 126 0568 5568	IMPLEMENTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DE INFORMACAO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA								1.750.000
10 126 0568 5568 0001	IMPLEMENTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DE INFORMACAO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - NACIONAL								1.750.000
TOTAL - FISCAL								3.800.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								3.800.000	

ORGÃO : 12000 - JUSTIÇA FEDERAL
UNIDADE : 12101 - JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

**ORGÃO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 12102 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIAO**

ANEXO B

CREER EN SÍ MISMO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - BS 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	T	E	VALOR		
			S F	I D	P D	O D	U E						
		0569 PRESTACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL											253.703
		ATIVIDADES											
02 061	0569 4257	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL											253.703
02 061	0569 4257 0001	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL											253.703
		F 3 21 90 0 0 100											253.703
	TOTAL - FISCAL												253.703
	TOTAL - SEGURIDADE												0
	TOTAL - GERAL												253.703

**ORGÃO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 12103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIÃO**

ANEXO 1

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABAJO (SUPLEMENTACIÓN)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	T	E	VALOR	
			S	I	N	P	O	U	T	E		
			F	D	D	D	D	D	E	E		
		8569 PRESTACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL										
		ATIVIDADES										
02 128	0569 4091	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS										
02 128	0569 4091 0001	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS - NACIONAL										
02 061	0569 4257	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL										
02 061	0569 4257 0001	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL										
		TOTAL - FISCAL										
		TOTAL - SEGURADE										
		TOTAL - GERAL										
											646.060	

**ORGÃO : 14090 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 24181 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

ÓRGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14102 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

ÓRGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14103 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

ANEXO I

LIBRERIA SCIENTIFICA

PROGRAMA DE TRABAJO (SISTEMATIZACIÓN)

RECENSOS DE TODAS AS FONTE - RS 1-03

ORGÃO : 14004 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14104 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1,00

ÓRGÃO : 14006 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ANEXO I

CRÉDITO SUEK FIMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTEES - R\$ 1,00

ORGÃO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14106 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA

**ÓRGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14107 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL**

**ÓRGÃO : 34000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14100 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO**

**ÓRGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS**

**ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14110 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**

**ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 44111 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO**

**ÓRGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14112 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**

ANEXO I

CRYPTO SUMMIT EAST ASIA

PROGRAMA DE TRABAJO (SUELTO/MENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - PÁGINA 1/09

ÓRGÃO : 14060 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14113 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

ORGÃO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14114 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA

**ÓRGÃO : 54000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 54115 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000.000,00								
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	T	VALOR	
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL											1.004.972

**ÓRGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14117 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

ORGÃO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14119 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO SUPLEMENTAR							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000.000,00						VALOR
			E S P F	G R A D	M O D	L U T	F T E		
0578 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									2.264.372
		ATIVIDADES							
01.301	0578 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, ENFERMAGOS E SEUS DEPENDENTES							189.706
02.301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, ENFERMAGOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 194	5	3	2	90	0	100	189.706
02.365	0578 2016	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							683.587
02.365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA (UNIDADE) 194	F	3	2	90	0	100	683.587
02.331	0578 2091	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							168.748
02.331	0570 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	168.748
02.306	0578 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							1.125.331
02.306	0570 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL SERVADOR BENEFICIADO (UNIDADE) 194	F	3	1	90	0	100	1.125.331
02.128	0578 4091	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS							97.000
02.128	0570 4091 0001	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	97.000
TOTAL FISCAL									2.264.000
TOTAL - SEGURIDADE									189.706
TOTAL - GERAL									2.264.372

ÓRGÃO : 14004 - JUSTIÇA ELEITORAL.
UNIDADE : 14129 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

ÓRGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
 UNIDADE : 14111 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	CREDITO SUPLEMENTAR							VALOR	
			E	S	G	R	M	J	F		
			S	N	P	O	D	U	T	E	

**ÓRGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14121 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

ÓRGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
 UNIDADE : 14134 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

ANEXO I:

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	B	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
		0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL							1.632.795
ATIVIDADES									
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							132.070
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 151	S	3	2	90	0	100	132.070
02 365	0570 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							475.899
02 365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA (UNIDADE) 151	F	3	2	90	0	100	475.899
02 331	0570 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							113.607
02 331	0570 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	113.607
02 306	0570 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							835.719
02 306	0570 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 151	F	3	1	90	0	100	835.719
02 128	0570 4091	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS							73.500
02 128	0570 4091 0001	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	73.500
TOTAL - FISCAL									1.500.725
TOTAL - SEGURIDADE									132.070
TOTAL - GERAL									1.632.795

ÓRGÃO : 14006 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14125 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

ANEXO 1

©EDDIE ELIAS FINE ART

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - PÁGINA 100

ÓRGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14124 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS

**ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14127 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA**

**ORGÃO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14128 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPA**

ANERO I

CRYPTO SUPPLEMENTUM

PROGRAMA DE TRABAJO SUPLEMENTACI^ON

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1.08

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	J	F	T	VALOR	
			S F	N D	P D	O D	U E	J E	U E		
		0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									
		2.371									

**ÓRGÃO : 15004 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15106 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7A. REGIÃO - CEARÁ**

ANEXO 1

CREATED WITH EMERGENCE

PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAR

PROBLEMAS DE TURAS AS MINAS - 151

ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15110 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A. REGIAO - PARANA

Anexo 1

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1,00

**ORGÃO : 19000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15114 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13A. REGIAO - PARAIBA**

ANEXO F

© 2010 Scholastic Inc.

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1.00

ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15119 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11A. REGIAO - GOIAS

ANEXO I

CHIÈGELETTA ELETTRONICA

PROGRAMA DE TRABALHO (SUSTENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - pg : pg

**ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15124 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23A. REGIAO - MATO GROSSO**

ANEXO 3

CREATIVO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS EDIÇÕES - RS 1.00

**ÓRGÃO : 34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
UNIDADE : 34102 - MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR**

ANEXO J

CHERITON SUPERMART

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

PPCIMOS DE TODAS AS FONTE - RE 1.00

ORGÃO : 34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
UNIDADE : 34100 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

ANERO I

CHIETI 2011 CENTRALE

PROGRAMA DE TRABAJO SUPERINTENDENCIA

RECENSÃO DE TODAS AS PONTES - pg. 1/20

**ORGÃO : 34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
UNIDADE : 34104 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

ANEXO I

© 1990 SUPERIMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECUSOS DAS TODAS AS FONTES - Pg | 09

ORGÃO : 01000 - CAMARA DOS DEPUTADOS
UNIDADE : 01101 - CAMARA DOS DEPUTADOS

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAÇÃO):

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1,00

ORGÃO : 03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO
UNIDADE : 03001 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO

ANEKO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1,00

ÓRGÃO : 11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 UNIDADE : 11101 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	CREDITS						VALOR		
			B	E	G	R	M	I	F		
			F	D	S	N	P	O	U	T	E

0563 PROSTACAO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA

3.000.000

		PROJETOS									
02 126	0563 11000	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE UNIFORMIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DE ROTINAS PROCESSUAIS									3.000.000
02 126	0563 11000 0001	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE UNIFORMIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DE ROTINAS PROCESSUAIS - NACIONAL									3.000.000
			F	3	2	90	0	100			3.492.000
			F	4	2	90	0	100			308.000

TOTAL - FISCAL

3.000.000

TOTAL - SEGURIDADE

0

TOTAL - GERAL

3.000.000

**ORGÃO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 12301 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU**

**ORGÃO : 12006 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 12182 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIAO**

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABAJO (CANCELAMIENTO)

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1,00

ÓRGÃO : 12000 - JUSTIÇA FEDERAL
UNIDADE : 12103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª. REGIÃO

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABAJO (CANCELLAMIENTO)

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1,00

ORGÃO : 12000 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 12105 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A. REGIAO

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR													
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000.000,00												
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	B	I	G	R	M	S	E	F	U	T	E	VALOR	
8569 PRESTACAO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL													1.250.000		
02 061	0569 4257	ATIVIDADES													
02 061	0569 4257 0001	JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL - NACIONAL												1.250.000	
TOTAL - FISCAL													1.250.000		
TOTAL - SEGURIDADE													0		
TOTAL - GERAL													1.250.000		

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000.000,00									
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO		E	G	R	M	I	F	VALOR	
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL											

**ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14114 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PÁRA**

ANEXU II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECITOS DE TODAS AS FONTE - P.3 L.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S P I D	G N P I D	R M O D	M U T E	I P T E	VALOR	
		0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL							
		PROJETOS							
02 122	0570 105H	AMPLIAÇÃO DE PREDIO PARA ARMAZENAMENTO DE URNAS ELETRÔNICAS EM BELEM - PA						38.880	
02 122	0570 105H 0101	AMPLIAÇÃO DE PREDIO PARA ARMAZENAMENTO DE URNAS ELETRÔNICAS EM BELEM - PA - NO MUNICÍPIO DE BELEM - PA	P	4	2	90	0	100	
02 122	0570 5439	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS						151.164	
02 122	0570 5439 0311	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS - NO MUNICÍPIO DE URUARA - PA	F	4	2	90	0	100	
		TOTAL - FISCAL						190.044	
		TOTAL - SEGURIDADE						0	
		TOTAL - GERAL						190.044	

ORGÃO : 14008 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14015 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARADA

АНЕХО II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABAJO (CANCELAMIENTO)

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1,00

ÓRGÃO : 14004 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14116 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

АНЕХОД

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTE - R\$ 1,00

ÓRGÃO : 14009 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14126 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABAJO (CARRILLOAMIENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

**ÓRGÃO : 15006 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15106 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª. REGIÃO - CEARÁ**

**ÓRGÃO : 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15110 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª. REGIAO - PARANA**

**ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15114 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13A. REGIAO - PARAIBA**

**ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15119 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO - GOIAS**

**ORGÃO : 15006 - JUSTIÇA DO TRABALHO
UNIDADE : 15124 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 25A. REGIÃO - MATO GROSSO**

ANEXO II

GEREON SÜD RÖRTEL

PROGRAMA DE TRABAJO (CANCELLAMIENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTEs - RS 1.00

**ÓRGÃO : 34060 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
UNIDADE : 34162 - MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR**

NEKO II

CREATED BY EMENTAR

PROGRAMA DE TRABAJO (CANCELLAMIENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTE - R\$ 1,00

**ORGÃO : 34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
UNIDADE : 34103 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**

ANEXO II

CHIÈRESSA ELEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTESE - P. 1 / 20

**ORGÃO : 34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
UNIDADE : 34104 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

ANEXO II

CREDITS SUB-ELEMENTS

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1.00

EM n° 00084/2005/MP

Brasília, 12 de maio de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União, do Superior Tribunal de Justiça, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 40.618.368,00 (quarenta milhões, seiscentos e dezoito mil, trezentos e sessenta e oito reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão	Suplementação	R\$ 1,00
	CANCELAMENTO	
Câmara dos Deputados - CD	500.000	500.000
Tribunal de Contas de União - TCU	252.000	252.000
Superior Tribunal de Justiça - STJ	3.800.000	3.800.000
Justiça Federal - JF	11.841.812	11.841.812
Justiça Eleitoral - JE	17.636.684	17.636.684
Justiça do Trabalho - JT	2.304.072	2.304.072
Ministério Público da União - MPU	4.283.800	4.283.800
Total	40.618.368	40.618.368

2. Segundo a Câmara dos Deputados, o crédito objetiva a conclusão das obras de ampliação das instalações do Centro de Treinamento e Formação - CEFOR.

3. De acordo com o Tribunal de Contas da União, os recursos destinam-se à conclusão das obras do prédio da Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins - SECEX/TO.

4. Consoante justificativas do Superior Tribunal de Justiça, o crédito destina-se a atender despesas com a aquisição de equipamentos e material permanente, com vistas à manutenção da qualidade da prestação jurisdicional; a interligação da rede de informática do STJ com a Justiça Federal, Instituto Nacional do Seguro Social, Caixa Econômica Federal, Advocacia-Geral da União e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; a realização de eventos para a capacitação de recursos humanos; e a manutenção da TV Justiça.

5. As suplementações solicitadas, segundo a Justiça Federal, visam a cobrir gastos com o pagamento de reajustes contratuais legais relativos à prestação de diversos serviços; as obras de construção dos edifícios-sede da Seção Judiciária de Teresina, no Piauí, de Florianópolis, em Santa Catarina, e de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, do edifício Anexo II da Justiça Federal em Recife, Pernambuco, e do edifício-sede da Justiça Federal em Mossoró, no Rio Grande do Norte; a capacitação de servidores do Órgão; e a modernização dos equipamentos de informática e mobiliários do parque instalado em função da obsolescência.

6. No caso da Justiça Eleitoral, consoante informações apresentadas, os recursos orçamentários solicitados serão direcionados ao atendimento de despesas relativas à construção de fórum eleitoral em Juazeiro, na Bahia, e em Pato Branco, no Paraná, da Central de Atendimento ao Eleitor e cartórios eleitorais em Belém, no Pará, e em Araguaína, no Tocantins; à ampliação dos projetos de construção de cartórios eleitorais em Santa Luzia e Patos, na Paraíba, e em Capela e Itaporanga D'Ajuda, em Sergipe; à concessão de benefícios assistenciais, em decorrência do reajuste no custo unitário do auxílio-alimentação em 10,92%, cujos valores variam entre os tribunais regionais de R\$ 453,39 (quatrocentos e cinqüenta e três reais e trinta e nove centavos) e R\$ 584,68 (quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta e oito centavos) e da inclusão de novos beneficiários, sendo 1.532 de auxílio-alimentação, 1.462 de assistência pré-escolar e 1.532 de assistência médica e odontológica; à capacitação de recursos humanos aos servidores, em função da Lei nº 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, que cria e transforma cargos e funções nos quadros de pessoal; e à montagem da Escola Judiciária Eleitoral, conforme Resolução nº 666/TRE-MG, de 13 de dezembro de 2004, no âmbito dos Tribunais Regionais Eleitorais.

7. De acordo com informações da Justiça do Trabalho, os remanejamentos objetivam possibilitar o atendimento de despesas com a renovação de frota de veículos; a atualização do parque de informática; a elevação de custos relativos à implantação de Varas do Trabalho em Pacajus, Caucaia e Maracanau, no Ceará; a construção de fóruns trabalhistas em Araucária e São José dos Pinhais, no Paraná, de acordo com a Lei nº 10.770, 21 de novembro de 2003; a construção dos edifícios-sede das Varas do Trabalho em Catolé do Rocha e Areia, na Paraíba; a ampliação da sede da Vara do Trabalho de Rio Verde, em Goiás, para instalação da 2ª Vara do Trabalho, criada pela Lei nº 10.770, de 2003; bem como a correção no código de localizador de gastos da ação do TRT da 9ª Região, no Estado do Paraná, objeto de emenda parlamentar.

8. Segundo o Ministério Público da União - MPU, o crédito possibilitará o pagamento do projeto básico arquitetônico para início da construção do edifício-sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar; a continuidade da obra da sede da Promotoria de Justiça de Samambaia e a conclusão da Promotoria de Justiça de Planaltina, no Distrito Federal; e a aquisição do edifício-anexo para a Procuradoria Regional do Trabalho em Maceió, em Alagoas.

9. A abertura do presente crédito viabilizar-se-á por meio de projeto de lei à conta de recursos provenientes de anulação parcial de dotações orçamentárias, e está em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

10. Cabe informar que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos Órgãos envolvidos, segundo os quais os remanejamentos de dotações propostos não trarão prejuízos à execução das programações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

11. Esclareço que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista tratar-se de remanejamentos entre despesas primárias no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU para priorização da execução das programações suplementadas.

12. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

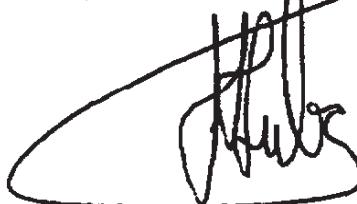
Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

Mensagem nº 287

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União, do Superior Tribunal de Justiça, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 40.618.368,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 17 de maio de 2005.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.

LEI N° 10.842, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2004.

Cria e transforma cargos e funções nos Quadros de Pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, destinados às Zonas Eleitorais.

LEI N° 10.770, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2003.

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho nas Regiões da Justiça do Trabalho, define jurisdições e dá outras providências.

LEI N° 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)
III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las. (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

PROJETO DE LEI Nº 6, DE 2005-CN

MENSAGEM Nº 45, DE 2005-CN
(nº 286/2005, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor global de R\$ 7.525.215,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor da Câmara dos Deputados e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor global de R\$ 7.525.215,00 (sete milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, duzentos e quinze reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO : 01000 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
 UNIDADE : 01101 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	VALOR					
			E	G	R	M	I	F
			S	N	P	O	T	E
		0553 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	3.350.000					
		PROJETOS						
01 123	0553 1A17	CONSTRUÇÃO DE SUBESTAÇÃO ELÉTRICA E RESERVATÓRIO D'ÁGUA NO COMPLEXO AVANÇADO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS						
01 122	0553 1A17 0101	CONSTRUÇÃO DE SUBESTAÇÃO ELÉTRICA E RESERVATÓRIO D'ÁGUA NO COMPLEXO AVANÇADO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS - EM BRASÍLIA - DF SUBESTAÇÃO ELÉTRICA E RESERVATÓRIO D'ÁGUA CONSTRUIDO (M³) 130	F	4	2	90	0	100
01 122	0553 1A27	CONSTRUÇÃO DE BLOCO DE APOIO AO EDIFÍCIO ANEXO IV						
01 122	0553 1A27 0101	CONSTRUÇÃO DE BLOCO DE APOIO AO EDIFÍCIO ANEXO IV - EM BRASÍLIA - DF OBRA REALIZADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 33	F	4	2	90	0	100
		TOTAL - PISCAL	3.350.000					
		TOTAL - SEGURIDADE	0					
		TOTAL - GERAL	3.350.000					

ÓRGÃO : 12000 - JUSTIÇA FEDERAL
 UNIDADE : 12101 - JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	VALOR					
			E	G	R	M	I	F
			S	N	P	O	T	E
		0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	250.000					
		PROJETOS						
02 122	0569 1A28	AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA SUBSEÇÃO DE CAICÓ - RN						
02 122	0569 1A28 0101	AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA SUBSEÇÃO DE CAICÓ - RN - NO MUNICÍPIO DE CAICÓ - RN SEDE ADQUIRIDA COM 500 M² (UNIDADE) 1	F	5	2	90	0	100
		TOTAL - PISCAL	250.000					
		TOTAL - SEGURIDADE	0					
		TOTAL - GERAL	250.000					

ÓRGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14102 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

CREDITO ESPECIAL

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14104 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1,00

CREDITO ESPECIAL

ÓRGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14100 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS

ANEKO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUSPENSAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELECTORAL
UNIDADE : 14112 - TRIBUNAL REGIONAL ELECTORAL DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TURMA DE SUPLENTACAO

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - Pg 1.99

**ORGÃO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14116 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABAHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

**ÓRGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14117 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**

ANEKO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	T	E	VALOR	
			S	N	P	O	U					
			F	D	D	D						
		8570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL										
		175.000										

ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15100 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7A. REGIAO - CEARA

ANEKO I

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - PÁGINA 99

**ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15100 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A. REGIAO - PARA/AMAPA**

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABAJO SUPLEMENTACI脫N

RECURSOS DE TECNIAS AS BONITAS - PG 1/40

**ÓRGÃO : 15006 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15110 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A. REGIÃO - PARANÁ**

**ORGÃO : 19900 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15725 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24A. REGIAO - MATO GROSSO DO SUL**

ORGÃO : 01000 - CAMARA DOS DEPUTADOS
UNIDADE : 01101 - CAMARA DOS DEPUTADOS

ANEXO D

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCERAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1,00

**ORGÃO : 13006 - JUSTICA FEDERAL
UNIDADE : 11101 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU**

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABAJO (CANCELAMIENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1,00

ÓRGÃO : 14006 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ANSWER

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

**ÓRGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14102 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE**

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

ÓRGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL.
UNIDADE : 14104 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABAJO (CANCELLAMIENTO)

RECUSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

ORGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : 14100 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GORIAS

АНЕХОД

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTE - R\$ 1,00

ORGÃO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14116 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

ÓRGÃO : 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
UNIDADE : M117 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO ESPECIAL

**ORGÃO : 19000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 19101 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - RJ 1, 00

CREDITO ESPECIAL

**ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15109 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SA. REGIAO - PARA/AMAPA**

АНЕКДОТЫ

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1,00

CREDITO ESPECIAL

**ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15110 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A. REGIAO - PARANA**

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1,00

ORGÃO : 15000 - JUSTICA DO TRABALHO
UNIDADE : 15125 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24A. REGIAO - MATO GROSSO DO SUL

ANSWER

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

EM nº 00083/2005/MP

Brasília, 12 de maio de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor da Câmara dos Deputados e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor global de R\$ 7.525.215,00 (sete milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, duzentos e quinze reais), conforme demonstrado a seguir:

Órgão	Suplementação	Cancelamento
Câmara dos Deputados	3.350.000	3.350.000
Justiça Federal	250.000	250.000
Justiça Eleitoral	1.125.215	1.125.215
Justiça do Trabalho	2.800.000	2.800.000
Total	7.525.215	7.525.215

2. A proposição tem por finalidade incluir novas programações na Lei Orçamentária de 2005, as quais, segundo os Órgãos envolvidos, visam a:

- viabilizar a construção do Bloco de Apoio ao Edifício Anexo IV, da Subestação Elétrica e do Reservatório d'Água no Complexo Avançado da Câmara dos Deputados;
- possibilitar à Justiça Federal a aquisição de imóvel para instalação da sede da Subseção Judiciária de Caicó, no Rio Grande do Norte;
- cobrir gastos da Justiça Eleitoral, decorrentes da ampliação do edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, da construção da sede para cartórios eleitorais e armazenamento de urnas eletrônicas no Município de Formosa, em Goiás, e de construção de cartórios eleitorais nos Municípios de Itacoatiara, no Amazonas, de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, de Araucária, no Paraná e de Garanhuns e de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco; e

- viabilizar na Justiça do Trabalho obras de construção do prédio Anexo do Fórum Trabalhista em Fortaleza, no Ceará, do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Castanhal, no Pará, e do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, bem como corrigir o código de localização de gastos das obras de reforma e aparelhamento do Fórum Trabalhista em Santo Antônio da Platina e de implantação de vara do trabalho em Dois Vizinhos, no Paraná.

3. O crédito em pauta será viabilizado à conta de recursos provenientes de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

4. Ressalta-se que o pleito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos Órgãos envolvidos, segundo os quais as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

5. Esclareço, ainda, a propósito do que determina o art. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, que a abertura deste crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista tratar-se de remanejamento entre despesas primárias.

6. Informo, adicionalmente, que o presente crédito contempla a inclusão de novas programações na Lei Orçamentária vigente, nos termos da autorização contida no § 13 do art. 5º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, com as alterações da Lei nº 11.044, de 24 de dezembro de 2004.

7. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

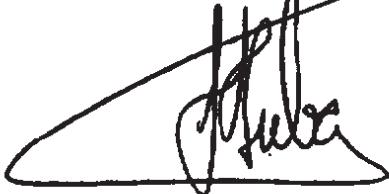
Mensagem nº 286

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da

Câmara dos Deputados e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor global de R\$ 7.525.215,00, para os fins que especifica".

Brasília, 17 de maio de 2005.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.

LEI N° 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las. (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.

Art. 65. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

§ 1º Observado o disposto no **caput**, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2005.

§ 2º Os créditos a que se refere o **caput** serão encaminhados, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2005, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, exceto quando se destinarem:

I - às despesas com pessoal e encargos sociais, os quais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade;

II - ao serviço da dívida; ou

III - ao atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º A exigência de projeto de lei específico, a que se refere o inciso I do § 2º, não se aplica quando do atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, de que trata o inciso III do mesmo parágrafo.

§ 4º O disposto no **caput** não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou subtítulo existentes.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea "a", desta Lei.

§ 10. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

LEI N° 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.

)

~~Art. 5º A alteração ou a exclusão de programas constantes do Plano Plurianual, assim como a inclusão de novos programas, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico, observado o disposto no art. 6º desta Lei.~~

~~Art. 5º A alteração ou a exclusão de programas constantes do Plano Plurianual, assim como a inclusão de novos programas, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico, ressalvado o disposto nos §§ 11, 12 e 13 deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

§ 1º Os projetos de lei de revisão anual serão encaminhados ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto dos exercícios de 2004, 2005 e 2006.

~~§ 2º As dotações orçamentárias condicionadas à aprovação dos projetos de lei previstos no caput serão canceladas pelo Poder Executivo, até 30 dias após a sanção da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, caso o projeto não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data da aprovação do projeto de lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais.~~

§ 2º É vedada a execução orçamentária de programações alteradas enquanto não aprovados os projetos de lei previstos no caput, ressalvado o disposto nos §§ 11, 12 e 13 deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)

§ 3º A proposta de alteração de programa ou a inclusão de novo programa, que contemple despesa obrigatória de caráter continuado, deverá apresentar o impacto orçamentário e financeiro no período do Plano Plurianual, que será considerado na margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, constante das leis de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias.

§ 4º A proposta de alteração ou inclusão de programas, conterá, no mínimo:

- I - diagnóstico do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida;
- II - demonstração da compatibilidade com os megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual;
- III - identificação dos efeitos financeiros e demonstração da exeqüibilidade fiscal ao longo do período de vigência do Plano Plurianual.

§ 5º A proposta de exclusão de programa conterá exposição das razões que a justifiquem e o seu impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual.

§ 6º Considera-se alteração de programa:

- I — adequação de denominação ou do objetivo e modificação do público-alvo, dos indicadores e dos índices;
 - II — inclusão ou exclusão de ações orçamentárias, ressalvado o disposto no art. 6º;
 - III — alteração de tipo, de título, de produto, da unidade de medida e das metas das ações orçamentárias;
 - IV — alteração dos valores estimados para cada ação, no período do Plano Plurianual, respeitada a respectiva regionalização.
- I — adequação de denominação ou do objetivo e modificação do público-alvo; (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)
- II — inclusão ou exclusão de ações orçamentárias; (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)
- III — alteração do título, do produto e da unidade de medida; (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)
- IV — alteração da meta física de projetos de grande vulto. (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)

§ 7º As alterações no Plano Plurianual deverão ter a mesma formatação e conter todos os elementos presentes nesta Lei.

§ 8º Os códigos e os títulos dos programas e ações do Plano Plurianual serão aplicados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais e nas leis que o modifiquem.

§ 9º Excepcionalmente, em função de possível alteração do conceito de ação orçamentária a ser definido na lei de diretrizes orçamentárias para 2005, o projeto de lei previsto no caput poderá propor agregação ou desmembramento de ações, alteração de seus códigos, títulos e produtos, desde que não modifique a finalidade das ações e não prejudique o disposto no art. 3º, § 3º, desta Lei.

§ 10. O projeto de lei previsto no caput incorporará os ajustes decorrentes da compatibilização prevista no art. 11 da lei orçamentária para 2004.

§ 11. As alterações de que trata o inciso III do § 6º deste artigo poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e de seus créditos adicionais, desde que mantenha a mesma codificação e não modifique a finalidade da ação ou a sua abrangência geográfica. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)

§ 12. As inclusões de ações orçamentárias poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e de seus créditos adicionais, quando decorrentes de fusões e desmembramentos de atividades do mesmo programa, hipótese em que deverá ser apresentado, a partir de 2006, o alinhamento da série histórica dessas alterações e os respectivos atributos, bem como as justificativas. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)

§ 13. Excepcionalmente, para os exercícios de 2004 e 2005, tanto a inclusão de que trata o inciso II quanto a alteração de que trata o inciso IV, ambos do § 6º deste artigo, poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e de seus créditos adicionais. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)

§ 14. A continuidade da execução, a partir do exercício de 2006, das ações incluídas no Plano Plurianual na forma do § 13, quando se tratar de ações plurianuais, fica condicionada a alteração deste Plano. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)

§ 15. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações dos indicadores e índices dos programas deste Plano. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)

LEI N° 11.044, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2004.

Altera a Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Os projetos lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para a tramitação dos projetos:

- até 30/5: publicação e distribuição dos avulsos;
- até 7/06: prazo final para apresentação de emendas;
- até 12/06: publicação e distribuição de avulsos das emendas;
- até 22/06: encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Deputado Inocêncio Oliveira.

É lido o seguinte:

“Requerimento nº , de 2005-CN, que requer a prorrogação de funcionamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito...”

O SR. ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, há um problema neste microfone que está atrapalhando a condução dos trabalhos. Agora veio o som. Há 5 minutos tentamos formular uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Determino à Secretaria da Mesa que mande, por favor, ligar os microfones.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Este microfone está ligado. Posso emprestá-lo ao Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Se a questão de ordem de V. Exa. for sobre o Expediente...

O SR. ARLINDO CHINAGLIA – É sobre o Expediente.

O SR. JOÃO LEÃO – É sobre o Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. JOÃO LEÃO – Estou pedindo a palavra há 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Não há problema. Todos vão falar. Não podemos é perder o bom senso e a isenção. Estou aqui exatamente para garantir isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Com a palavra o Deputado João Leão, pela ordem, sobre o Expediente.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – É pela ordem, Sr. Presidente? Ele vai falar de onde? É discurso ou pela ordem?

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PL-BA. Sem revisão do orador.) – Trata-se de uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Peço a atenção de todos. Há um orador na tribuna.

O SR. JOÃO LEÃO – Se V. Exas. quiserem que eu use o último microfone, vou usar, mas se posso olhar nos olhos de V. Exa., prefiro ficar aqui.

Passo a ler a questão de ordem, Sr. Presidente.

“Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, os Deputados abaixoassinados, com fundamento no art. 131 do Regimento Comum, vêm apresentar a V. Exa. a seguinte questão de ordem sobre o Requerimento nº , de 2005, dos Senhores José Agripino, Arthur Virgílio, José Jorge, Rodrigo Maia, Alberto Goldman, José Carlos Aleluia e outros, que ‘Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos’.

A Constituição da República só admite a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para ‘apuração de fato determinado’, como consta do § 3º do art. 58 da Constituição da República, que assim dispõe:

‘§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores’.

Ocorre que o requerimento ora questionado é genérico e indeterminado, o que fica evidente da análise dos seguintes excertos:

‘Maurício Marinho diz, na reportagem, que esquema semelhante ao existente na diretoria de Administração dos Correios seria montado na Diretoria de Tecnologia, e teria feito, ainda, referências à existência de esquemas semelhantes em outras estatais’.

‘A íntegra da reportagem a seguir transcrita revela outros indícios de atos e fatos delituosos envolvendo escalões superiores da Administração Pública em desvios, da maior gravidade, que requerem apuração imediata (...)’.

Em seguida, o requerimento transcreve matéria divulgada na revista *Veja*, que integra o requerimento e revela a indeterminação das acusações dela constantes. Em certo trecho, consta da matéria de *Veja* que fatos semelhantes – prestem bem atenção, Srs. Parlamentares –, ocorrem em outras estatais: ‘É o caso da Eletrobrás, Furnas, Correios, Itaipu, Infraero, Petrobrás’.

A propósito do pressuposto constitucional do ‘fato determinado’ para a criação de CPIs, Alexandre de Moraes (*in Direito Constitucional*, São Paulo: Atlas, 9ª ed., 2001, pp. 371/372) esclarece o seguinte:

‘Em relação à amplitude de seu campo de atuação, inicialmente deve ser salientado que o poder do Congresso de realizar investigações não é ilimitado’ – não é ilimitado –, ‘devendo concentrar-se em fatos específicos, definidos e relacionados ao Poder Público, pois como salientado por Francisco Campos, o poder de investigar não é genérico ou indefinido’ – ou indefinido, repito –, ‘mas eminentemente específico, ou há de ter um conteúdo concreto, suscetível de ser antecipadamente avaliado na sua extensão, compreensão e alcance pelas pessoas convocadas a colaborar com as comissões de inquérito’.

Ao pretender estender a apuração para outras empresas estatais, empregando expressões genéricas como ‘atos e fatos delituosos envolvendo escalões superiores da Administração Pública em desvios’, o Requerimento não atende à referida exigência constitucional prevista no art. 58, § 3º, da Constituição da República”.

Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, prestem bem atenção ao que diz um trecho do requerimento:

“(...) atos e fatos delituosos envolvendo escalões superiores da Administração Pública em desvios, da maior gravidade, que requerem apuração imediata, com os instrumentos do devido processo legal da apuração presentes na Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que ora requeremos”.

Gostaria agora que os companheiros do PMDB prestassem atenção a esse trecho do requerimento. Atenção, senhores peemedebistas!

Uma parte do PMDB tem feito tudo para complicar a vida do Palácio do Planalto, porque não conseguiu emplacar seus candidatos a diretor de engenharia da ELETRONORTE. (*Tumulto no plenário.*)

(*O Sr. Presidente faz soar as campainhas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Srs. Parlamentares, há um orador na tribuna levantando uma questão de ordem. É importante que o ouçamos.

O SR. JOÃO LEÃO – Atenção, senhores peemedebistas. Já estive com muitos peemedebistas que disseram que, em razão disso, estão retirando suas assinaturas. (*Apupos.*)

Uma das grandes estatais elétricas do País, cujo patrimônio chega perto de 10 bilhões de reais. E diz mais: uma terceira categoria de políticos desonestos quer apenas cargos para fazer negócios escusos, cobrar comissões, beneficiar amigos, embolsar propinas, fazer caixa dois, enriquecer.

O trecho, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Sr. Deputado, conclua sua questão de ordem.

O SR. JOÃO LEÃO – Serei rápido, Sr. Presidente.

Por que o PTB está retirando, e já retirou, suas assinaturas? O que diz o requerimento de CPI sobre um partido como o PTB, fundado em 1945 pelo Presidente Getúlio Vargas? O PTB de hoje não mantém nem parentesco distante com sua origem trabalhista e seu discurso nacionalista.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Peço ao orador que encerre sua questão de ordem.

O SR. JOÃO LEÃO – Por isso tudo, tendo em vista o seu caráter genérico, indeterminado, requeremos seja indeferido o requerimento de criação de CPI ora questionado.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, esse requerimento de criação de CPI é genérico. Repito: é genérico. E muitos dos Deputados que estão aqui nunca quiseram CPI, nunca quiseram. Fui do PSDB, convivi com eles.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Infelizmente.

O SR. JOÃO LEÃO – E tivemos uma vida até salutar, meu caro líder Goldman. Respeito muito V. Exa. pela sua educação e pelo trato fino e educado que o caracteriza. Respeito muito o Senador Arthur Virgílio...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Deputado João Leão, V. Exa. precisa se dirigir à Mesa e concluir a questão de ordem.

O SR. JOÃO LEÃO – Está concluída, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Consulto o Plenário sobre se algum Deputado ou Senador deseja contraditar a questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Para contraditar, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pelo mesmo tempo do orador anterior.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, a qualificada e competente exposição do Deputado João Leão, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional, tem, a meu ver, objetivo claro como água, translúcido como devem ser as almas dos seres humanos e como são as almas das crianças.

O objetivo, diante de requerimento que haverá de ser indeferido liminarmente pelo Presidente da Casa, o digno Senador Renan Calheiros, é pura e simplesmente, numa manobra procrastinatória, mandar a matéria para a Comissão de Constituição e Justiça. O objetivo é procrastinatório. Parece até que o Governo virou o conglomerado de nobres da monarquia brasileira, que não percebia, na ilha fiscal, que a república estava chegando; ou nobres da corte de Maria Antonieta, que recomendavam ao povo faminto, às vésperas da Revolução Francesa, que comezem brioche, já que não havia pão.

Temos, com muita clareza, de fazer o retrospecto de qual foi o gesto que a Oposição tomou apoiada por segmentos da base do Governo, apoiada por Deputados e Senadores independentes da Oposição e do Governo.

Algumas pessoas na redação do documento diziam: “Vamos fazer algo que investigue o IRB, que investigue as estatais todas mencionadas pela revista Veja”. E prevaleceu, pelo bom senso e pelo respeito à verdade – que íamos caracterizar, de maneira muito determinada, sim –, a questão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nada mais – Correios e Telégrafos. Portanto, fato determinado, fato amparado pela

Constituição, amparado pelo Regimento; mais do que tudo, amparado pelo Secretário de Imprensa de Lula, até pouco tempo atrás, Sr. Ricardo Kotscho; amparado por Senadores e Deputados da base governista.

Vamos ser francos, numa conversa íntima entre este modestíssimo orador e os Senadores de vários partidos que aqui estão. Não vamos contar para ninguém – nós e os telespectadores da *TV Câmara* e da *TV Senado* vamos guardar segredo – que não temos a mínima possibilidade de não ver essa CPI implantada e funcionando.

Chego a imaginar que se alguma manobra noturna – as manobras noturnas servem ao romantismo, mas também a outras ações – levar à retirada de assinaturas de número superior a 15 Senadores e a 80 Deputados, teríamos, imediatamente, de deixar de lado, sim, essa CPI dos Correios e Telégrafos e pedir Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a retirada de todas as assinaturas deste requerimento na calada da noite e diante dos olhos indignados da Nação. Portanto, vamos cumprir o nosso papel. Temos pessoas qualificadas e equilibradas de ambos os lados para investigar a verdade.

Ontem, não consegui me comover com a declaração do Sr. Maurício Marinho de que os 3 mil reais são adiantamento de uma consultoria que ele fará 2 anos depois de se aposentar e que ia mandar o dinheiro para uma instituição religiosa. Começo a suspeitar que ele pode ter fundado alguma igreja e que está mandando para a sua própria igreja.

Mas a verdade é que a desfaçatez, a tentativa de desmentir o indesmentível, tudo isso só me leva a fazer uma aposta na história deste Congresso. É uma aposta que faço na história de um Congresso que resistiu à ditadura militar. É uma aposta que faço num Congresso que soube erigir em lei a Constituição que aí está. Aposto na dignidade de cada Senador, de cada Deputado, de cada Parlamentar, de que à meia-noite de hoje não serão 256, mas 300 Deputados; à meia noite de hoje não serão 51, mas 70 Senadores.

Sr. Presidente, quanta saudade da Câmara! Que maldade fez comigo o povo do Amazonas! Este é o clima de que eu gosto. Portanto, repito, apostei na dignidade de cada homem e de cada mulher deste Governo; na dignidade de cada homem e de cada mulher da Oposição. E aqui empenho a minha confiança de que à meia-noite de hoje as assinaturas dos Senadores não serão 51, mas 70; as assinaturas dos Deputados não serão 256, mas acima de 300.

O fato determinado existe. O querido Deputado Vice-Líder do Governo falou sobre questão genérica. Não sei se o remédio vem com nome genérico ou de fantasia, mas o fato é que a CPI sai – e o Deputado

Rodrigo Maia estava coberto de razão ao afirmar que ela não pertence a um partido, a uma facção, mas ao sentimento da Nação – acima das Marias Antonietas de plantão, que querem o povo comendo brioche numa sociedade que não lhe dá pão.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

A SRA. IDELI SALVATTI – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem ainda sobre este assunto, antes da deliberação de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Nobre Senadora Ideli, já foi levantada a questão de ordem, já foi feita a contradita dela e esta Presidência vai decidir.

A SRA. IDELI SALVATTI – Sr. Presidente, a questão de ordem que quero levantar é sobre este assunto, mas é...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – A Presidência vai decidir a questão de ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI – Sr. Presidente, exatamente pela deliberação de V. Exa., levanto a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – V. Exa. poderá suscitar outra questão de ordem. Por favor, a Presidência vai decidir.

A SRA. IDELI SALVATTI – Sr. Presidente, estou pedindo aditamento a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Por favor, não interrompa a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – A Presidência vai decidir a questão de ordem levantada e contraditada regimentalmente.

Nobre Deputado João Leão, o art. 58 da Constituição Federal prevê 3 requisitos para a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito: primeiro, um terço de assinaturas; segundo, fato determinado; e, terceiro, o prazo certo e determinado.

Por outro lado, o Regimento Interno complementa essas exigências com, primeiro, o número de membros, e, segundo, os recursos necessários para o seu funcionamento.

Portanto, o requerimento sobre a mesa preenche todos os requisitos constitucionais e regimentais. (*Palmas*.)

O SR. PROFESSOR LUIZINHO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, quero recorrer da decisão de V. Exa. A palavra cabe a mim.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT – SP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o requerimento...

O SR. JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, quero recorrer da decisão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Com a aquiescência de V. Exa., Deputado Professor Luizinho, concedo a palavra ao Deputado João Leão para, se desejar, recorrer da decisão da Presidência.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Quero contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Depois, Excelência.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PROFESSOR LUIZINHO – Sr. Presidente, V. Exa. pediu aquiescência. Estou dando aquiescência.

O SR. JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, recorro da decisão de V. Exa. à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

Digo principalmente ao povo brasileiro que o Governo quer a apuração dos fatos, com uma CPI determinada, e não ampla, irrestrita e genérica. Reitero que a sociedade, o Governo e esta Liderança querem a apuração dos fatos. Agora, não queremos uma CPI genérica.

A SRA. IDELI SALVATTI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Darei, depois, a palavra a V. Exa.

A Presidência decidirá sobre o recurso do Deputado João Leão.

A SRA. IDELI SALVATTI – Sr. Presidente, desejo falar exatamente sobre essa questão, porque a deliberação...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Essa questão, Senadora Ideli Salvatti, já está decidida, é matéria vencida. Foi levantada uma questão de ordem...

A SRA. IDELI SALVATTI – Sr. Presidente, o recurso do Deputado João Leão...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Vou decidir sobre o recurso do Deputado.

A SRA. IDELI SALVATTI – O recurso fala exatamente a respeito do fato determinado. Isso que está em discussão. Nesse sentido, queremos pedir a questão de ordem.

(Manifestação do Plenário. O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A SRA. IDELI SALVATTI – É sobre essa questão. Portanto, tanto o recurso quanto o que eu quero falar se atêm ao fato determinado. Desejo trazer aqui deliberações já tomadas pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – V. Exa. não vai trazer mais nada. Essa questão já foi decidida. *(Muito bem. Palmas.)*

V. Exa. pode apresentar qualquer outra questão de ordem. Da mesma forma, a Mesa decidirá. Esta Presidência decidirá sobre o recurso do Deputado João Leão.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO – Sr. Presidente, e a minha questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Tão logo eu decida sobre o recurso, darei a palavra a V. Exa. para levantar sua questão de ordem. Darei a palavra a todos os Parlamentares que desejarem levantar questões de ordem, de forma democrática, regimental e constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Vou decidir sobre o recurso do Deputado João Leão.

O art. 132 do Regimento Comum do Congresso Nacional diz que é irrecorribel a decisão do Presidente em questão de ordem, salvo se estiver relacionada com dispositivo constitucional:

“Art. 132.

§ 1º Apresentado o recurso, que não terá efeito suspensivo, o Presidente, ex-officio ou por proposta do recorrente, deferida pelo Plenário, remeterá a matéria à Comissão de Constituição e Justiça da Casa a que pertencer o recorrente”.

Portanto, sem efeito suspensivo, remeto a matéria para ser decidida pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT – SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, agradeço a V. Exa. a compreensão.

Baseio a minha questão de ordem no Parecer nº 131, de 1996, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, sobre o recurso à decisão da Presidência,

proferida em sessão deliberativa ordinária, realizada no dia 19 de março de 1996, em questão de ordem formulada pelo Senador Hugo Napoleão, solicitando arquivamento do Requerimento nº 198, de 1996.

Tendo, portanto, como base esse recurso aprovado, peço a V. Exa. que decida o que será levado à Comissão, se a ementa ou a justificativa, porque esta não tem fato determinado, é genérica, e a ementa pretende ser fato determinado.

Sr. Presidente, a questão de ordem pressupõe preparar o trabalho da Comissão, para que ela não seja palco da boa vontade e da boa ação da cabeça de qualquer um aqui dentro, mas seja uma CPI séria e responsável. Que a Comissão não seja palanque eleitoral ou programa de partido para desestabilizar outro partido do Governo.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PROFESSOR LUIZINHO – É só definir o fato determinado: se ementa ou justificativa.

Digo ao Senador e ex-Líder do Governo anterior – que era o “enterra CPI” e quem mais militava para retirar assinaturas – que queria ter visto essa desenvoltura e bravura há alguns anos.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Mais uma vez, peço a atenção da Casa, às Sras. e aos Srs. Senadores e às Sras. e aos Srs. Deputados, enfim, a todos.

Precisamos cumprir o Regimento e, mais do nunca – repito o que disse no início –, ter bom senso e serenidade para os trabalhos evoluírem naturalmente, de acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e o Regimento Comum do Congresso Nacional.

Peço ao Sr. 1º Secretário, Deputado Inocêncio Oliveira, para continuar a leitura do expediente.

(Tumulto no plenário.)

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2005

Requer-se, nos termos do art. 5º, § 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, combinado com o art. 152 do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação, até 30 de novembro de 2005, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e

Urbana, criada por meio do Requerimento nº 13/2003-CN, “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, tem se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)”.

Justificação

A “CPMI da Terra”, cujo prazo para conclusão dos trabalhos se encerra em 15 de junho próximo, foi instalada em março de 2004, com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores, assim como os movimentos de proprietários de terras.

A CPMI da Terra, cujos trabalhos foram retardados pelo ano eleitoral de 2004, avançou a passos largos durante o primeiro semestre de 2005, através da realização de uma série de audiência públicas e da oitiva de diversos depoentes, fosse em Brasília, fosse em diversos estados da Federação. Ademais, importantes linhas de investigação foram iniciadas no final do primeiro semestre, com a investigação de mais de uma dezena de sigilos bancários, essenciais para uma satisfatória conclusão dos trabalhos. Até então, a análise de tais sigilos estava suspensa por embates judiciais que só recentemente foram solucionados.

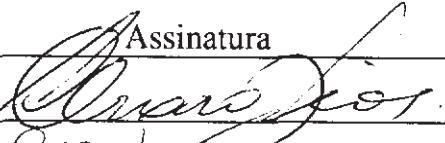
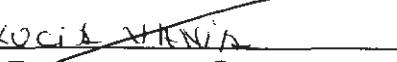
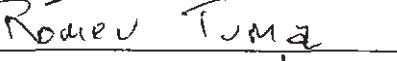
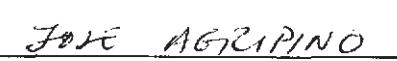
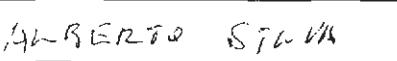
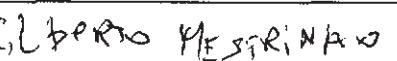
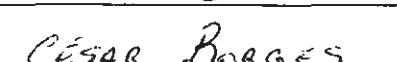
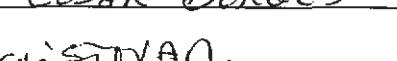
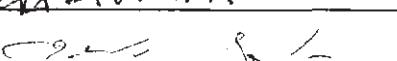
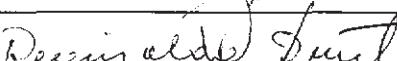
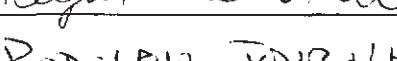
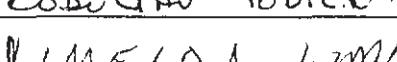
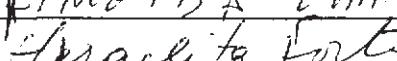
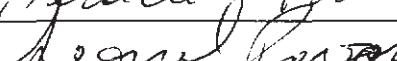
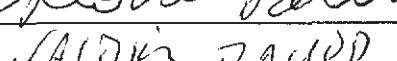
Não é admissível que, após alimentar justas expectativas da população rural e urbana no sentido de propor importantes contribuições para a solução do problema da terra no Brasil, essa CPMI conclua seus trabalhos sem ter tido o tempo necessário para chegar a bom termo de seus trabalhos.

Diante do exposto, torna-se primordial a prorrogação do prazo da “CPMI da Terra”, para que seus objetivos possam ser integralmente cumpridos, com a elaboração de um trabalho que possa contribuir para a reforma agrária neste País, apontando caminhos a serem seguidos, bem como revelando os eventuais sucessos e as possíveis irregularidades e ineficiências do atual sistema.

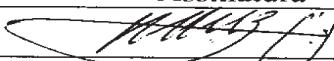
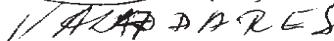
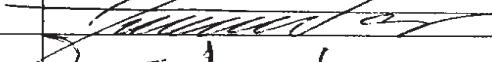
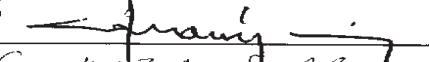
Sala das Sessões, 25 de maio de 2005.

**Signatários do requerimento de prorrogação da “CPMI da Terra”,
criada por meio do Requerimento 13/2003 - CN**

Senadores

Nº	Nome do parlamentar	Assinatura
1.	Amaro Dias	
2.	Aether Virgílio	
3.	José Serra	
4.	José Serra	
5.	José Serra	
6.		
7.		
8.		
9.	Antônio Magalhães	
10.		
11.		
12.	César Borges	
13.		
14.	EDUARDO AZEVEDO	
15.	José Gomes	
16.		
17.		
18.		
19.		
20.		

Senadores

Nº	Nome do parlamentar	Assinatura
1.	Waldemar da Cunha	
2.	Walter Pinheiro	
3.		MOZARILDO
4.	Itamar Borges	Itamar Borges
5.	Edmílson Soárez	EDMÍLSON SOÁREZ
6.	Ramón Tebet	RAMÓN TEBET
7.	Sergio Cabral	SÉRGIO CABRAL
8.	Jorge Bornhausen	JORGE BORNHAUSEN
9.	Cesar Zanotto	Cesar Zanotto
10.	Belton Freitas	
11.	Efraim Morais	
12.	João Viana	
13.	Dr. Mário	Mário
14.	Dr. Vitorino	Dr. Vitorino
15.	Augusto Botelho	Augusto Botelho
16.	João Baptista Motta	João Baptista Motta
17.	Marco Macrini	Marco Macrini

Of. nº 279/2005-SGM

Brasília, 23 de maio de 2005

Ilmo Sr.

Dr. Mozart Vianna de Paiva

Secretário-geral da Mesa da Câmara dos Deputados

Senhor Secretário-Geral,

Solicito a V. S^a a gentileza de verificar a possibilidade de determinar, com urgência, ao setor competente dessa Secretaria-Geral a conferência das assinaturas dos senhores deputados apostas ao requerimento que solicita a prorrogação do prazo de funcionamento, até 30 de novembro de 2005, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 13, de 2003-CN, destinada a realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência) assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência).

Encaminho, em anexo, os originais das folhas de assinaturas da matéria supracitada.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. S^a protestos de estima e consideração. – **Raimundo Carreiro Silva**, Secretário-Geral da Mesa.

SGM nº 132/05

Brasília, 4 de maio de 2005

A Sua Senhoria o Senhor

Raimundo Carreiro Silva

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Nesta

Senhor Secretário-Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria, em atendimento à solicitação contida no Ofício nº 279/2005-SGM, datado de 23 de maio do corrente ano, a conferência das assinaturas dos Senhores Deputados apostas ao Requerimento que Requer a prorrogação do prazo de funcionamento, até 30 novembro de 2005, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 13, de 2003-CN, destinada realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os

processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência) assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga,

têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência”).

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria protestos de alta estima e distinta consideração. – **Mozart Vianna de Paiva**, Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SGM - SECAP (7503)

23/5/2005 19:11:08

Conferência de Assinaturas

Página: 001

Proposição: RCPMI

Autor da Proposição: ONYX LORENZONI E OUTROS

Data de Apresentação: 23/5/2005

Ementa: Requer a prorrogação do prazo de funcionamento, até 30 de novembro de 2005, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 13, de 2003-CN, destinada realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira , os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência) assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência).

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	174
Não Conferem	003
Fora do Exercício	000
Repetidas	002
Ilegíveis	000
Retiradas	000

Assinaturas Confirmadas

1	ALBERTO FRAGA	S.PART.	DF
2	ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR
3	ALCEU COLLARES	PDT	RS
4	ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA
5	ALMERINDA DE CARVALHO	PMDB	RJ
6	ALMIR MOURA	S.PART.	RJ
7	ALMIR SÁ	PL	RR
8	AMAURI GASQUES	PL	SP
9	ANA ALENCAR	PSDB	TO
10	ANDRÉ COSTA	PT	RJ
11	ANDRÉ DE PAULA	PFL	PE
12	ANDRÉ ZACHAROW	PSB	PR
13	ANTENOR NASPOLINI	PSDB	CE
14	ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE

SGM - SECAP (7503)

23/5/2005 19:11:09

Conferência de Assinaturas

Página: 002

15	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO	PFL	BA
16	ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP
17	ANTONIO CRUZ	PP	MS
18	ARIOSTO HOLANDA	PSDB	CE
19	ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA
20	ÁTILA LIRA	PSDB	PI
21	B. SÁ	PPS	PI
22	BETINHO ROSADO	PFL	RN
23	BISMARCK MAIA	PSDB	CE
24	CARLOS ABICALIL	PT	MT
25	CARLOS EDUARDO CADOCÀ	PMDB	PE
26	CARLOS MELLES	PFL	MG
27	CARLOS NADER	PL	RJ
28	CARLOS WILLIAN	PMDB	MG
29	CÉSAR BANDEIRA	PFL	MA
30	CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS
31	CIRO NOGUEIRA	PP	PI
32	CLAUDIO CAJADO	PFL	BA
33	COLBERT MARTINS	PPS	BA
34	COLOMBO	PT	PR
35	CORIOLANO SALES	PFL	BA
36	CORONEL ALVES	PL	AP
37	COSTA FERREIRA	PSC	MA
38	DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS
39	DAVI ALCOLUMBRE	PFL	AP
40	DELFIM NETTO	PP	SP
41	DR. BENEDITO DIAS	PP	AP
42	DR. RIBAMAR ALVES	PSB	MA
43	DR. RODOLFO PEREIRA	PDT	RR
44	DURVAL ORLATO	PT	SP
45	EDMAR MOREIRA	PL	MG
46	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
47	EDUARDO PAES	PSDB	RJ
48	EDUARDO SCIARRA	PFL	PR
49	ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO	PRONA	SP
50	ELISEU PADILHA	PMDB	RS
51	ELISEU RESENDE	PFL	MG
52	ENÉAS	PRONA	SP
53	ENIO TATICO	PL	GO
54	ÉRICO RIBEIRO	PP	RS
55	FÉLIX MENDONÇA	PFL	BA
56	FERNANDO DE FABINHO	PFL	BA
57	FEU ROSA	PP	ES
58	FRANCISCO APPIO	PP	RS
59	FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR

SGM - SECAP (7503)

23/5/2005 19:11:09

60 GEDDEL VIEIRA LIMA
 61 GERALDO RESENDE
 62 GERSON GABRIELLI
 63 GERVÁSIO OLIVEIRA
 64 GERVÁSIO SILVA
 65 GILBERTO NASCIMENTO
 66 GONZAGA MOTA
 67 GUSTAVO FRUET
 68 HAMILTON CASARA
 69 HÉLIO ESTEVES
 70 HENRIQUE EDUARDO ALVES
 71 HOMERO BARRETO
 72 HUMBERTO MICHILES
 73 IBRAHIM ABI-ACKEL
 74 INALDO LEITÃO
 75 INOCÉNCIO OLIVEIRA
 76 IRIS SIMÕES
 77 IVAN PAIXÃO
 78 IVAN RANZOLIN
 79 JADER BARBALHO
 80 JAIR BOLSONARO
 81 JOÃO ALMEIDA
 82 JOÃO CAMPOS
 83 JOÃO CASTELO
 84 JOÃO CORREIA
 85 JOÃO TOTA
 86 JORGE ALBERTO
 87 JOSÉ BORBA
 88 JOSÉ CARLOS ALELUIA
 89 JOSÉ CARLOS ARAÚJO
 90 JOSÉ CARLOS MACHADO
 91 JOSÉ LINHARES
 92 JOSÉ MILITÃO
 93 JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
 94 JOSÉ ROCHA
 95 JOSÉ THOMAZ NONÔ
 96 JOSUÉ BENGTSON
 97 JOVINO CÂNDIDO
 98 JÚLIO CESAR
 99 JÚLIO LOPES
 100 JÚLIO REDECKER
 101 JULIO SEMEGHINI
 102 JURANDIR BOIA
 103 JUTAHY JUNIOR
 104 KÁTIA ABREU

Conferência de Assinaturas

Página: 003

PMDB	BA
PPS	MS
PFL	BA
PMDB	AP
PFL	SC
PMDB	SP
PSDB	CE
PSDB	PR
PL	RO
PT	AP
PMDB	RN
PTB	TO
PL	AM
PP	MG
PL	PB
PMDB	PE
PTB	PR
PPS	SE
PP	SC
PMDB	PA
PP	RJ
PSDB	BA
PSDB	GO
PSDB	MA
PMDB	AC
PL	AC
PMDB	SE
PMDB	PR
PFL	BA
PFL	BA
PFL	SE
PP	CE
PTB	MG
PTB	PE
PFL	BA
PFL	AL
PTB	PA
PV	SP
PFL	PI
PP	RJ
PSDB	RS
PSDB	SP
PDT	AL
PSDB	BA
PFL	TO

SGM - SECAP (7503)

23/5/2005 19:11:09

105	LAURA CARNEIRO	PFL	RJ
106	LEONARDO MATTOS	PV	MG
107	LEONARDO MONTEIRO	PT	MG
108	LEONARDO PICCIANI	PMDB	RJ
109	LOBBE NETO	PSDB	SP
110	LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP
111	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR
112	LUIZ CARLOS SANTOS	PFL	SP
113	MARCELINO FRAGA	PMDB	ES
114	MARCELLO SIQUEIRA	PMDB	MG
115	MARCUS VICENTE	PTB	ES
116	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE
117	MEDEIROS	PL	SP
118	MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS
119	MIGUEL DE SOUZA	PL	RO
120	MILTON BARBOSA	PFL	BA
121	MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR
122	MORONI TORGAN	PFL	CE
123	MURILO ZAUTTH	PFL	MS
124	NELSON PELLEGRINO	PT	BA
125	NELSON PROENÇA	PPS	RS
126	NEUCIMAR FRAGA	PL	ES
127	NEY LOPES	PFL	RN
128	NICIAS RIBEIRO	PSDB	PA
129	NILSON PINTO	PSDB	PA
130	ODÍLIO BALBINOTTI	PMDB	PR
131	OLAVO CALHEIROS	PMDB	AL
132	ONYX LORENZONI	PFL	RS
133	OSMÂNIO PEREIRA	PTB	MG
134	OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
135	OSÓRIO ADRIANO	PFL	DF
136	OSVALDO COELHO	PFL	PE
137	OSVALDO REIS	PMDB	TO
138	PAES LANDIM	PTB	PI
139	PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO	PSB	PE
140	PASTOR FRANKEMBERGEN	PTB	RR
141	PASTOR REINALDO	PTB	RS
142	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM
143	PAULO BAUER	PFL	SC
144	PAULO LIMA	PMDB	SP
145	PAULO MAGALHÃES	PFL	BA
146	PAULO MARINHO	PL	MA
147	PEDRO CORRÊA	PP	PE
148	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
149	PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA	PP	SP

Conferência de Assinaturas

Página: 004

SGM - SECAP (7503)

23/5/2005 19:11:09

Conferência de Assinaturas

Página: 005

150	RAFAEL GUERRA	PSDB	MG
151	REINALDO BETÃO	PL	RJ
152	RICARDO BARROS	PP	PR
153	RICARDO IZAR	PTB	SP
154	ROBERTO BRANT	PFL	MG
155	ROBERTO MAGALHÃES	PFL	PE
156	RODRIGO MAIA	PFL	RJ
157	RONALDO CAIADO	PFL	GO
158	RONALDO DIMAS	PSDB	TO
159	SALVADOR ZIMBALDI	PTB	SP
160	SÉRGIO CAIADO	PP	GO
161	SILAS CÂMARA	PTB	AM
162	TETÉ BEZERRA	PMDB	MT
163	THAÍS BARBOSA	PMDB	MT
164	THELMA DE OLIVEIRA	PSDB	MT
165	VADÃO GOMES	PP	SP
166	VALDEMAR COSTA NETO	PL	SP
167	VANDER LOUBET	PT	MS
168	VILMAR ROCHA	PFL	GO
169	WALDEMIR MOKA	PMDB	MS
170	WASNÝ DE ROURE	PT	DF
171	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA
172	ZICO BRONZEADO	PT	AC
173	ZONTA	PP	SC
174	ZULAIÉ COBRA	PSDB	SP

Assinaturas que Não Conferem

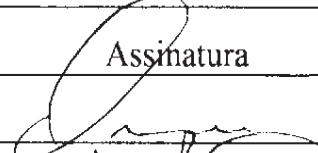
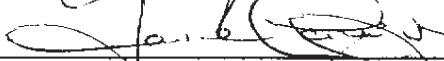
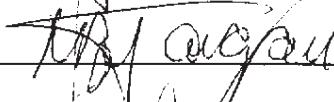
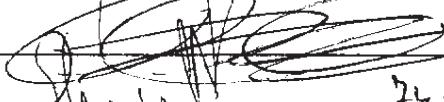
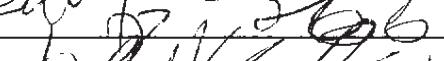
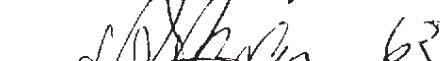
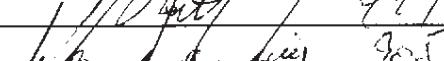
1	FÁBIO SOUTO	PFL	BA
2	FRANCISCO DORNELLES	PP	RJ
3	REGINALDO GERMANO	PP	BA

Assinaturas Repetidas

1	HAMILTON CASARA	PL	RO
2	JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA

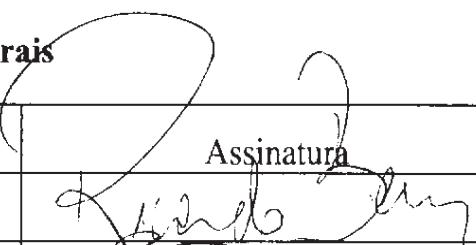
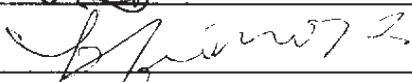
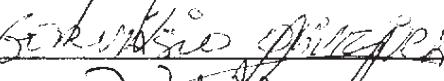
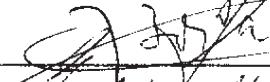
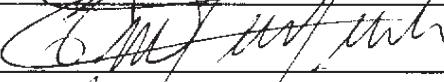
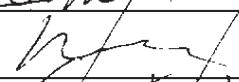
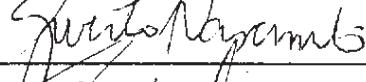
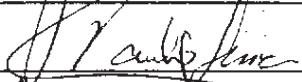
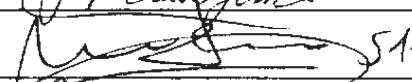
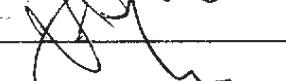
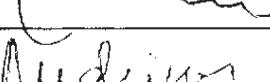
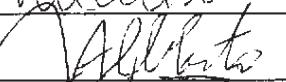
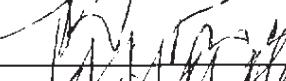
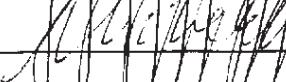
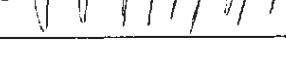
**Signatários do requerimento de prorrogação da “CPMI da Terra”,
criada por meio do Requerimento 13/2003 - CN**

Deputados Federais

Nº	Nome do parlamentar	Assinatura
1.	Onyx Lorenzoni PFL-RS	 828/05
2.	José Viana	 * 828/05
3.	Mozarildo	 828/05
4.	José Alírio	 828/05
5.	AUDERNEY AVELINO	 828/05
6.	Eduardo Flores	 742
7.	Edmar Arruda	 315/05
8.	Jair Bolsonaro	 601
9.	Zé Bonfá	 366
10.	Peron	 518
11.	Miguel de Souza	 713
12.	Newton Lima	 509
13.	Osmar Terra	 602
14.	Pedro Lobo	 634
15.	Salvador Zygodol	 538
16.	Morais Zalamea	 479
17.	Alcides Amorim	 639
18.	João Pedro Mattos	 914
19.	Geraldo Resende	 905
20.	Rosenir Brant	 850

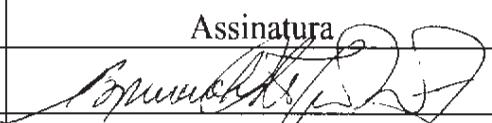
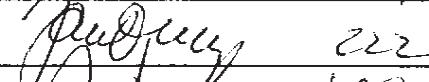
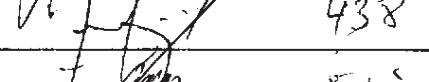
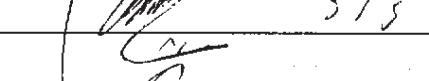
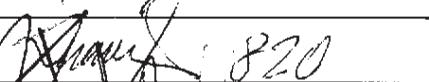
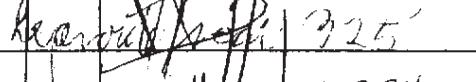
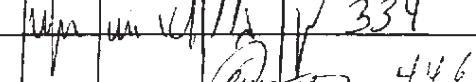
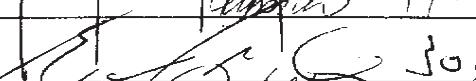
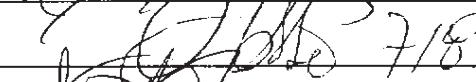
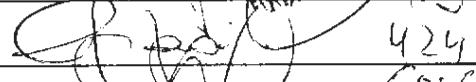
**Signatários do requerimento de prorrogação da “CPMI da Terra”,
criada por meio do Requerimento 13/2003 - CN**

Deputados Federais

Nº	Nome do parlamentar	Assinatura
1.	Ricardo SPREO	
2.	Dr. Francisco Jardim MP	
3.	Cel. Altair / 419	
4.	José Frazão (541)	
5.	JURANDIR BOIA 941	
6.	Enio VATICANO 911	
7.	Zico Bronzado 760	
8.	Gilberto Nascimbeni 910	
9.	PAULO LIMA	
10.	Sebastião Ribeiro	 511
11.	NICIAS RIBEIRO	
12.	AMORÉZARIA HON.	 737
13.	Dr. Tomazinho	 577
14.	Urbano GOMES	 750
15.	ITAHUAN CERITÀ	 605
16.	Medeiros	 Medeiros 726
17.	João Alberto	 João Alberto 722
18.	Walter Ribeiro	 Walter Ribeiro 804
19.	Wilton Michelito	 Wilton Michelito 478
20.	COLONIBA	 COLONIBA 38

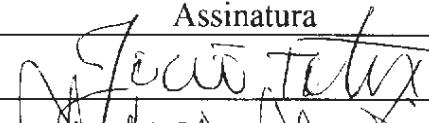
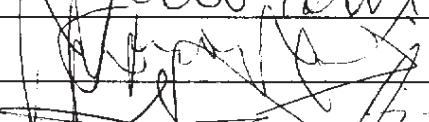
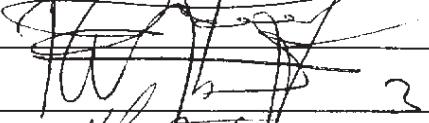
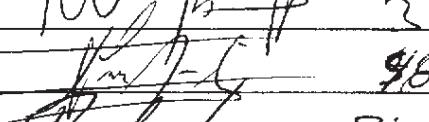
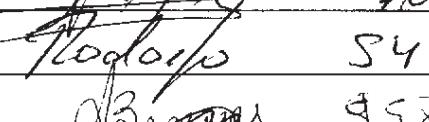
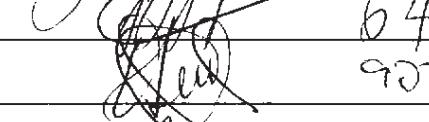
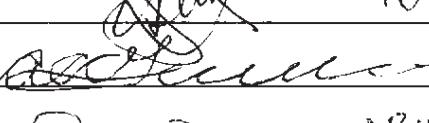
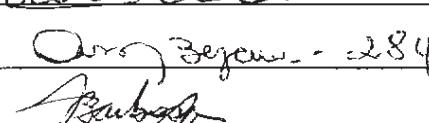
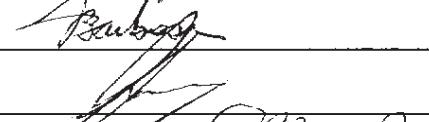
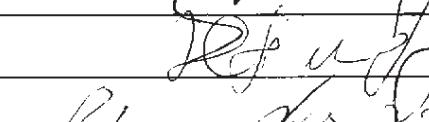
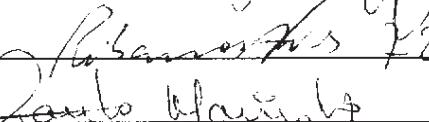
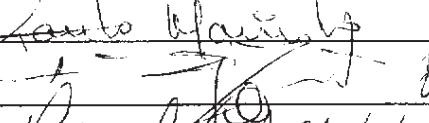
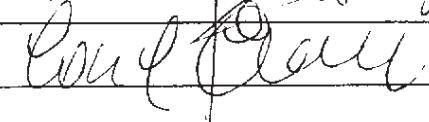
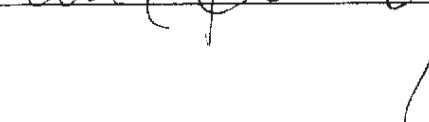
**Signatários do requerimento de prorrogação da “CPMI da Terra”,
criada por meio do Requerimento 13/2003 - CN**

Deputados Federais

Nº	Nome do parlamentar	Assinatura
1.	BISMARCK MARÍA	 622
2.	ALBERTO BRAZ	 321
3.	ANICETO HUMBERTO	 575
4.	MONTES RISCANI	 222
5.	/	 438
6.		 513
7.		
8.		 820
9.		 402
10.		 325
11.	JULIO VASCONCELOS	 334
12.	EDIMAR MARÍIA	 446
13.	P. VIEIRAS	 306
14.		 718
15.		 540
16.		 310
17.		 239
18.		 631
19.		 424
20.		604

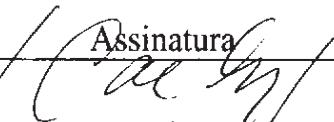
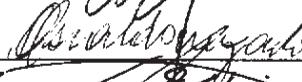
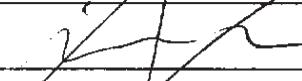
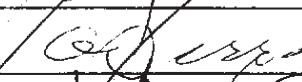
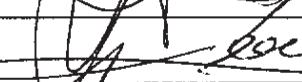
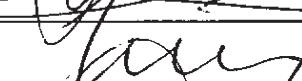
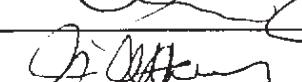
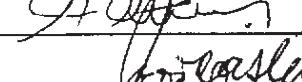
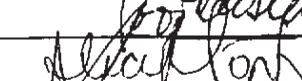
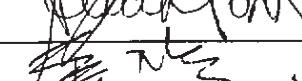
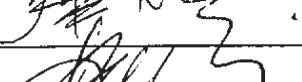
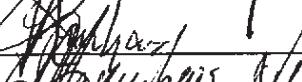
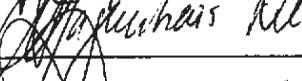
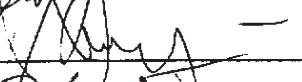
**Signatários do requerimento de prorrogação da “CPMI da Terra”,
criada por meio do Requerimento 13/2003 - CN**

Deputados Federais

Nº	Nome do parlamentar	Assinatura
1.	José Tadeu	 656
2.	Alessandro Azeredo	 50
3.	Antônio Rapozo	 725
4.	Hemerson Meireles	
5.	Kleber Britto	 216
6.	Adriano Soárez	 981
7.	Marcos Pinto	 546
8.	Flávia Aleluia Pires	 958
9.	B. Sá	 643
10.	Fernando da Falcao	 924
11.	Cecília Freitas	 852
12.	Jeté Bezerra PMDB/MT	 284
13.	Thais Barros PMDB/MT	
14.	Paulo Borges PEC-BA	
15.	Anna Lucia	 6
16.	José Geraldo	 358
17.	Cláudia	 729
18.	Paulo Góes	 92
19.	Flávio Dino	 827
20.	Edmundo	 411

Signatários do requerimento de prorrogação da “CPMI da Terra”, criada por meio do Requerimento 13/2003 - CN

Deputados Federais

Nº	Nome do parlamentar	Assinatura
1.	WILSON CARLOS SANTOS	
2.		Deputado Federal 807
3.	JOSE BORBA.	 616
4.	Quirino Reis	 Deputado Federal 835
5.	ELISEU PAULISTA	 209
6.		 948
7.	CEZAR PRESTES	 Deputado Federal 818
8.	HENRIQUE ALVES	 519
9.	Geraldo Vieira Lima	 612
10.	ZENILDO COVRE	 336
11.	OSVALDO CECI	 444
12.	WILSON FARIA	 220
13.	JOAO CASTELO	 654
14.	ALICE RODRIGUES	 Deputado Federal 456
15.	MANOEL DANTAS	 304
16.	ROBERTO CRUZ	 367
17.		 860
18.	ACM Neto	 Deputado Federal 939
19.	WILTON	 326
20.		 CLAUDIO CAJADA 682

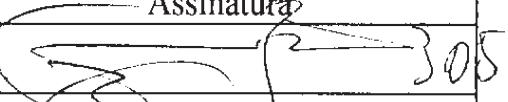
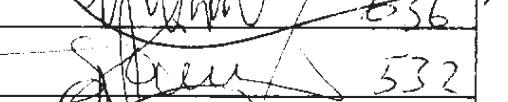
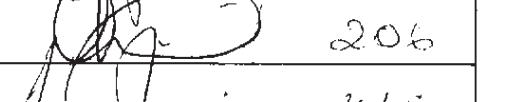
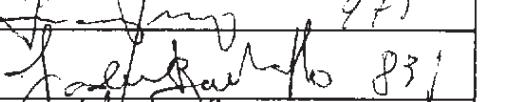
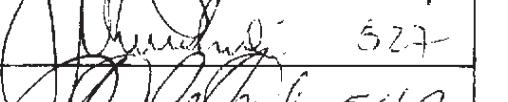
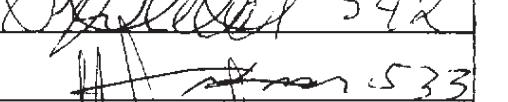
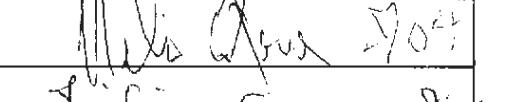
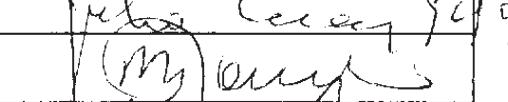
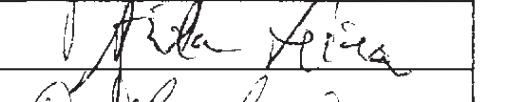
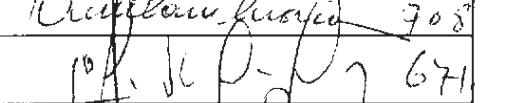
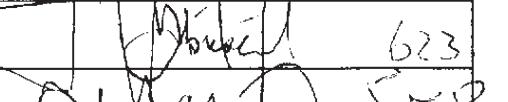
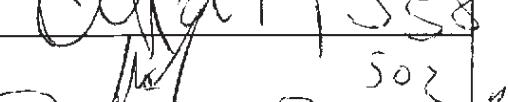
Signatários do requerimento de prorrogação da “CPMI da Terra”, criada por meio do Requerimento 13/2003 - CN

Deputados Federais

Nº	Nome do parlamentar	Assinatura
1.	Luis Caffé	Caffé 857
2.	Vilmar Peres	Peres 644
3.	José Gomes	Gomes 850
4.		Walmir Pinto 423
5.	Thame	Thame 624
6.	José de Souza	Souza 524
7.	Roberto Magalhães	Magalhães 503
8.	Ricardo Alba	Alba 410
9.	Varão	Varão 534
10.	FELI ROSA	Rosa 960
11.	Edvaldo Scioressi	Scioressi 451
12.	José Medeiros	Medeiros 945
13.	André Costa	Costa 285
14.	Julio Resende	Resende
15.	Manoel Vicente	Vicente 362
16.	Gustavo Fruet	Fruet 821
17.	Amálio Góes	Góes 354
18.	Edvaldo Alves	Alves 418
19.	João Viegas	Viegas PT/ME 91
20.	Leônidas Gomes	Gomes 458

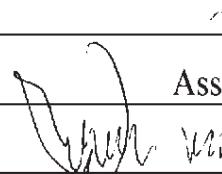
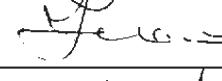
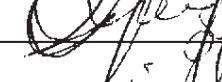
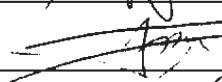
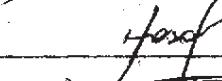
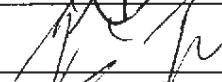
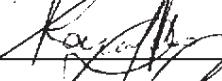
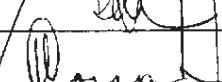
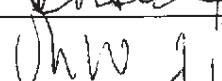
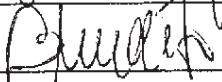
**Signatários do requerimento de prorrogação da “CPMI da Terra”,
criada por meio do Requerimento 13/2003 - CN**

Deputados Federais

Nº	Nome do parlamentar	Assinatura
1.	José Bengtsson	 305
2.	Waldir Arce Alves	 478
3.	GONÇALO PORTA	 636
4.		 532
5.	Susão (Amapá)	 206
6.		 471
7.		 831
8.		 527
9.	JAILDEZIMAR COSTA	 542
10.	Maria das Rosas	 533
11.	Milis Cipriano	 502
12.	Júlio César	 304
13.	Wasnyf de Souza	 558
14.		 502
15.		 834
16.		671
17.		623
18.		558
19.		502
20.		834

**Signatários do requerimento de prorrogação da “CPMI da Terra”,
criada por meio do Requerimento 13/2003 - CN**

Deputados Federais

Nº	Nome do parlamentar	Assinatura
1.	Romero de Matos	 810
2.	José L. C. S.	 267
3.	Júlio SEMETHINI	 242
4.	Carlos Nicácio	 972
5.	JOSE ROCHA	 908
6.	Milton Barros	 922
7.	Neuiman FRAZER	 901
8.	Jair Bolsonaro	 452
9.	Hamilton Carvalho	 342
10.	Paulo Góes	 231
11.		 839
12.	Gilmar Schineller	 228
13.	Paulo Lins	 339
14.	Eduardo Cunha	 6139
15.	Fábio do Carmo	 227
16.	Jovino Sonego	 238
17.		 943
18.		 832
19.		 907
20.		706

**Signatários do requerimento de prorrogação da “CPMI da Terra”,
criada por meio do Requerimento 13/2003 - CN**

Deputados Federais

Nº	Nome do parlamentar	Assinatura
1.		Gilmar Mendes
2.		813
3.		342
4.		317
5.		90
6.	Ibrahim Abi-Aoun	Ibrahim Abi-Aoun 24
7.		325
8.		José Ivan 80
9.	J. Almeida	652
10.	F. Mendes	912
11.		610
12.		767
13.		717
14.		606
15.		243
16.		204
17.		1916
18.		216
19.		508
20.		383

Brasília, 25 de maio de 2005

Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional

Senador Renan Calheiros

REQUERIMENTO DE ADESÃO

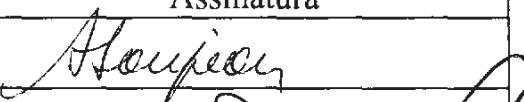
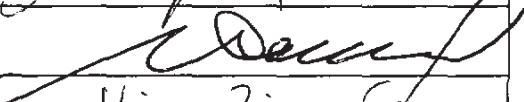
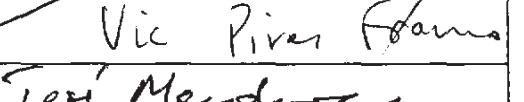
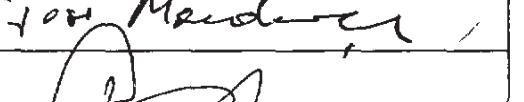
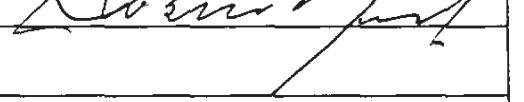
Utilizando-se das prerrogativas constitucionais e regimentais aplicáveis à espécie, e considerando a leitura em sessão plenária do Congresso Nacional na data de hoje, 25 de maio de 2005, vimos perante V.Exa., na qualidade de Deputados Federais em pleno exercício do mandato, expressar nosso desejo de **ADERIR** ao Requerimento de Prorrogação da CPMI “da Terra”, criada pelo Requerimento 13/2003-CN, até a data de 30 de novembro de 2005.

Deste modo, solicitamos a V.Exa. que nossas assinaturas sejam contabilizadas, para todos os fins, no quantitativo geral previsto no art. 58, §3º, da Constituição Federal.

(firmam os signatários das folhas em anexo)

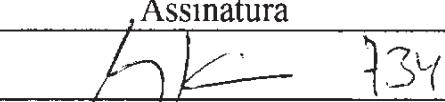
Signatários do requerimento de prorrogação da “CPMI da Terra”, criada por meio do Requerimento 13/2003 - CN

Deputados Federais

Nº	Nome do parlamentar	Assinatura
1.	ABELMAR LUPION	
2.	CIRIACO DANTAS	
3.	VIC RIVER FOAMAS	
4.	JOSÉ MACHADO	
5.	LUIZ CARREIRA	
6.	ROBERIO HUMES	
7.		
8.		

Signatários do requerimento de prorrogação da “CPMI da Terra”, criada por meio do Requerimento 13/2003 - CN

Deputados Federais

Nº	Nome do parlamentar	Assinatura
1.	JAY KAHN	
2.		
3.		

O SR. GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, levanto questão de ordem conforme os arts. 3º e 4º do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Darei a palavra a V. Exa. em seguida.

O SR. GILMAR MACHADO – É na questão...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concederei a palavra a V. Exa., por favor.

O SR. GILMAR MACHADO – Estou pedindo a palavra há muito tempo e V. Exa. não me concede.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concederei a palavra a V. Exa. V. Exa. não usou da palavra, porque o seu partido priorizou outra pessoa para fazê-lo. Não envolva a Mesa nessa discussão. (*Palmas.*)

O SR. GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, o Deputado João Leão é do PL, e não do meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concederei a palavra a V. Exa.

O SR. GILMAR MACHADO – Arts. 4º e 5º do Regimento Comum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Se V. Exa. tiver um pouco de calma, concederei a palavra a V. Exa.

O SR. GILMAR MACHADO – Só estou esperando V. Exa me conceder a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Um pouco de calma.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – É o seguinte:

“O requerimento lido contém o número regimental de subscritores.”

Nos termos do art. 152 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, fica concedida a prorrogação pelo prazo solicitado”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Antes de continuar a leitura, concedo a palavra ao Deputado Gilmar Machado, para uma questão de ordem.

O SR. GILMAR MACHADO (PT-MG. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lerei o art. 4º da Resolução nº 1, de 2001, constante do Regimento Comum:

“Art. 4º Na segunda quinzena do mês de fevereiro de cada sessão legislativa, a Mesa do Congresso Nacional fixará as representações dos partidos ou blocos parlamentares na Comissão, observado o critério da proporcionalidade partidária.

(...)

Art. 5º Estabelecidas as representações previstas no art. 4º, os líderes indicarão ao Presidente do Senado Federal, até o quinto dia útil de março, os nomes que integrarão as respectivas bancadas na Comissão, como titulares e suplentes.

§ 1º Esgotado o prazo referido neste artigo, não havendo eventualmente a indicação das Lideranças, o Presidente do Senado Federal fará a designação dos integrantes das respectivas bancadas.

§ 2º A instalação da Comissão ocorrerá até o último dia útil de março”.

Sr. Presidente, os prazos já venceram. Peço a V. Exa. que ofereça à Comissão Mista de Orçamento o mesmo tratamento que está oferecendo à instalação da CPI dos Correios, que eu assinei.

Quero que V. Exa. cumpra o Regimento. A Comissão Mista está paralisada porque o Bloco PFL/PSDB do Senado e V. Exa. não indicaram os nomes para a instalação da Comissão. Que V. Exa., Presidente da instituição, dê à Comissão Mista de Orçamento o mesmo tratamento que está dando à CPI.

O PSDB e o PFL estão tentando inviabilizar as matérias, não aprovando créditos, impedindo o funcionamento da Comissão. Desejo de V. Exa. o cumprimento do Regimento e que estabeleça o funcionamento da Comissão, o que deveria ter ocorrido no mês de março.

Já levantei essa questão de ordem a V. Exa. O PT nunca deixou de indicar seus membros para a Comissão, diferentemente do PSDB e PFL, que, apesar do discurso, na prática, tentam inviabilizar o debate do Orçamento, das questões concretas do País.

Sr. Presidente, com a mesma firmeza que está demonstrando com a CPI, gostaria que V. Exa. cumprisse o que determina os arts. 4º e 5º de nosso Regimento Comum.

Essa é a questão de ordem que formulo a V. Exa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Em atendimento à questão de ordem do Deputado Gilmar Machado, de acordo com as indicações recebidas das Lideranças partidárias e nos termos das normas constantes do *caput* do art. 5º da Resolução nº 1, de 2001, e da Resolução nº 2, de 2000, designo os integrantes da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Pelo PMDB: titulares, os Senadores Valdir Raupp, Amir Lando, Gilberto Mestrinho, Hélio Costa, Garibaldi Alves Filho; suplentes, os Senadores Wirlande da Luz, Ney Suassuna, José Maranhão, Leomar Quintanilha, João Batista Motta e Valmir Amaral.

Pelo Bloco de apoio ao Governo, PT, PSB, PTB, PL, PPS: titulares, os Senadores Nezinho Alencar, Fernando Bezerra, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Serys Slhessarenko e Sibá Machado; suplentes, os Senadores Delcidio Amaral, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Marcelo Crivella, Sérgio Zambiasi e João Capiberibe.

Pelo PDT, o Senador Augusto Botelho.

Pelo P-SOL, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Segue-se a designação de todos os Deputados.

Está respondida a questão de ordem do Deputado Gilmar Machado.

É a seguinte a designação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização:

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DA MINORIA (PFL-PSDB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.
	PMDB
Valdir Raupp	1. Wirlande da Luz
Amir Lando	2. Ney Suassuna
Gilberto Mestrinho	3. José Maranhão
Hélio Costa	4. Leomar Quintanilha
Garibaldi Alves Filho	5. João Batista Motta
	6. Valmir Amaral
	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT-PSB-PTB-PL-PPS)
Nezinho Alencar	1. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	2. Ideli Salvatti
Magno Malta	3. Aelton Freitas
Mozarido Cavalcanti	4. Marcelo Crivella
Serys Slhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Sibá Machado	6. João Capiberibe
	PDT
Augusto Botelho	1.

Geraldo Mesquita Júnior

* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS**TITULARES**

Carlito Merss
 Devanir Ribeiro
 Gilmar Machado
 João Magno
 Jorge Bittar
 Nazareno Fonteles
 Nelson Pellegrino
 Paulo Pimenta
 Professor Luizinho
 Vander Loubet
 Wasny de Roure

Hermes Parcianello
 José Borba
 José Divino
 José Priante
 Luiz Bittencourt
 Marcelo Castro
 Mauro Lopes
 Pedro Chaves
 Pedro Novais
 Wilson Santiago
 Zé Gerardo

Cláudio Cajado
 Eduardo Sciarra
 José Carlos Machado
 José Rocha
 Júlio Cesar
 Laura Carneiro
 Mussa Demes
 Pauderney Avelino

Anivaldo Vale
 Bismarck Maia
 Carlos Alberto Leréia
 Gustavo Fruet
 Narcio Rodrigues
 Ronaldo Dimas
 Silvio Torres

SUPLENTES**PT**

1.Assis Miguel do Couto
 2.Eduardo Valverde
 3.Ivan Valente
 4.Leonardo Monteiro
 5.Neyde Aparecida
 6.Nilson Mourão
 7.Orlando Desconsi
 8.Paulo Rubem Santiago
 9.Vignatti
 10.Zarattini
 11.Zé Geraldo

PMDB

1.Aníbal Gomes
 2.Edson Ezequiel
 3.Jorge Alberto
 4.Lupércio Ramos
 5.Marcelino Fraga
 6.Olavo Calheiros
 7.Rose de Freitas
 8.
 9.
 10.
 11.

Bloco (PFL/PRONA)

1.Davi Alcolumbre
 2.Fernando de Fabinho
 3.José Mendonça Bezerra
 4.José Roberto Arruda
 5.Kátia Abreu
 6.Lael Varella
 7.Luiz Carreira
 8.Marcos Abramo

PSDB

1.Antonio Carlos Mendes Thame
 2.Domiciano Cabral
 3.Jorge VI
 4.Márcio Fortes
 5.Rafael Guerra
 6.
 7.

PP

Benedito de Lira
Enivaldo Ribeiro
Francisco Dornelles
Márcio Reinaldo Moreira
Nelson Meurer
Pedro Canedo

1.João Pizzolatti
2.Leodegar Tiscoski
3.Mário Negromonte
4.Ricardo Barros
5.Sandes Júnior
6.Paes Landim (cessão-PTB)

PTB

Elaine Costa
Iberê Ferreira
Jackson Barreto
José Chaves
Josué Bengtson
Jovair Arantes

1.Alex Canziani
2.Arnon Bezerra
3.Cleuber Carneiro
4.Homero Barreto
5.José Militão
6.Pedro Fernandes

PL

Amauri Gasques
Humberto Michiles
Jaime Martins
João Leão
Miguel de Souza
Welinton Fagundes

1.Almir Sá
2.Heleno Silva
3.Júnior Betão
4.Milton Monti
5.Raimundo Santos
6.Wellington Roberto

PPS

Dimas Ramalho
Geraldo Thadeu

1.
2.

PSB

Gonzaga Patriota
Renato Casagrande

1. Beto Albuquerque
2. Pastor Francisco Olímpio

PDT

Luiz Piauhylino
Manato

1. Álvaro Dias
2. Dr. Rodolfo Pereira

PC do B

Sérgio Miranda

1. Inácio Arruda

PV

Marcelo Ortiz

1. Leonardo Mattos

O SR. GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, quero agradecer a V. Exa. e dizer mais uma vez que V. Exa. está tendo que impor, porque os Líderes do PSDB e do PFL querem inviabilizar. Cumprimento V. Exa. por estar impondo a eles o que diz o Regimento Interno, para que a Comissão funcione.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Mas há maioria na Comissão, que pode reunir-se a qualquer momento, dependendo da vontade dos seus membros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Continuemos o expediente.

É lido pelo Sr. 1º Secretário, Deputado Inocêncio Oliveira, o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2005-CN

Requeiro, de acordo com as normas estabelecidas pela Presidência na sessão conjunta de 11 de novembro de 1991, e publicadas no **Diário do Congresso Nacional** de 12 de novembro de 1991, a constituição de Comissão Mista Especial Externa, composta de cinco Senadores e cinco Deputados e igual número de suplentes, para acompanhar e apurar a situação em que se encontra o Estado de Rondônia após a veiculação de denúncias pela Rede Globo de Televisão, no Programa Fantástico de 15 de maio de 2005, repetidas no Jornal Nacional do dia 17 do referido mês, em que foram mostradas gravações de vídeo narrando suposta tentativa de extorsão, envolvendo deputados estaduais do Estado de Rondônia e o atual Governador Senhor Ivo Cassol.

A Comissão deverá concluir os seus trabalhos no prazo de até 60 dias.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2005. – Senadora **Fátima Cleide** – Deputado **Eduardo Valverde**.

COMISSÃO MISTA ESPECIAL EXTERNA

“Destinada a acompanhar e apurar a situação em que se encontra o Estado de Rondônia, após a veiculação de denúncias pela Rede Globo de Televisão, no Programa Fantástico de 15 de maio de 2005.”

COMPOSIÇÃO: SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Demóstenes Torres (PFL)	Romeu Tuma (PFL)
Arthur Virgílio (PSDB)	Magno Malta (PL)
Amir Lando (PMDB)	João Alberto Souza ((PMDB))
Sibá Machado (PT)	Fátima Cleide (PT)
Augusto Botelho (PDT)	Heloísa Helena (P-Sol)

COMPOSIÇÃO: CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – O requerimento lido será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Continua o expediente:

É lido pelo Sr. 1º Secretário, Deputado Inocêncio Oliveira, o seguinte ofício:

Ofício GLC nº 43/05

Brasília, 20 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Nos termos do § 2º do art. 4º do Regimento Comum, alterado pela Resolução nº 1, de 1995-CN, indico o senhor Deputado Gilmar Machado, PT/MG, para o cargo de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.

Na oportunidade manifesto a Vossa Excelência nossas homenagens de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Fernando Bezerra**, Líder do Governo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – O documento lido vai à publicação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com base nos arts. 30, § 2º, e 131, do Regimento Comum, e tendo em vista o disposto no art. 104 do mesmo Regimento, combinado com o § 4º do art. 66 da Constituição Federal, peço a V. Exa. que decida sobre a questão de ordem que farei neste instante.

O instituto do voto presidencial é um subproduto necessário do sistema de tripartição de poderes. Trata-se de mecanismo por meio do qual eventuais excessos do Parlamento podem ser provisoriamente corrigidos pelo Poder Executivo, de modo a que as Casas Legislativas sejam compelidas a reapreciar matérias que já passaram pelo crivo de seus membros, para apurar se não teriam sido cometidas inconstitucionalidades ou se houve ofensa ao interesse público, conforme terá, na situação concreta, alegado o Presidente da República.

Não se trata de instrumento que tenha sido planejado por tornar-se banal sua aplicação. Em tese, o voto presidencial significa um rótulo de pimenta na relação normal entre os Poderes, uma vez que o processo legislativo inclui a participação de lideranças governistas, e causa sempre estranheza que a voz do Executivo não se manifeste de forma clara já no momento em

que tramita a proposição que, afinal, será abrangida pelo voto.

Essa é uma situação extrema, na medida em que acarreta dramáticos efeitos sobre o funcionamento das instituições. Estrangulado pela votação de centenas de vetos, o Congresso Nacional pode ser conduzido a um estado de virtual paralisia, produzindo-se graves transtornos para o Governo, impedido de aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a própria lei de meios ou pedidos de créditos adicionais.

Não é preciso reiterar a V. Exa. a importância de se deliberar sobre matéria em prazo absolutamente sumário, tendo em vista os consideráveis prejuízos causados pelos vetos abrangidos por essa manifestação aos servidores contemplados pelos projetos rejeitados pelo Presidente da República. Esses servidores encontram-se ameaçados, inclusive, de sofrer brutais cortes em suas remunerações, para repor ao Erário parcelas recebidas em função dos reajustes previstos nos projetos.

Caso não seja o cronograma de votações considerado satisfatório, não restará – e com toda a honestidade alerta-se a Mesa para a hipótese – senão oferecer ao Poder Judiciário ação mandamental tão logo venha a ser convocada sessão deliberativa do Congresso Nacional que não inclua vetos presidenciais na pauta de votações. Ratifica-se que só se tomará tal atitude porque não se enxergará, no caso de solução inadequada para esta questão de ordem, outro caminho para forçar o Poder Legislativo a pronunciar-se a respeito. Há seres humanos e expectativas criadas em torno do assunto suficientemente relevantes para justificar de modo pleno o recurso em curto lapso de tempo a esse procedimento.

V. Exa. evitará a materialização desse cenário preocupante apenas se, atendendo rapidamente à presente questão de ordem e dando cumprimento ao que determina o *caput* do art. 104 do Regimento Comum, definir:

a) os membros da Comissão Mista destinada à apreciação dos vetos apostos pelo Presidente da República aos Projetos de Lei de nºs 18, de 2005 (nº 4.713, de 2004, na Câmara dos Deputados), 1, de 2005 (nº 4.712, de 2004, na Câmara dos Deputados), e 4.845, de 2005 (nº 371, de 2004, no Senado Federal);

b) o calendário previsto para a tramitação daqueles vetos presidenciais, inclusive com a definição imediata da data para a sua apreciação, havendo ou não relatório por parte da Comissão Mista encarregada de examiná-los.

Esta é a questão de ordem que formulo a V. Exa., aguardando manifestação dessa Presidência a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Antes de decidir a questão de ordem, vou, da mesma forma, ouvir a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça só se manifesta quando há decisão de V. Exa. Se V. Exa. não decidiu, por que vai ouvir a Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – O art. 132, invocado por mim na decisão da questão de ordem anterior, diz exatamente isso, que essa é matéria constitucional. Vou ouvir, primeiro, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

O SR. JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por que V. Exa. não fez a mesma coisa em relação à questão anterior?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Acabei de fazer a mesma coisa. V. Exa. é que não está acompanhando, infelizmente.

O SR. JOÃO LEÃO – V. Exa. não decidiu, ou seja, não deferiu nem indeferiu a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – A Mesa não vai discutir com V. Exa., infelizmente.

O SR. JOÃO LEÃO – Para encerrar, Sr. Presidente, quero apenas fazer o esclarecimento que alguns Deputados do PMDB e do PTB me cobram, alegando que fui muito duro com o PTB no discurso que fiz agora há pouco.

Srs. Deputados, não fui duro com o PTB nem com o PMDB. Aquelas não são palavras minhas. Elas estão no requerimento de instalação da CPMI. Não fui duro, absolutamente. O meu pensamento não é esse em relação ao PMDB; o meu pensamento não é esse em relação ao PTB. Em síntese, o Governo quer apurar a denúncia, mas não com CPMI genérica e indeterminada. Pretende-se com ela apurar a corrupção no mundo: na Rússia, no Japão, na China e no Governo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Agradeço a V. Exa.

O SR. RODRIGO MAIA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, V. Exa. já me concedeu a palavra para falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Questão de ordem tem precedência, Deputado Alberto Goldman. Se V. Exa. puder aguardar, darei a palavra a V. Exa. logo em seguida.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – O art. 6º do Regimento Comum também me dá esse direito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Por favor, Sr. Deputado.

Com a palavra o Deputado Rodrigo Maia, para uma questão de ordem.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL-RJ) Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação ao requerimento do Deputado João Leão, a questão de ordem que formulo tem como base o art. 132, § 1º, do Regimento Comum:

“Art. 132.

§ 1º. Apresentado o recurso, que não terá efeito suspensivo, o Presidente, ex-officio ou por proposta do corrente, deferida pelo Plenário, remeterá a matéria à Comissão de Constituição e Justiça da Casa a que pertencer o corrente”.

V. Exa. o encaminhou diretamente à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Entendemos que, pelo Regimento Comum, cabe a deliberação primeiramente do Plenário, para depois encaminharmos o recurso àquela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – O art. 408 do Regimento Interno do Senado Federal diz o seguinte:

“Art. 408. Havendo recurso para o plenário sobre a decisão da Presidência em questão de ordem, é lícito a esta solicitar a audiência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania sobre a matéria, quando se tratar de interpretação de texto constitucional”.

Conforme combinado o § 2º, do art. 132, do Regimento Comum com o art. 408, do Regimento do Senado Federal, vamos ouvir a opinião da Comissão de Constituição e Justiça e o Plenário decidirá sobre o recurso.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, solicito a V. Exa. a palavra, na condição de Líder, nos termos do art. 6º do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Como Líder do PSDB, V. Exa. tem a palavra por até 5 minutos.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB-SP) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vivemos momento excepcional do Congresso Nacional e da democracia brasileira...

(Exibe-se faixa.)

O SR. EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – A palavra é minha.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. EDUARDO VALVERDE – É ofensiva ao Partido dos Trabalhadores! Sr. Presidente, o ato é ofensivo! Os Deputados devem ter decoro parlamentar.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – A palavra é minha, Sr. Presidente!

O SR. EDUARDO VALVERDE – Não podemos aceitar!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Não vamos permitir esse espetáculo. Por favor!

O SR. EDUARDO VALVERDE – Isso aí é espetáculo!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Esta Casa não é digna disso.

O SR. EDUARDO VALVERDE – Tenho é vergonha, Sr. Presidente. V. Exas. fizeram algo muito pior do que nós no passado! Não é admissível na democracia a ofensa partidária.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Peço a colaboração aos Srs. Deputados, para evitarmos que esse triste e lamentável fato ocorra.

O SR. EDUARDO VALVERDE – Não é assim!

O SR. HENRIQUE FONTANA – É a campanha eleitoral iniciando, Sr. Presidente! É a isso que estamos assistindo aqui. Pensam que este Plenário é um palanque eleitoral.

O SR. EDUARDO VALVERDE – Não é honesto! Isso é uma indecência!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Asseguro a palavra ao Líder do PSDB, Deputado Alberto Goldman.

O SR. HENRIQUE FONTANA – Está aí o palanque eleitoral usado pelos Líderes do PSDB!

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, assegure o meu tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concedo a palavra a V. Exa. por até 5 minutos.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, este é um momento excepcional do Congresso Nacional, pela condução de V. Exa. na presidência dos trabalhos, ou seja, absolutamente isenta, e pela presença maciça no dia de hoje de Deputados e Senadores neste plenário.

É momento excepcional também porque estamos, até com a exibição desta faixa, fazendo referência a atos praticados pelo Partido dos Trabalhadores

sistematicamente durante 8 anos nesta Casa. O PT não tem moral para nos cobrar absolutamente nada. Nada disso é comparável ao que fizeram no passado. Nada disso é comparável às aleivosias e às mentiras usadas pelo PT durante todos esses anos.

E não queremos uma CPI contra a corrupção, como se tentou fazer nesta Casa, quando se tentou desestabilizar o Governo Fernando Henrique Cardoso, quando se tentou derrubá-lo, isso sim, com manifestações na rua dos braços armados e desarmados do PT: Movimento dos Sem Terra, CUT e outros órgãos de comando.

Requeremos a instalação de uma CPMI com base na Constituição, porque nos Correios ficou clara a existência de uma quadrilha. Não queremos a CPI do Deputado Roberto Jefferson; não queremos a CPI do PTB. Requeremos a instalação de CPMI para apurar o que há de podre numa parcela do Governo. Queremos saber a dimensão dessa parcela; queremos saber quem são os responsáveis; queremos fazer com que este País supere a pecha que tem há muito tempo.

Sr. Presidente, não vamos pôr em risco a governabilidade do País.

Por que o Governo teme tanto a CPMI dos Correios, que vai investigar fato determinado, conforme exposto na nossa proposta? De que forma ela pode abalar as instituições do nosso País? De que forma ela pode pôr em risco a governabilidade do País?

Não, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores. O que põe em risco a governabilidade é a taxa de juros que afeta a economia nacional; o que pode pôr em risco a governabilidade é a política econômica que sangra a produção brasileira e o trabalhador; o que põe em risco a governabilidade é a incapacidade deste Governo de dirigir a Nação; o que põe em risco a governabilidade é o Presidente da República, que não consegue liderar este País, que não comanda os seus Ministros; o que pode pôr em risco a governabilidade é o fato de Ministros denunciados pelo Ministério Público – e as denúncias já foram recebidas pelo Supremo Tribunal Federal – permanecerem nos cargos, um deles como Chefe do Banco Central.

Nunca houve isso na República! Não conheço nenhum caso de Ministro denunciado pelo Ministério Público que, mesmo depois de recebida a denúncia pelo Supremo Tribunal Federal, tenha-se mantido no cargo. Nunca! Só no Governo Lula. Se houve alguma mudança neste Governo, foi esta: pessoas sob grave suspeição não são condenadas. Pelo contrário: continuam na condução do País. E um deles está à frente do Ministério da Previdência, que tem déficit de 40 bilhões de reais. É o grande buraco!

Se há algo que pode pôr em risco a governabilidade do País, é a manutenção de pessoas sob suspeição na condução de órgãos que administram bilhões e bilhões de reais; se há algo que pode colocar em risco a governabilidade do País é a tentativa do Governo de retirar um requerimento de instalação de CPMI, com mais de 80 assinaturas de Deputados, porque imagina que alguns deles podem se vender em qualquer casa de perdição.

Não vamos colocar em risco a governabilidade, não vamos colocar em risco a democracia, não vamos inventar nada apenas por provocação.

Lembro a V. Exas. as afirmações do Ministro Aldo Rebelo, feitas ontem, juntando episódios da história do Brasil com o nosso trabalho democrático. A quem acusam? A mim, na luta pela democracia? Ao Senador Arthur Virgílio, da mesma forma? À maioria das bancadas do PSDB? Não.

Somos nós que garantimos a governabilidade do País; somos nós que garantimos a democracia. E vamos fazer com que a CPMI dos Correios desmascarre as alianças espúrias que têm sido feitas neste Governo.

O Presidente da República declarou, em certo momento, que não vai vender a alma em troca de nada. Mas S.Exa. já a vendeu! E não pode vendê-la pela segunda vez. E é bom que saiba, é bom que tenha consciência, que relembre o tempo em que lutava pela democracia, para que não use mais este Congresso, com a ajuda de seus aliados, da forma como vem usando.

Vamos garantir a democracia e a estabilidade no País porque queremos. E vamos gritar nas ruas, se for preciso: "Fique no Governo, Lula, até 31 de dezembro de 2006! Queremos derrotá-lo, sim; queremos tirá-lo do Governo, mas nas urnas, em outubro de 2006!"

À vitória, companheiros!

O SR. ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do Governo na Câmara, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Há uma lista de oradores inscritos que vamos seguir democraticamente. Daria a palavra a todos, mas vou ter de seguir a lista de inscrição.

Vou conceder a palavra a V. Exa., mas outros Líderes já a pediram anteriormente. Devo dispensar-lhes tratamento igual.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, jamais cogitamos que a concessão da palavra não fosse feita de forma democrática. Só pedimos a palavra, mas jamais cogitaremos que não seja concedida de forma democrática. Repito: só pedimos a palavra. V. Exa. tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Claro. Vou equilibrar as concessões de palavra entre Líderes de Oposição e do Governo. É a melhor maneira de conceder a palavra a V. Exas. na sessão de hoje.

Segundo o critério da ordem de inscrição, concederei a palavra alternadamente a um representante do Governo e a um representante da Oposição. Todos os Líderes, Deputados e Senadores, terão sua inscrição assegurada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concedo a palavra ao Líder do PT, Deputado Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT-PA. Como Líder Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, sem dúvida alguma, vivemos momento importante na construção da história do País.

Falarei primeiramente ao Plenário, depois ao povo que nos assiste por intermédio dos meios comunicação da Casa.

O centro da disputa política estabelecida aqui é a elite brasileira representada neste Congresso, que não engoliu a vitória do companheiro Lula para o Governo do País.

Ainda durante a disputa eleitoral que deu a vitória ao companheiro Lula, os porta-vozes do PSDB e do PFL ressaltavam sempre a instabilidade do País, ao afirmarem, desde então, que o companheiro Lula era uma ameaça ao Brasil e à democracia. E continuam fazendo o mesmo discurso.

Agora, usando frases de efeito, a exemplo da proferida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, tentam estabelecer a preconceituosa desmoralização da liderança do companheiro Lula e anteciparem a disputa eleitoral.

PSDB e PFL não esperavam que em pouco tempo o Governo Lula tirasse o País da crise econômica e social em que o deixaram. Recebemos herança maldita, uma verdadeira bomba-relógio armada para o nosso Governo.

Ou não é assim, Sr. Líder da Oposição no Senado, famoso por enterrar CPIs na época de Fernando Henrique Cardoso? É só lembrarmos os casos SIVAM, da pasta amarela e tantos outros. Basta citar os Governos Estaduais do PSDB, em Minas Gerais, São Paulo e Pará, que usam a Maioria momentânea nas Assembléias Legislativas para evitar investigações.

Esse debate nós topamos! Não venham se portar aqui como os moralistas da coisa pública; não venham se portar aqui como os grandes defensores da democracia e da moralidade pública, porque foram da base aliada do Governo passado e deixaram esta herança para governarmos: foram V. Exas. que quase inviabilizaram o nosso País, ao permitirem o seu endi-

vidamento, entregarem o nosso patrimônio à iniciativa privada e sucatearem a máquina pública.

Vamos reformar o Estado, sim. Vamos recuperá-lo, sim. Vamos fazer a economia nacional crescer; vamos fazer o País se desenvolver; vamos promover a justa distribuição de renda. A geração de emprego no Governo Lula é de cerca de 100 mil mensais, enquanto no Governo Fernando Henrique Cardoso era em torno de 9 ou 10 mil. Essa é a diferença entre o Governo anterior e o nosso.

Povo brasileiro, o PSDB e o PFL não têm bandeira política para fazer este debate, nem para a disputa eleitoral. (*Palmas.*) Não têm bandeira porque, perdidos, agarram-se a qualquer coisa, inclusive a algumas falhas cometidas pelo Governo para antecipar a campanha eleitoral.

Vamos continuar governando o País, tirando a economia da estagnação, transformando o desenvolvimento artificial em crescimento sustentável capaz de gerar emprego agora e de distribuir renda.

Aumentamos o orçamento da área social; duplicamos o investimento na agricultura familiar; incluímos 6 milhões de famílias pobres no processo de compensação de renda; possibilitamos o acesso de 100 mil jovens ao ensino superior; vamos fazer mudanças radicais nos investimentos do FUNDEF. São as bandeiras que fomos capazes de implementar em pouco tempo no Governo, enquanto os outros, perdidos na disputa política, buscam debates inúteis para o País, como o do tratamento do dinheiro público. Nunca se fez tanta investigação, nunca se prendeu tanta gente, inclusive autoridades públicas, como neste Governo. Combatemos implacavelmente a corrupção, em alguns casos cortando na própria carne.

O Governo Lula tem sido implacável no combate à corrupção. Temos usado diversos instrumentos, bem como a Polícia Federal e a Corregedoria-Geral da União, enviando todas as denúncias imediatamente para o Ministério Público. Não há condescendência com aqueles que usam mal o dinheiro público. O Governo Lula não deixa que roubem, não rouba e, portanto, será implacável com os corruptos.

Nunca fomos contrários a CPIs como instrumentos de investigação. Contudo, Srs. Congressistas do PSDB e do PFL, não vamos deixar que elas se transformem em palanque de onde atacarão o nosso Governo, na tentativa de antecipar as eleições. Vamos continuar governando até o fim do mandato. Na disputa política, o nosso partido, junto com os seus aliados, seguirá de cabeça erguida, em qualquer recanto do País, orgulhoso de ter feito o bem para a população, resgatando a possibilidade de torná-lo rico e contando com a participação de todos, não só daqueles que sempre

mamaram nas tetas do nosso Governo. Hoje, o Governo Federal inclui toda a sociedade no processo de desenvolvimento do País.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Fui citado desaurosamente pelo Líder do PT na Câmara e peço a palavra para uma explicação pessoal, com base no Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Senador Arthur Virgílio, darei já a palavra a V. Exa., que está devidamente inscrito, como sempre.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal, porque fui citado desaurosamente pelo Líder do PT na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Antes de conceder a palavra ao nobre Líder do PFL na Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, considero importante fazer um esclarecimento a esta Casa e ao País.

Peço a atenção aos Srs. Congressistas.

Até os observadores mais atentos, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, reconhecem que o País atravessa delicada circunstância política. Embora incômoda, ela é superável. Homens públicos precisam ter serenidade e ponderação em momentos como este.

Não é, infelizmente, o que temos verificado nos últimos dias, Srs. Congressistas. Há, sem dúvida, excessos e destemperos de todos os lados. Todos sabemos que radicalismos e tensionamentos não são bons conselheiros, especialmente em momentos como o atual. Até os vocábulos e as faixas desencavados do período mais triste da história brasileira, sem dúvida alguma, são impróprios. Estamos muito mais próximos de crise institucional maquinada na retórica do que de crise de fato. Todas as instituições funcionam normalmente e com independência.

Esta sessão é o melhor exemplo do que acabo de afirmar. Temos, inegavelmente, desalinhos políticos. Todos reversíveis. Há erros, e alguns se equivocam, mas isso é normal. Se multiplicados, tornam-se vício e desrgramento. Cabe aos homens públicos dar respostas adequadas à sociedade. Todos têm ciência do que é cobrado do Congresso Nacional. É incorreto inferir que o desgaste na opinião pública seja personalizado. Respostas adequadas à população só fortalecem a instituição. E a nossa condição impõe, sem dúvida alguma, sintonia fina com a sociedade.

Vamos cumprir o nosso papel com responsabilidade e isenção. Vamos continuar trabalhando e banir do nosso dia-a-dia iniciativas clientelistas, ações fisiológicas, defesas corporativistas. Acima da nossa transitoriedade estão as instituições.

Já atravessamos turbilhões piores, e o País caminhou. Já houve CPIs com apurações mais complexas. Nem por isso o Brasil parou. Pelo contrário: estamos em plena maturidade democrática, e as próprias CPIs deram relevantes contribuições institucionais. A CPI é instrumento democrático da Minoria. À Maioria cabe explicitar a sua prerrogativa também democraticamente.

Na qualidade de Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, saberei respeitar a imparcialidade e zelar, sem dúvida alguma, pela convivência democrática entre os Poderes. Não vou paralisar a nossa agenda ou permitir passivamente que ela seja poluída. Temos reformas por votar. Cito as reformas política e tributária. Temos de alterar o ritmo da apreciação das medidas provisórias; temos de rescrever o nosso Regimento e eliminar de uma vez por todas a burocracia, para que este País continue a crescer, gerar emprego e distribuir renda aos brasileiros.

Enfim, temos uma agenda que não é nossa, que não é dos partidos, que não é deste ou de outro governo. Esta agenda é do País e ela, sem dúvida, subsistirá. (*Palmas.*)

O SR. SIBÁ MACHADO – Sr. Presidente, gostaria de confirmar a minha inscrição para falar pela Liderança do Bloco de apoio ao Governo no Senado Federal.

O SR. JOSÉ JORGE – Sr. Presidente, peço a V. Exa. que confirme a minha inscrição para falar pela Liderança da Minoria no Senado Federal.

O SR. MARCELO ORTIZ – Sr. Presidente, peço a V. Exa. que confirme a minha inscrição para falar na qualidade de Líder do PV.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, para uma explicação pessoal, por 5 minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no Congresso Nacional não se perde, mas se investe tempo. Por isso, vou investir 30 segundos dos 5 minutos de que disponho para, de uma vez por todas, colocar por terra a balela de que o Governo passado enterrava CPIs. Foram realizadas, nos 8 anos do Governo passado, 32 Comissões Parlamentares de Inquérito.

Quem é contrário a CPI é o truculento Governo que aí está, que obrigou a Oposição no Senado a pedir ao Supremo Tribunal Federal o reconhecimento do direito da minoria de um terço de qualquer Casa legislativa – e ele vai ser reconhecido – de automaticamente, preenchidas as exigências constitucionais, requerer a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito.

É evidente que há aspectos positivos na fala do eminent Líder do Partido dos Trabalhadores. Claro que sim. Não sou maniqueísta nem dono do bem nem

do mal. O principal, dito alto e bom som para toda a Casa ouvir S.Exa. com admiração, foi o de que na CPI os aliados do Presidente Lula agirão de modo a não permitir demagogia ou palanque eleitoral. Ou seja, até o PT já reconhece que a CPI é irreversível para apurar a denúncia de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sr. Presidente, não temos mais como deixar de discutir o fato essencial. Desestabilização? Longe de nós. Não temos tanques, não temos divisões, não temos vocação golpista. Disse muito bem o Líder Alberto Goldman: *“Queremos o Presidente Lula”* – e talvez como uma forma de castigo – *“até o último dia, até o último minuto do seu mandato, dirigindo este País”*. E que S.Exa. comece a dirigir este País, porque até agora não o fez de maneira adequada nem conveniente.

Longe de nós qualquer eiva de investida contra a democracia que, ao lado de tantos que hoje se contradizem no autoritarismo, ajudamos a construir neste País. Longe de nós, repito. Mas, Sr. Presidente, sejamos bem claros. Temos de investigar o roubo na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. E aqui manifesto a minha estranheza: por que tanta agressividade, tanta falta de compreensão e de senso comum se, supostamente, o gatuno dos Correios é um só: o Sr. Marinho, que inocentou todo o mundo, que disse ser aquele dinheiro adiantamento de consultaria que prestaria, depois de aposentado, a uma multinacional? Multinacionais pagam 3 mil reais para corruptos brasileiros? Significa levar para o varejo algo que tem de ser combatido no varejo e no atacado, ou se já, o mal da corrupção.

Não temos nenhuma dúvida de que devemos começar a apuração pelo Sr. Maurício Marinho. Não estamos falando do Presidente Lula; não estamos falando de ninguém mais. Quero manter toda a minha confiança na honradez pessoal do Presidente Lula, pois não tenho por que duvidar de S.Exa. Se a apuração indicar culpados outros, nós os indicaremos à Nação, ao Ministério Público, à Justiça brasileira.

Não nos falta tranquilidade. Seremos absolutamente responsáveis. Transformam a instalação da CPMI em cavalo de batalha, com o falso argumento de que há tentativa de desestabilização constitucional. Argumentam isso aqueles que, na verdade, começam a dar a entender que têm algum receio de ver apurada a denúncia até as últimas consequências, por CPMI constitucional e legal, baseada em fato determinado, Líder José Carlos Aleluia. Uma CPMI que quer investigar fatos que começam incriminando o Sr. Maurício Marinho, mas que, se Deus quiser, haverá de terminar o processo de investigação com esse mesmo

senhor. Se houver outros corruptos lá, também serão enquadrados.

O que pode desestabilizar a democracia no País – e não queremos isso – é a falta de medidas que dêem cobro à corrupção. Basta citar a mídia insuspeita da RÁDIOBRÁS e dos jornais *O Globo*, *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Correio Braziliense*, *Estado de Minas*, *Zero Hora*, em que verificamos, em 90% das páginas dedicadas à política, reportagens sobre corrupção e não sobre reforma política. Não tratam de nada mais a não ser desse lamaçal que começa nos Correios e que agora ressuscita.

Vai ter Congressista nervoso aqui. Mas não estou preocupado com isso. Não sou médico para receitar remédio para ninguém. Não é a Oposição, mas os Procuradores que cuidam do caso. Aquele triste episódio de Santo André está nas páginas dos jornais sem a provocação de ninguém da Oposição.

Queremos investigar a denúncia de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Queremos saber se o Sr. Maurício Marinho tinha ou tem conexões com pessoas de qualquer escalão deste Governo ou de fora dele. Nada mais além disso.

E diria mais: se houvesse espírito golpista nesse pedido de instalação de CPMI, seria o de quem quer brecar direito que pertence à Minoría, de quem não se conforma com o direito da Minoría – que não é minoria nesse episódio específico – de fazer a investigação, de acordo com a tradição do Parlamento anglo-saxônico.

(*Apartes fora do microfone.*)

Sr. Presidente, estou com a palavra até o momento em que se esgote o meu tempo.

(*O Sr. Presidente faz soar as campainhas.*)

Concluo dizendo que, desta vez, temos a apurar fato tão claro, tão cristalino, tão transparente que esta não é a CPI da minoria de um terço e, sim, da Maioria do Congresso Nacional, da maioria dos Senadores, da maioria dos Deputados, da maioria da Nação brasileira, que não admite que não se investigue a fundo o que se passa nas entradas e nos porões da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos neste Governo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ZARATTINI – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concederei a palavra a V. Exa.

Democraticamente, como já afirmei e reafirmo, vou assegurar a palavra aos 2 lados: ao Bloco de apoio ao Governo e à Oposição.

Como o Senador Arthur Virgílio fez valer a concessão da palavra em função de uma explicação pes-

soal, antes de conceder a palavra aos demais Líderes inscritos, vou conceder a palavra ao Deputado Professor Luizinho.

O SR. ZARATTINI – Sr. Presidente, questão de ordem tem prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Ouvirei V. Exa.

O SR. ZARATTINI – Mas antes de o orador falar, eu gostaria de formular questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Vou dar a palavra a V. Exa. antes de o orador falar, se V. Exa. me permitir concluir.

O SR. ZARATTINI – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Deputado Professor Luizinho, antes de conceder a palavra a V. Exa. para uma explicação pessoal, como vou fazer com todos, democraticamente, ouço o Deputado Zarattini.

O SR. ZARATTINI (PT-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – A questão de ordem refere-se ao fato de que existem inúmeros Deputados e Senadores que não são Líderes e estão inscritos.

Baseio-me subsidiariamente no Regimento Interno do Senado, que diz, no seu art. 14, inciso III, que na discussão de qualquer proposição o Líder usará a palavra uma só vez.

Não intercedi antes para não dizerem que queria evitar o pronunciamento do Líder Arthur Virgílio, mas solicito à Presidência que obedeça essa norma regimental, dando a palavra aos Líderes por uma só vez.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Deputado Zarattini, acabei de advertir o Plenário exatamente sobre isso. Na medida em que os Líderes partidários invocam o direito regimental de usar a palavra para explicação pessoal, acabam, lamentavelmente, “fulanizando” o debate e impedindo o andamento da lista de inscrições, já publicada no *Diário do Congresso Nacional*, como também impedem a palavra dos próprios Líderes.

O art. 6º do Regimento Comum estabelece:

“Art. 6º Ao Líder é lícito usar da palavra, uma única vez, em qualquer fase da sessão, pelo prazo máximo de 5 minutos, para comunicação urgente”.

O SR. ZARATTINI – Fico feliz por V. Exa. acolher minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – É claro que, pela qualidade do debate, pela participação mais democrática da Casa nesta discussão, que é importante e fundamental, seria necessário que seguíssemos a lista de inscrição e não invocássemos o direito de

explicação pessoal, que atrapalha, “fulaniza” e desmerece o debate.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concedo a palavra ao Deputado Professor Luizinho.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, esta manhã deve servir para nosso País fazer uma boa reflexão.

Primeiramente, percebemos que vivemos um dos melhores momentos de desenvolvimento e de crescimento do País, como não víamos há décadas. No Governo anterior as taxas de juros chegaram a 40%; no final do Governo, estavam a 25%. Reclamam dos juros altos de hoje, mas esquecem de ver a situação em que nos foi entregue o País: sem infra-estrutura, tudo quebrado, destruído, em situação de vulnerabilidade inimaginável de acordo com qualquer lógica respeitável. Mais de 100 bilhões de patrimônio do País foram jogados ao vento, como pó; dívida irresponsável, toda dolarizada; papéis de curto prazo que sangravam a Nação.

Um operário, um metalúrgico de chão de fábrica conseguiu dar conta dessa situação de caos que a máquina da Sorbonne nos entregou porque não pôde resolver. Isso incomoda muito. Atinge severamente os brios dos que se achavam os arautos do conhecimento, do saber e da verdade.

Mas é mesmo para incomodar que viemos: distribuímos renda, atendemos aos miseráveis, protegemos os mais pobres. Programas sociais? Ninguém mais os discute conosco. São 7 milhões de famílias com proteção social e mais de 3 milhões de empregados com carteira assinada, com reflexo nos empregados que não têm carteira assinada. Este é o País de hoje.

E mais, senhores arautos da moralidade: nunca se combateu tanto a corrupção como neste Governo, que não rouba, não permite que se roube e combate quem rouba.

Havia quadrilhas incrustadas no aparelho de Estado há mais de décadas. Será que não sabiam? Não tinham conhecimento? Não conseguiram ver? Não enxergaram as quadrilhas do INSS que foram desbaratadas e que levaram bilhões do patrimônio da economia do povo brasileiro, um dos motivos do déficit da Previdência? Não viram as quadrilhas de vampiros incrustadas no Ministério da Saúde, cuja apuração o Ministro levou às últimas consequências? Não conseguiram ver as quadrilhas nos aparelhos dos Estados e Municípios?

Na mesma manchete sobre a existência da fita, havia a prisão de mais de 12 Prefeitos em Alagoas e o combate ao rombo da merenda escolar. Falam tanto de preservação, mas esse dinheiro é para a alimentação

das nossas crianças! Tudo isso, que nunca tinha sido visto, foi descoberto e desbaratado neste Governo.

Mais do que isso: surgiram duas denúncias públicas externas, frontalmente atacadas e combatidas de forma determinada, com a demissão do envolvido e de seus superiores e com a instalação de inquérito pela Polícia Federal para fazer a apuração, com o acompanhamento externo do Ministério Público – que me parece não ter sido muito amigo nosso, fato que explicarei adiante.

Essa é a nossa regra! Esse é o nosso critério! Esse é o nosso método! Não vamos admitir que manche o nosso método quem não aprovou a CPI para apurar a compra de votos para a reeleição, quem foi investigado internamente no próprio Governo e aparece em gravação aceitando a formação de consórcio para ganhar concessão e licitação pública.

Para não citar as 40 ou 50 CPIs que não foram instaladas, refiro-me somente a essas duas. E digo mais: basta ver o resultado do andamento da apuração da CPI do BANESTADO, onde só há luta política. Até hoje o comendador nunca foi ouvido.

Essa é a situação que o País conhecia.

Desculpem-me, senhoras e senhores, mas não queremos mais esse Brasil. Era outro País, outra realidade. Sei que incomoda o País ir tão bem. Sei que incomoda o Presidente desenvolver o País e levá-lo aos rincões deste mundo aonde não havia chegado falando só português, e não 7 línguas, e sem ter sido formado na Sorbonne. Isso incomoda os arautos.

Este caso que está sendo investigado pela polícia – e todos estão vendo – vai apontar todos os envolvidos, sem qualquer problema. Não podemos aceitar que o ex-Líder do Governo, que era um enterrador de CPIs, venha a ser agora seu arauto, quando desbaratamos tantas quadrilhas que conviveram com o Governo anterior. Nosso Governo não conviverá com isso. Assim, já demitiu muitos funcionários e administra um país que está muito bom neste momento.

Minha cidade foi citada, para se tentar trazer o exemplo. Quem apurou foi a Polícia Federal, no governo anterior; foi a Polícia Civil do Governo de São Paulo, que não é do PT. Foram eles que tiraram as conclusões, mas a luta política os faz esticar esse caso até os dias de hoje.

Pretendem transformar esse caso em palanque político-eleitoral. Pretendem esticar esse caso, como estão esticando, em Santo André, o caso do meu querido companheiro e irmão Celso Daniel, violentando sua família, seus amigos e parentes. É o que querem fazer aqui. É isso que querem, é isso que pretendem, e vamos combater.

Não aceitamos antecipação do calendário eleitoral. Não admitimos e não vamos permitir. Os homens e mulheres deste Congresso, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, que desejam preservar um Brasil decente e digno que continue na direção do crescimento, do desenvolvimento e da geração de emprego e renda, não vão permitir que essa CPI transforme-se em palanque eleitoral da desestabilização, pelo bem de nosso País. (*Palmas*.)

O SR. MARCELO ORTIZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Inscreverei V. Exa. com satisfação, Senador Antero Paes de Barros.

O SR. MARCELO ORTIZ – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Estou tentando levantá-la desde o começo. Como sou obediente, não fiz o mesmo estardalhaço dos outros oradores que me antecederam. Por isso, peço a aquiescência de V. Exa. para falar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. MARCELO ORTIZ (PV-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado pela gentileza.

Sr. Presidente, de acordo com o comando normativo que V. Exa. acabou de mencionar, fizemos inscrição para que os Líderes pudessem falar. Se a sessão continuar da forma como está, poderemos ir até a calada da noite. A cada momento, há interposição daqueles que se sentem ofendidos e os Líderes têm de aguardar para falar.

Por isso, levanto questão de ordem a V. Exa. para que seja obedecido o Regimento. Após todos os Líderes terem falado, se alguém se sentir ofendido, poderá manifestar-se, com o consentimento de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Agradeço a V. Exa. a sugestão. Seguiremos religiosamente o Regimento Comum do Congresso Nacional: ouviremos os líderes partidários e, em seguida, encerraremos a sessão.

O SR. MARCELO ORTIZ – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Rodrigo Maia, Líder do PFL na Câmara dos Deputados. S. Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, começo minhas palavras relembrando

parte da matéria da revista *Veja*, apenas para rememorar todos de que há realmente fato determinado:

"Nesta passagem, Maurício Marinho explica que as propinas cobradas variam de 3% a 10%, dependendo do tipo de negócio em questão: 'Quando é pregão com alta concorrência, vou ser bem franco pra ti, é coisa pequena, de 3% a 5%. Em alguns casos, tem que subir 3%, isso dentro da empresa, isso é fechado. Quando é serviço, 10%. Consultoria é ajustado antes, a gente senta e conversa".

E não se esqueçam da imagem do Sr. Marinho botando o dinheiro no bolso.

Nossa preocupação fundamental não é discutir o que ocorreu no passado. O PT venceu as eleições certamente para mudar o que ocorria no passado, senão o atual Prefeito José Serra teria sido eleito Presidente da República. Essa disputa empurra para o passado fato do presente e do futuro.

Nós, do PFL, queremos que seja feita a investigação com o fato determinado, como já citei. O que pode gerar qualquer tipo de desestabilização – e estou certo de que isso não ocorrerá – é o Governo, na madrugada de hoje, retirar mais de 80 assinaturas do requerimento para a criação da CPI. Isso, sim, pode gerar o desequilíbrio entre os Poderes Legislativo e Executivo, ao contrário dessa CPI, que fortalecerá a democracia e as instituições. Com toda a responsabilidade, todos investigarão as denúncias feitas.

Faço um alerta, porque o Governo ainda não começou a retirar suas assinaturas. Trabalharemos com esse número emblemático de hoje. Às 9h30min, havia 254 assinaturas. Três Deputados já confirmaram suas assinaturas. Temos hoje maioria absoluta na Câmara dos Deputados – antes que o Governo atue com sua tropa de choque –, assim como no Senado Federal, onde não se discute a retirada de assinaturas. O Senado deixa a desmoralização para a Câmara dos Deputados. Aquela instituição continua forte, e nós continuamos fracos. Há, portanto, 257 assinaturas. É uma resposta não ao Governo, mas à sociedade. A Câmara dos Deputados, desde a eleição para a Presidência, é independente.

Estamos trabalhando com toda a celeridade. Mas não vamos abrir mão de nossas convicções e posições. Este Governo tem de parar de discutir o poder e começar a discutir o País. Se verificarmos os dados apresentados na imprensa, constataremos que não é bem verdade o que diz o Governo.

O Governo vangloria-se dos números do mercado de trabalho, mas não lê os dados apresentados. Os brasileiros saem do mercado de trabalho com salário

médio de 900 reais e entram com salário médio de 400 reais. Não venham dizer que o mercado de trabalho no Brasil melhorou – e esse é apenas um exemplo.

Não vamos radicalizar, como o Governo está fazendo com a sua base; não vamos tentar desestabilizar nada, mas desejamos o fortalecimento da democracia e do Parlamento brasileiro. Esperamos que o Governo pare com essa tentativa, que vai ferir gravemente este Parlamento.

Queremos que a CPI seja constituída e que possamos trabalhar de forma rápida para chegar a uma conclusão e aos fatos determinados.

Aproveito a oportunidade para dizer que ontem, pela primeira vez, desta tribuna, citei o nome de um Deputado, que pode ou não estar envolvido com os fatos denunciados. Na tarde de ontem, esse Deputado disse que, já que o Sr. Marinho afirmou em seu depoimento que S.Exa. não tem nada a ver com a história, retiraria a sua assinatura do pedido de instalação da CPI.

Agora o bandido faz justiça! É o Sr. Marinho que vai fazer justiça? Cada Deputado ou cada Senador tem o direito de assinar ou retirar a assinatura por decisão pessoal, e não faço julgamento disso, mas a justificativa não pode ser o Sr. Marinho.

Sr. Presidente, temos neste Governo duas classes de servidores públicos: os servidores de terceiro escalão, que são demitidos na hora e os processos são abertos, e os servidores de primeiro escalão, que o Governo finge não ver e que são abraçados e protegidos pelo Presidente da República, como é o caso do Ministro Presidente do Banco Central e do Ministro da Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo na Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. SEVERIANO ALVES – Sr. Presidente, pela ordem. V. Exa. disse que iria seguir a lista dos Líderes. Pedi a palavra logo após o pronunciamento do Deputado Alberto Goldman. Já falaram mais de 8 Deputados.

V. Exa. criou um critério que desfez o anterior, que era o de seguir a lista, e está concedendo a palavra aos Parlamentares de partidos da base do Governo e aos de partidos maiores. V. Exa. também está discriminando os partidos pequenos?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Estou concedendo a palavra de acordo com a ordem de inscrição.

O SR. SEVERIANO ALVES – Pois é, estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Democraticamente, estamos ouvindo os 2 blocos. Fala prioritariamente quem foi indicado.

O SR. SEVERIANO ALVES – Mas eu estou na frente, Sr. Presidente. Pode consultar a lista.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Não há frente, Deputado. Há uma regra que está sendo posta em prática.

O SR. SEVERIANO ALVES – Mas V. Exa. anunciou que seguiria uma ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Vou garantir-lhe a palavra. V. Exa. já está inscrito. O que motivaria esta Mesa negar a palavra a V. Exa., que é um dos amigos que tenho nesta Casa?

O SR. SEVERIANO ALVES – Mas pedi a palavra há mais de 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concedo a palavra ao Líder do Governo na Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, penso que a embocadura da CPI ocorre exatamente nesta sessão do Congresso Nacional. O Presidente Renan Calheiros precisou fazer um pronunciamento formal para chamar a atenção sobre o linguajar e sobre determinadas faixas que não cabiam, ou seja, para que não se faça do plenário do Congresso Nacional um circo. E é exatamente o que a Oposição pretende com esta CPI.

Por que fazemos essa afirmação tão dura? Vamos provar.

O então Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso na Câmara dos Deputados, agora Senador e Líder do PSDB no Senado Federal, disse que 90% do noticiário nacional trata de corrupção. S.Exa. tem total razão, mas informarei a sociedade brasileira que compõe esse noticiário de corrupção a situação dos governos do PSDB no Pará.

Refiro-me à CPI da CERPA. Matéria publicada na imprensa diz em seu início: “*A denúncia de troca de favores entre os Governadores tucanos Almir Gabriel e Simão Jatene e a Cerveja Paraense S.A. – CERPA esquentou o clima ontem na Assembléia*”. Ou seja, é verdade que o noticiário está coalhado de corrupção.

S.Exa. disse que todos aqueles que tiverem dignidade no Congresso Nacional apoiarão a CPI. A pergunta que lamentavelmente sou obrigado a fazer é se a dignidade tem momentos para acontecer.

Leio aqui entrevista do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso à revista *ISTOÉ*. Quando perguntado se tudo ficaria mais claro se houvesse CPI para apurar a compra de votos, responde o ex-Presidente da República: “*Não, a Comissão de Justiça e a Procuradoria-Geral da República podem apurar. Não podemos transformar o Congresso em polícia. O que aconteceu com as outras CPIs foram processos que*

não levaram à condenação nenhuma e fizeram muita agitação”.

Há uma pergunta que não pode calar: então, seguindo essa lógica, o Presidente Fernando Henrique Cardoso não tinha dignidade?

Não concordamos com a resposta, que nos parece induzida, mas tomamos essa atitude dura para dizer que aqui poucos – eu diria nenhum – poderiam ter a pretensão de se jactar de maior ou menor dignidade em relação a quem quer que seja.

É verdade que algumas CPIs aconteceram, mas por que não aconteceu a CPI para apurar a compra de votos para a reeleição? Por que não aconteceu essa CPI quando, em uma das várias fitas gravadas no Governo passado, como sói acontecer em qualquer governo, o ex-Presidente da República aparece sendo comunicado de que o nome dele havia sido usado, beirando a irresponsabilidade, no processo de privatizações do sistema de telecomunicações brasileiro?

Dirijo-me aos Deputados e Senadores para informar que não fomos nós que levantamos a tese de instabilidade político-institucional. Apenas alertamos que esse discurso é golpista, tanto que o ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, mais uma vez, desdisse o que tinha dito. O que ele disse? Que o País estava à beira da crise econômica? Disse que, a curto prazo, não. Por que, então, o Ministro Aldo Rebelo reage e nós reagimos? Porque o uso do cachimbo faz a boca torta.

Em plena campanha eleitoral, diziam que se o então candidato Lula ganhasse, sairia pela porta dos fundos. Na opinião do então candidato Serra e do Presidente Fernando Henrique Cardoso à época, Lula tumultuaría o País e se transformaria em um presidente fujão – esta é a maior decepção deles – ou em um Hugo Chávez, que consideram ruim, e transformaria o Brasil numa Venezuela.

Além de desrespeitar outros povos e o processo democrático em outros países, procuravam divulgar que o Lula representava a crise.

Hoje, não há candidato à altura do Presidente Lula, se S.Exa. for candidato à reeleição. Felizmente, líderes aqui disseram que confiam na honestidade do Presidente da República, só tenho uma discordância quando dizem que esperam que a apuração só fique no funcionário dos Correios, Maurício Marinho. Essa é nossa divergência fundamental. Queremos que a investigação chegue onde tiver de chegar, que não se apadrinhe quem quer que seja.

Confiamos na investigação e repudiamos a tentativa dos que estão numa nau de desesperados, que não têm como enfrentar, no debate político, na economia e nas questões sociais, o maior Presidente do

Brasil, segundo todos os dados estatísticos, o cérebro e o coração do povo brasileiro.

Durante o discurso do Sr. Arlindo Chinaglia, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para falar pelo P-SOL, concederei a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena. Em seguida, no contraditório, falará um Parlamentar do Governo e depois o Líder Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, eu havia sido informado que, após o Líder do Governo, falaria o Líder da Minoria. Era o que tinha sido estabelecido na seqüência que estava na Mesa.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Se V. Exa. quiser falar, não haverá nenhum problema.

SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – O que me foi passado não foi isso, nobre Líder. Estou seguindo rigorosamente a lista. Concederei a palavra à Senadora e em seguida a V. Exa.

O SR. SEVERIANO ALVES – Sr. Presidente, V. Exa. poderia ler a lista de inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – V. Exa. está inscrito.

O SR. SEVERIANO ALVES – Sr. Presidente, parece-me que estamos alterando a ordem. Solicito a V. Exa. que leia os nomes dos Líderes inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Estão inscritos: Deputado José Carlos Aleluia, Líder da Minoria; um Líder dos partidos que apóiam o Governo; os Senadores Delcídio Amaral e José Agripino, pelos Partidos de oposição; Senador Aloizio Mercadante, pela Liderança do Governo; e V. Exa., Deputado Severiano Alves.

O SR. SEVERIANO ALVES – Sr. Presidente, cancelarei minha inscrição em protesto a essa ordem antidemocrática adotada pelo Presidente do Congresso. Os Líderes têm preferência no uso da palavra. Criou-se um palanque entre o PT e os partidos de oposição.

Ora, o PDT inscreveu-se logo após a fala do Líder Alberto Goldman. Retirarei minha inscrição em protesto à forma como foi presidida a sessão, não por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A Presidência restituirá a palavra a V. Exa.

O SR. ALVARO DIAS – Sr. Presidente, consulto se estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – V. Exa. está inscrito pelas Minorias do Senado.

O SR. SEVERIANO ALVES – Sr. Presidente, retiro minha inscrição. A bancada do PDT está apoiando esta CPI. A Executiva Nacional fez uma reunião ontem

apoioando a CPI. Estamos prontos a investigar a possível fraude que ocorreu nos Correios. Por último, não retiraremos as assinaturas. Esta é uma recomendação da Executiva Nacional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Agradeço a V. Exa. a intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra à ilustre Senadora Heloísa Helena, que disporá de até 5 minutos na tribuna.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL-AL Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o debate de hoje é extremamente importante, como tem sido durante as últimas semanas, até porque a única pergunta que – entendo eu – efetivamente não pode calar é se o Congresso Nacional pode, tem autoridade, delegação para instalar um procedimento investigatório, como uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de fiscalizar os atos do Executivo. É apenas isso que o Congresso Nacional tem de responder.

Não adianta entrar no debate sobre as histerias, as conveniências eleitorais, a vigarice política, a demagogia eleitoralista do Governo anterior ou do atual. Isso não cabe. Não adianta discutir sobre política econômica, até porque qualquer pessoa que tenha honestidade intelectual sabe que a política econômica do atual Governo é mais do que a continuidade da do Governo Fernando Henrique; é o aprofundamento do projeto neoliberal. Nunca se legitimou tanto a verborragia da patifaria neoliberal como hoje. Talvez por isso os partidos que eram da base do Governo anterior tenham perdido suas bandeiras políticas. Hoje quem hasteia de fato as bandeiras políticas do PSDB e do PFL é o atual Governo Lula, o que é absolutamente desastroso, desprezível, infame para o aprimoramento da democracia representativa. Para mim, é mais do que indignação. É um momento de tristeza gigantesca. Identifico hoje os Parlamentares da base de sustentação do Governo Lula, Parlamentares do PT, que usam os mesmos argumentos fraudulentos que combatímos com veemência quando eram apresentados pelo Governo Fernando Henrique. Hoje, a base de bajulação do Governo Lula usa os mesmos argumentos fraudulentos do Governo anterior, para dizer que é disputa política, vigarice política, demagogia eleitoral. Isso é desprezível! Isso é deseducativo!

O que o Congresso Nacional precisa responder, independentemente de quem está governando, se PSDB ou PT, é se ele tem autoridade, se tem delegação constitucional para abrir um procedimento investigatório.

Se estão roubando o aparelho de Estado, se o fizeram no Governo anterior, o atual Governo tem

obrigação de abrir processo de crime de responsabilidade. A atual base de bajulação do Governo teria de ter aberto as Comissões Parlamentares de Inquérito. Não agora, como retaliação à CPI dos Correios. Isso teria de ter sido feito antes. Como justificar que o atual Governo faça o mesmo balcão de negócios sujos que condenávamos no Governo anterior? As minúcias sobre os Parlamentares que estão sendo comprados, sobre os Parlamentares que terão suas emendas liberadas, porque estão retirando as assinaturas da Comissão Parlamentar de Inquérito, são vergonhosas. Isso é vexatório. Atenta contra a democracia representativa. Muitos dos que aqui estão tentando aniquilar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, há 3 anos estavam nas ruas com o "Xô Sarney, o Fora Collor ou Fora Fernando Henrique". É no mínimo inadmissível o que acabou de ser citado pelo Líder do Governo: um caso do Governo anterior, cujo Deputado envolvido hoje faz parte da base de bajulação do atual Governo. Isso é que precisa ser respondido. Há roubo. Não adianta ostentar o zoológico do peruíbe bêbado, do gabiru ou do gambá. Há roubo na estrutura do aparelho do Estado. Os Parlamentares têm obrigação de abrir um procedimento de investigação. Se há crime contra a administração pública, tráfico de influência, intermediação de interesse privado e exploração de prestígio, é porque o PT e o Governo Lula não têm autoridade. Perdem a autoridade moral ao tentarem aniquilar a CPI, reproduzindo os mesmos argumentos fraudulentos usados pelo Governo Fernando Henrique Cardoso para tentar sepultá-la.

É no mínimo esquisito, escandaloso, triste, absolutamente não apropriado que os mesmos que condenavam os enterros de CPI feitos pelo PSDB, hoje imitam o Governo anterior de forma cúmplice, omissa, vexatória, usando os mesmos procedimentos, a mesma metodologia para impedir que esta Comissão Parlamentar de Inquérito seja efetivada.

E por isso que cada vez mais, para minha tristeza, que dediquei os melhores anos da vida para ajudar na construção desse partido, o mais difícil é identificar que hoje o Governo Lula e o PT reproduzem os mesmos argumentos que Fernando Henrique e seu Governo, com todos os seus defeitos, e na minha análise com o verdadeiro crime de lesa-pátria, transformando Fernando Henrique Cardoso e o PSDB num objeto do desejo. Querem copiar tudo o que eles fizeram, inclusive o vexatório balcão de negócios sujos, onde se distribui o aparelho do Estado, onde se distribui o aparato público para impedir que os Parlamentares possam abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Mais do que a indignação, a minha profunda tristeza de ver o cinismo e a dissimulação de reproduzir os argumentos

fraudulentos do PSDB e do Governo Fernando Henrique Cardoso para tentar aniquilar uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. LEONARDO PICCIANI – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, arts. 6º e 8º do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o art. 6º do Regimento Comum diz que *"ao Líder é lícito usar da palavra, uma única vez, em qualquer fase da sessão, pelo prazo máximo de 5 minutos, para comunicação urgente"*.

O art. 8º diz que *"ausente ou impedido o Líder, as suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Líder"*.

Portanto, o Regimento Comum é diferente do nosso Regimento da Câmara dos Deputados.

Com base na determinação do art. 8º do Regimento Comum, estando ausente o Líder José Borba, solicitamos a inscrição do Vice-Líder Deputado Paulo Afonso para falar em nome da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Esta Presidência vai decidir a questão de ordem depois.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria na Câmara dos Deputados, Deputado José Carlos Aleluia. S.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, muitos dos que apoiam a CPI, que hoje é de maioria tanto no Senado quanto na Câmara, fizeram na condição de amigo do Presidente Lula e do Governo.

Eis a expressão que ouvi do Deputado Fernando Gabeira: *"Não tive a palavra, porque não sou Líder. Mas entendo que esta CPI é para o bem do Governo; é para evitar que o Governo permita que a corrupção seja disseminada no seu seio"*.

É legítimo fazer apuração. Não seria legítimo acusar o Presidente Lula nem ninguém de praticar corrupção, antecipadamente. Não citarei, como poderia, as afirmações dos companheiros do PT no passado. Não. Esta é a CPI do futuro. Precisamos olhar o futuro. Ao defender a CPI, não vou, em hipótese alguma, duvidar da seriedade dos que apóiam o Governo. Não duvidaria nunca do meu amigo Delcídio Amaral nem do meu amigo Arlindo Chinaglia nem dos Líderes do Governo nem muito menos do Presidente, mas há necessidade de instalar a CPI. Quem disse isso ontem foi o delegado da Polícia Federal, ao ouvir o pequeno

funcionário dos Correios e Telégrafos sobre o qual estão colocando toda a culpa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, precisamos olhar o futuro. Parabenizo, inclusive, o Presidente Lula e o seu Ministro Waldir Pires, que trouxeram para o Brasil o IV Fórum Global de Combate à Corrupção, da Organização das Nações Unidas, que será aberto pelo Presidente Lula, no próximo dia 6, em Brasília, no hotel Blue Tree Park.

É evidente que o Presidente quer combater a corrupção. Todo Presidente tem que querer combater a corrupção e não pode querer abafar a investigação.

Nós, que queremos a investigação, não podemos ser acusados de golpistas, como dizem os Ministros Waldir Pires e Aldo Rebelo. Nós todos, os Deputados Fernando Gabeira, Roberto Brant e eu, não conspiramos contra o Governo Lula nem fazemos parte daqueles que conspiraram contra João Goulart. Gabeira conspirar contra João Goulart?! Não estávamos aqui com o Floriano Peixoto. O que queremos é nada mais do que ver a profundidade, o tamanho da quadrilha que chantageia o Governo. O que ficou claro nesse episódio é que existem quadrilhas que estão chantageando o Governo.

Quero que o Presidente Lula, ao abrir o Fórum de Combate à Corrupção, que é o quarto realizado – o primeiro foi nos Estados Unidos, patrocinado por Al Gore; o segundo, em Haia; o terceiro, em Seul, onde o Presidente esteve --, fale das experiências do Governo brasileiro. Eu não quero que S.Exa. diga que as experiências do Governo brasileiro são no sentido de abafar investigações.

Ninguém, certamente até os Líderes da base do Governo, está satisfeito com as investigações do caso Waldomiro Diniz. As investigações, de certa forma, ainda não se deram na dimensão que se deseja.

Portanto, esta não é uma CPI para olhar para o passado, Deputado João Leão, mas para ajudar o Governo a limpar a corrupção, que pode estar tanto no Executivo quanto no Legislativo ou em qualquer parte, até mesmo nos Governos Estaduais.

O que não podemos fazer é simplesmente nos calar. É um direito da Minoría, que deverá ser exercido com serenidade. Não queremos uma CPI para denegrir a imagem de homens e mulheres, e sim para inocentar os que não forem culpados.

Queremos o direito de acompanhar a vida pública e o de exercer uma obrigação constitucional. Qual é a obrigação constitucional? Fiscalizar o Poder Executivo, mas com responsabilidade.

O Líder do meu partido, Deputado Rodrigo Maia, já me informou: *“Não colocarei na Comissão incendiários, mas aqueles que quiserem analisar com sereni-*

dade”. Tenho certeza de que o Líder José Agripino fará o mesmo.

Não queremos tocar fogo no País nem que o Risco Brasil cresça. Queremos mostrar que a corrupção no Brasil é intolerável e fazer com que Lula possa governar melhor o País. Queremos ajudar o Lula. Esta é uma CPI do futuro, dos amigos, de quem quer ver o Brasil crescendo – um Brasil limpo, passado a limpo.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Senador Delcidio Amaral, Líder do Governo no Senado Federal. S.Exa. dispõe de até 5 minutos na tribuna.

O SR. DELCIDIO AMARAL (PT-MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, aproveito a oportunidade para comunicar a decisão da bancada do PT no Senado Federal.

Fizemos longas reuniões durante a semana passada, ontem e hoje, um grande debate sobre esta CPI, sobre assinar ou não o requerimento para instalação da CPI dos Correios. Foram momentos memoráveis da bancada do PT no Senado. E a bancada do PT na Câmara dos Deputados tem feito excelente trabalho sob o comando do Líder Paulo Rocha.

Avaliamos muito a questão. Os Senadores Suplicy, Paulo Paim e Cristovam durante as reuniões sempre manifestaram suas preocupações, sempre souberam ponderar com equilíbrio as posturas com relação à CPI. Os demais Senadores tiveram a oportunidade de, democraticamente, apresentar suas posições. O Senador Suplicy, tão preocupado, chegou a enviar uma carta, esta noite, ao Presidente Lula. Mas nós, democraticamente, com seriedade, com responsabilidade, tomamos uma decisão hoje pela manhã: não assinar a CPMI dos Correios. A bancada como um todo tomou essa decisão, mas respeitou as diferenças. Contudo, trabalhamos pela unidade, respaldados pela orientação do Diretório Nacional do PT e observando as decisões ágeis e rápidas do Governo Federal. Entre essas decisões podemos citar a demissão do chefe de departamento, o afastamento do diretor e a instauração de inquérito nos Correios, empresa respeitada e com credibilidade, vítima de um fato isolado.

Fizemos mais, Sr. Presidente: os Ministros Eunício Oliveira e Márcio Thomaz Bastos chamaram a Polícia Federal para atuar no processo. Como tem feito em todos os Estados, ela atuou com rapidez, com dinamismo, com rigor e, acima de tudo, com isenção. A imprensa divulgou e tem divulgado todas as ações competentes da Polícia Federal. A ControladoriaGeral da União também tem tido papel fundamental nesse caso.

Portanto, Sr. Presidente, tomamos uma decisão madura, equilibrada. Não temos medo e respondemos com indignação a esse fato isolado ocorrido. Trata-se de

alguém que queria vender um relacionamento e uma autoridade que não tinha. Entendemos que uma CPI é um palco político e que neste caso pode prejudicar a agenda positiva não só do Executivo, do Governo Federal, mas da Câmara dos Deputados e do Senado.

E não tenho dúvidas, Sr. Presidente, de que hoje foi um dia importante para o PT, para o Senado, para a nossa bancada. Estamos demonstrando a confiança que temos em nosso Governo, a segurança que temos em todas as ações, com autoridade e equilíbrio, assumidas pelo Presidente Lula e seus Ministros no combate à corrupção e aos atos ilegais, como os recentemente descobertos.

E é assim que deve ser: precisamos trabalhar pelo Brasil com serenidade. Política é para 2006; em 2005, temos compromissos vários, sobretudo implementar as reformas introduzidas com ousadia e coragem por nosso Governo para honrar nosso compromisso com a estabilidade, o desenvolvimento e a inclusão social.

Era o que tinha a dizer.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma vez que o Líder da bancada do PT no Senado mencionou carta que encaminhei ao Presidente da República – na qual expresso meu apoio a S.Exa., exponho as razões pelas quais julgava importante assinar o pedido de criação da CPI ora em discussão e manifesto meu respeito pela decisão majoritária da bancada do PT – solicito que ela seja transcrita nos Anais.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Deferido o pedido do ilustre Senador.

CARTA A QUE SE REFERE O ORADOR:

Querido Presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

Considero que assinar o requerimento de CPI sobre o problema detectado na Empresa Brasileira de Correios constitui a melhor maneira de ajudar o seu governo e o nosso partido. Sobretudo de estar apoiando o Presidente que, sinceramente, desejo ver reeleito. Sei que minha voz é minoritária na direção do PT que apoiou por maioria a orientação de que não deveríamos assinar o requerimento, ainda que tenha se resolvido não fechar a questão.

Passo por um dos maiores dilemas de minha vida parlamentar, pois nunca contrariei a decisão tomada pela bancada ou pela direção do partido. Todavia, percebo que jamais a direção esteve tão distante da

vontade popular e de tantas pessoas que nos deram a maior força em toda a nossa trajetória desde 1980.

Nas palestras que fiz nos últimos dias, na FGV em São Paulo para meus alunos, no Congresso de Direito Público Alagoano, em Maceió, foi amplamente majoritária a opinião de que eu deveria assinar o requerimento. Nas ruas, nos aeroportos, nos restaurantes, por onde ando, as pessoas vem assim recomendar. De ontem para hoje recebi 63 e-mails com mensagens qualificadas recomendando que eu deveria assinar e apenas 4 para não assinar. Enquete na minha **home page** do Senado até agora indica 75,76% para assinar, 16,16% para não assinar e 8,08% não sabe.

Para que possa ter uma idéia do estado de espirito de muitos, encaminho-lhe a integra da carta que Sandra Fernandes de Oliveira enviou aos deputados federais, registrada hoje na coluna de Clovis Rossi na **Folha de S. Paulo**. Ela comete exageros – tem razões pessoais para estar desapontada com a vida política brasileira – mas é importante que possa conhecer a profunda mágoa que hoje atinge.

Estou me dirigindo agora, 20:20 horas para a reunião de nossa bancada petista no Senado. Vamos refletir muito para tomar a decisão que avaliamos como a melhor para Vossa Excelência, querido presidente, para o PT e para o povo brasileiro.

O abraço amigo,

Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

PS: A reunião da Bancada acaba de ser transferida para amanhã às 9hs.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, Senadora Heloísa Helena, ainda bem que os ânimos serenaram.

Mesmo na ausência de S.Exa., quero elogiar o equilíbrio e o pulso do Presidente Renan Calheiros, que, com muita firmeza, conduziu o início da sessão, decidiu questões de ordem e produziu resultado concreto no encaminhamento de uma situação que não é de governo nem de oposição, mas de interesse nacional.

O começo da sessão foi marcada pela emoção de um lado e do outro, mas, na minha opinião, fora do foco, porque se tratou da criação da CPI como interesse eleitoral e ação entre Governo e Oposição.

Sr. Presidente, fico imaginando o que aqueles que estão nos vendo e ouvindo pela *TV Câmara* e pela *TV Senado*, o povo em nome de quem estamos falando, devem ter pensado. Essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito não interessa à Oposição nem ao Governo, mas visa esclarecer um tema que interessa à coletividade: a corrupção.

Levantou-se, desde o primeiro momento, Deputado Osório, o questionamento sobre fato determinado. Mas não há fato determinado. Isso deve ter indignado o cidadão comum que está em casa ligado na TV Câmara ou na TV Senado, que assistiu à fita gravada do Sr. Marinho colocando sorrateiramente um maço de 3 mil reais no bolso, pegando com a ponta do dedinho, dedinho de ladrão, e dizendo o que disse e que estava a serviço de quem estava.

Se aquilo não é fato determinado, se aquilo não é corrupção explícita, igual à fita gravada do Sr. Waldomiro com o Cachoeira, o que é corrupção explícita? Se aquilo não é fato determinado que justifique investigação para uma Comissão Parlamentar de Inquérito, não vale a pena estar mais na vida pública.

Faço um apelo aos que assinaram a lista de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito para, neste feriado, neste final de semana, irem às ruas. Ontem fui a uma ótica, em Brasília, tentar trocar as lentes dos meus óculos. Fui atendido por um técnico que me reconheceu. Deputado Arnaldo, depois de duas palavrinhas sobre a troca da lente, prazo de entrega e preço, perguntou-me: "Senador, e a CPI vai ou não vai?" Ele podia me perguntar muitas coisas, mas me perguntou pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sugiro aos Senadores e Deputados, Senadora Heloísa Helena, irem às ruas tomar um guaranazinho ou uma cerveja, ou mesmo à praia, no feriado, enfim, que se exponham e saberão o que o brasileiro comum pensa desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Senadora Heloísa Helena, sabe do que tenho medo? Do Congresso recuar e acontecer com esta Casa o que ocorreu com a Assembléia Legislativa de Rondônia. Tenho medo da rondonização do Congresso Nacional, porque, Senador Alvaro Dias, o fato que nos levou, nós, da Oposição, a propor esta Comissão Parlamentar de Inquérito, é gravíssimo. É gravíssimo, porque há reincidência. Reincidente do caso Waldomiro. E como se encontra o caso Waldomiro? Ah, está sob investigação! Investigação da Polícia Federal, que tem a obrigação constitucional de se mover. Não foi o Governo que mandou a PF entrar no caso. A PF tem a obrigação constitucional de se mover. Agora, ela está engessada. Quanto ao caso Waldomiro, está impedida de chegar a conclusões. Este fato vai se repetir no caso dos Correios. Tanto que o delegado encarregado das investigações já disse que era favorável à instalação de uma CPI.

Deputado Robson Tuma, o próprio órgão policial da primeira investigação instada pela empresa disse: "Sou favorável à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito". Mas o Governo diz: "Não, já estamos investigando. Estamos fazendo a nossa parte". Não

estão, não! Não porque não queiram, mas porque não podem, porque estão engessando e querem criar dificuldades.

Deputado Osório Adriano, é preciso que a Comissão Parlamentar de Inquérito seja instalada, pois só ela tem as prerrogativas de quebrar sigilo fiscal, bancário e telefônico e de agilizar os procedimentos. O caso do Sr. Luiz Marinho, que em fita de vídeo incriminou companheiros Parlamentares, não pode terminar como o do Waldomiro. Este Congresso deve cumprir o desejo do cidadão: a investigação de corrupção. O povo perdoa má gestão na educação, saúde e segurança, perdoa tudo, mas quer ver ladrão na cadeia. Conosco está a palavra.

Tenho confiança, Sr. Presidente, de que até a meia-noite de hoje estarão mantidas as assinaturas e que a partir de sexta-feira os membros da CPI já terão sido indicados para o início de seu funcionamento, a bem do interesse nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Líder Marcelo Ortiz, que falará em nome do Partido Verde.

O SR. MARCELO ORTIZ (PV-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, de maneira tranquila e calma, quero trazer à tona exatamente a posição do Partido Verde, que, antes de deixar a base do Governo há poucos dias, já havia assinado o requerimento para instalação da CPI dos Correios.

E por que o fizemos? Por motivo simples e claro: um colega nosso, o Deputado Roberto Jefferson, veio a esta mesma tribuna que agora ocupo e disse: "Eu quero que esta CPI ocorra, porque será o momento em que poderei mostrar a minha inocência". Senti muito as palavras de S.Exa.

Advogado que sou, entendo que o Código Penal é a garantia do cidadão, porque, ao mesmo tempo em que prevê sanções, lhe permite que prove, em juízo, sua inocência. Assim, não tive dúvidas em assinar o requerimento de abertura da CPI. E todo o meu partido fez o mesmo.

Repto: não poderia deixar jamais que pairasse sobre o companheiro Roberto Jefferson – e é o que aconteceria no caso da não-realização da CPI – a pecha diária da dúvida sobre se estava ou não envolvido nesse ou naquele caso.

Não nos basta o simples afastamento de alguém que tenha pego um dinheirinho com a mão esquerda e colocado no bolso de forma sorrateira, a título de inscrever alguma empresa em possível concorrência pública. Não poderíamos deixar que isso ocorresse jamais.

Por que esse nosso posicionamento? Porque temos da dar um basta ao costume de se considerar a Câmara dos Deputados responsável por tudo o que ocorre no País. Tudo o que ocorre de ruim no País é de responsabilidade da Câmara, levamos sempre a fama de ser irresponsáveis, sem que tenhamos culpa efetiva.

Ora, a CPI vem ao encontro do desejo nacional de ver o término da corrupção no Brasil. E temos de apurar quem está envolvido e inocentar aqueles que são inocentes, sem dúvida alguma.

Sem qualquer pretensão, afirmo que o Partido Verde tem a autoridade de quem, nesta Casa, não fala como falava o PT nem como fala a Oposição – PFL e PSDB.

A nossa posição é de independência – e foi essa a nossa declaração quando deixamos a base do Governo. Aqui estamos para colaborar de todas as formas, a fim de que o Governo Lula tenha possibilidade de mostrar quem realmente deve responder pela mazelas que ocorrem neste País atualmente. Não podemos ser responsabilizados pela corrupção se não fazemos parte dela. Temos de fazer com que a mídia entenda que queremos um Brasil limpo. Queremos andar nas ruas e ouvir, como já ocorreu neste País, alguém dizer: “Lá vai um Deputado”. Hoje, no entanto, embora não tenhamos nenhuma responsabilidade pela situação nacional, a expressão que ouvimos é outra: “Lá vai um Deputado, mais um corrupto, mais um ladrão”. Tenho 70 anos de idade, e jamais alguém proferiu diretamente a meu respeito qualquer palavra nesse sentido, mas estou entre os 513 Deputados que levam essa pecha.

Sr. Presidente, temos de acabar com essa situação. E isso só será possível se mostrarmos efetivamente quem é o responsável, quem deverá responder pelos seus atos, para que não tenhamos mais esse problema, que se agrava a cada dia, principalmente fora desta Casa, onde estamos muito mal.

O Partido Verde, aqui e lá fora, apóia integralmente a posição de independência desta Casa, ao mesmo tempo em que quer um Governo forte, decente, apurado, que responda pelas mazelas do País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, Sras. e Srs. Congressistas, a calmaria que prevalece, ao final desta sessão, sinaliza para o fato consumado.

A CPI se instalará de forma irreversível, não pelo desejo deste ou daquele partido, não pela vontade da Oposição, mas como imperativo da exigência

da sociedade brasileira. Há, sim, Sr. Presidente, uma revolta contida, uma indignação reprimida no seio da sociedade deste País, diante da explosão interminável de escândalos que se sucedem, com a prevalência da impunidade, que estimula a corrupção.

A Senadora Heloísa Helena falou em tristeza. Também quero proclamar a minha tristeza, porque, para mim, lamentavelmente, mora no Palácio do Planalto a decepção. Lá, os compromissos são descumpridos, as promessas são esquecidas, e a bandeira da ética é rasgada, num verdadeiro deboche aos dogmas e postulados sustentados durante tanto tempo pelo Partido dos Trabalhadores e, agora, sepultados.

Péssimo exemplo é o do líder maior, o Presidente da República. A propósito, manchete de capa de uma revista de final de semana perguntava “*O que está acontecendo com a política no Brasil?*” Respondo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o que está acontecendo é a prevalência da impunidade, porque o próprio Presidente da República tem sido omissio, conivente, complacente e cúmplice.

Um Ministro é denunciado pelo Procurador da República, o Supremo Tribunal Federal acolhe a denúncia; o mesmo ocorre em relação ao Presidente do Banco Central, e nada acontece, ambos permanecem no exercício das suas funções. A prática de um governo sério, porém, é o afastamento dos titulares até a conclusão dos procedimentos de investigação e apuração.

A afronta à Constituição se dá na medida em que CPIs são abafadas, em detrimento de um direito constitucional da Minoría. Foi o que ocorreu com a CPI de Santo André, que acobertou 8 assassinatos; com a CPI de Waldomiro Diniz; com a CPI dos Bingos. É incompreensível essa tentativa de se impedir a CPI dos Correios!

O que há é uma suspeita que pesa sobre os ombros da instituição pública do Brasil, de que existe relação de promiscuidade entre o Executivo e o Legislativo. E o escândalo dos Correios vem para reafirmar, com contundência, a existência de fortes indícios de que há, sim, essa relação.

Não nos caberia outra providência em nome da indignação coletiva a não ser a da investigação rigorosa para a necessária responsabilização civil e criminal de eventuais envolvidos na prática de ilícitos.

Esse, Sr. Presidente, é o caminho para a recuperação da credibilidade que perdemos. O Congresso Nacional está sendo convocado pela sociedade. E é evidente que precisamos respeitar a Lei Maior do País. É crime de responsabilidade essa tentativa do Governo – do Presidente e, por extensão, dos Ministros – de pressionar os Parlamentares a retirarem assinaturas do requerimento da CPI.

Essa pressão, exercida por meio de ameaças de cortar o pão-de-ló, de não liberar os recursos para atendimento de emendas parlamentares, implica crime de responsabilidade e impõe ao Senado – a quem cabe estabelecer o rigor da punição – providências que culminariam com perda de mandatos.

Essa é uma exigência da sociedade.

Neste momento, sou porta-voz do brilhante advogado Juliano Breda, que, diante dessa ameaça, indignado, se manifestou no sentido de que a responsabilidade do Senado Federal seria, impondo a lei, determinar a perda do mandato daqueles que, usando os instrumentos que o Governo possui, ameaçam Parlamentares objetivando fazê-los retirar suas assinaturas desse requerimento.

Concluo, Sr. Presidente, afirmando: é preciso trazer o mal à luz, para que ele possa ser combatido.

Não basta a investigação policial. É preciso a investigação política, que confere a necessária transparéncia ao caso. E uma não exclui a outra, ambas são absolutamente imprescindíveis. Como afirmava o Dr. Ulysses Guimarães, enquanto a investigação policial vai atrás de provas e de documentos, a investigação política vai atrás dos indícios, vai pelo cheiro, e, pelo cheiro da corrupção, chega ao corrupto, para estabelecer a necessária punição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para falar pela Liderança do Governo no Senado Federal, concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti. Em seguida, falará o Deputado Enéas, pelo PRONA.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a primeira questão que abordo já foi explicitada pelo Deputado Professor Luizinho, uma vez que não me foi dada a palavra pelo Presidente Renan Calheiros.

Espero que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados seja muito ágil e coerente com decisões já tomadas na mesma linha pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, no sentido de que CPI sem fato determinado – o que vai ser investigado – não pode ser admitida.

Quem examina o requerimento da CPI verifica de imediato que o que está na ementa é investigar o episódio comprovado de pagamento de propina a um funcionário de 28 anos de carreira dos Correios, prontamente investigado pela Polícia Federal, por determinação do Governo.

E o que está na ementa não é o que consta nas 5 ou 6 páginas de justificativa, porque aí é tiroteio para tudo quanto é lado, numa absurda abertura de leque investigatório, tentando, obviamente, carimbar a totalidade do Governo como corrupto.

Vários líderes da Oposição ressaltaram que a CPI é dos Correios, o que é interessante, porque, ao examinarmos os pronunciamentos feitos ao longo dos últimos dias, vemos que não isso o que tem sido

veiculado. O que ouvimos são expressões como “*mar de lama*”, “*Governo corrupto*”, “*todas as estatais*” e daí para a frente.

É preciso que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados decida qual é o fato determinado, se é o que está na ementa do requerimento da CPI ou se são os que se encontram na sua justificativa.

Falando em aves de mau agouro, esta semana tivemos determinadas manifestações que se referiam aos coitados dos bicudos revestidos de penas. Essas aves de mau agouro que anunciam crise, caos etc., porém, tiveram resposta adequada por parte do Presidente Renan Calheiros, quando as chamou à serenidade diante do momento político que vivemos.

Efetivamente, nós, pessoas públicas, temos de ter o compromisso de não desperdiçar este momento que o País vive. Afinal, vivemos momento de crescimento, de geração de emprego, de vitórias em disputas internacionais, de diminuição da vulnerabilidade externa brasileira com relação ao perfil da nossa dívida, com desdolarização da nossa dívida interna e significativa elevação de nossas reservas cambiais. Enfim, neste momento positivo, como há muito não se via, temos todos de ter serenidade e responsabilidade.

Há em curso debate a respeito das ações do Governo. Aliás, é bom a Oposição definir de uma vez por todas a lógica que quer utilizar, porque, de vez em quando, diz que fazemos tudo igual ao Governo passado; outras vezes, que não conduzimos bem o País.

Se fazemos igual a eles, obtivemos resultados muito mais significativos, melhores em todos os aspectos: em crescimento, em emprego, em exportações, em disputas externas. Acredito, porém, que efetivamente agimos de forma diferente, porque conseguimos tudo isso sem privatizar 76% do patrimônio nacional, sem fazer com que nossa dívida fosse multiplicada por 10 em menos de 8 anos, sem fazer com que a carga tributária pulasse de 26% para 36% do PIB.

É isso o que está em debate a respeito das ações do Governo – e os resultados concretos, práticos, aí estão.

Não quero entrar nessa história de quem faz melhor ou pior em termos de abafar CPIs. Porque, nesse quesito, temos alguns *hours concours*. Quem abafa ou impede a instalação de 44 CPIs na Assembléia Legislativa no Estado de São Paulo não tem muita condição de debater abafamento.

Trago à tribuna, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o que já mostrei ao Plenário do Senado Federal: o jornal *O Globo*, edição do último domingo. Esta página do jornal *O Globo* mostra efetivamente a diferença do que está em jogo.

O Governo Lula combate a corrupção por meio da estrutura do Estado, por meio da modificação do papel e da ação da Polícia Federal. São mais de 1.234 pessoas, incluindo agentes públicos. E aí não tem para ninguém: nas operações desenvolvidas em todos os

Estados foram presos desde Prefeitos do PT, como é o caso do Prefeito de Macapá, João Henrique, até os Senadores Sebastião Rocha, do PDT, e Flexa Ribeiro, do PSDB. Não há refresco: pegou com a mão na botija, a Polícia prende e vai até as últimas consequências. E são operações em cima de operações.

Se causou arrepios a determinadas pessoas o episódio em que um funcionário pegou com a pontinha dos dedos 3 mil reais de propina, também a mim causou. E foi pronta a reação do Governo Lula, que combate a corrupção a partir do aparelho do Estado.

Engrandece-nos muito ver, toda semana, operações da Polícia Federal desbaratando quadrilhas, como a que fraudava concursos públicos, que funcionava há mais 8 anos; como a dos vampiros, que funcionava há mais de 10 anos, e como tantas outras que funcionavam há 10, 15 anos.

É disto que estamos falando: há combate à corrupção por meio da modificação do aparelho do Estado, por meio da ação da Polícia Federal e do Ministério da Justiça, com várias ações desencadeadas, e há combate à corrupção por meio dos procedimentos da Controladoria-Geral da União e do Ministro Waldir Pires.

São mais de 500 as Prefeituras investigadas, em 75% delas foi constatada a prática de fraudes e de desvios, delitos que estão sendo monitorados e encaminhados ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas. É disso que estamos falando.

Essa é a diferença, e é por isso que será instalada ou não a CPI. Vai depender da resposta à questão de ordem levantada pelo Deputado João Leão. Queremos que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados decida rapidamente se a CPI pode ser instalada e, em caso afirmativo, com que fato determinado, se o da ementa ou os da justificativa – uma justificativa que atira para todo lado, elaborada por quem não tem moral de falar uma vírgula deste Governo.

Já disse da tribuna e vou repetir: não aponho minha assinatura em documento encabeçado por personalidades políticas que devem uma resposta a este País por décadas de malversação de dinheiro público.

Tenho lado definido e faço o meu trabalho parlamentar na defesa deste Governo com muito orgulho.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de saber de V.Exa. se há na mesa requerimento de minha autoria sobre erratas.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A Presidência consulta o Plenário. Trata-se de requerimento sobre erratas.

O SR. JOÃO LEÃO – É um requerimento simples, não tem problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Consulto os Líderes dos diferentes partidos.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO – Sr. Presidente, entendo que há outros companheiros aguardando para falar. Eu, inclusive, tenho uma questão de ordem para apresentar a V.Exa.

O SR. JOÃO LEÃO – Vamos ouvir todos.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO – Sr. Presidente, como a maior parte dos Líderes já não se encontra presente, seria temerário anuirmos à proposta do nobre companheiro João Leão.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Já existe objeção.

O SR. JOÃO LEÃO – Lembro ao Deputado Antonio Carlos Pannunzio que essas erratas são simples de emendas de bancada, inclusive da bancada de São Paulo. São erratas do Ministério dos Transportes e coisas simples como, por exemplo, trocar a palavra “urbanismo” pela expressão “serviços urbanos”.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, meu caro Deputado João Leão, nesta Casa, quando temos preocupação em retificar algum documento produzido, é comum que se faça a distribuição de material para leitura prévia, o que V.Exa. não fez.

O SR. JOAO LEÃO – Mas está à disposição desde a sessão anterior.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO – Todos desconhecem o texto; então, não podemos concordar.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A Presidência não vai colocar a matéria em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário de que se encontra em tramitação no Congresso Nacional o Veto Parcial nº 25, de 2003, apostado ao Projeto de Lei nº 2, de 2003, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária de 2004 e dá outras providências.

Tendo em vista que a matéria já perdeu sua oportunidade, esta Presidência, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, declara o mencionado veto prejudicado e determina o arquivamento da matéria, abrindo, entretanto, o prazo de 2 dias úteis a partir deste momento para interposição de recurso a esta decisão.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº P-95/2005 – CMO

Brasília, 24 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar a alteração do cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 4/2005-CN, que “Dispõe sobre as diretrizes para a

elaboração da lei orçamentária de 2006 e dá outras providências” (LDO/2006), conforme reunião realizada pelo ~Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento nesta Comissão, nos termos abaixo descritos:

1. Apresentação de Emendas ao Projeto de Lei de 25/05 a 9/06
2. Publicação e distribuição de avulsos das Emendas* até 14/06
3. Realização de Audiências Públicasaté 17/06

– Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (conjunta com CFT/CD e CAE/SF)
– Entidades da Sociedade Civil (Associações dos Servidores Públicos, CUT, CGT, CNS, MST e demais entidades)
– Presidente do BACEN (conjunta com CFT/CD e CAE/SF)

4. Apresentação, publicação e discussão do Relatório e votação pela Comissão ... até 28/06

5. Sistematização do Parecer sobre o Projeto e seu encaminhamento á Mesa do CN ... até 29/06

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.
– Senador **Efraim Moraes**, Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – O expediente lido, também, na sessão do Senado Federal realizada no dia 24 do corrente, vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para falar em nome do PRONA, concedo a palavra ao nobre Deputado Enéas, Líder na Câmara dos Deputados.

O SR. ENÉAS (PRONA-SP.Como Representante. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, colegas da Câmara e do Senado, povo brasileiro que ainda assiste aos pronunciamentos desta sessão do Congresso Nacional, causou-me espécie, ontem, no final do expediente da Câmara dos Deputados, o comunicado do Líder do PFL, Deputado Rodrigo Maia, de que o meu nome não constava na lista dos que tinham assinado o requerimento da CPI, devido a divergência entre a assinatura apostila no documento e a assinatura que uso habitualmente. E, quando digo que me causou espécie, desejo ratificar bem o meu espanto.

Há mais de 5 décadas, portanto, desde a minha adolescência, uso a mesma assinatura em todo e qualquer documento. Mesmo não tendo compreendido a razão da divergência, redigi, instantaneamente, outro documento e o encaminhei ao Deputado Rodrigo Maia, para a tramitação normal. Esse documento chegou à Mesa com a assinatura original às 19h50min. Consultei uma jornalista, que estava aqui presente ao lado de uma assessora do PFL – porque o PRONA perdeu a prerrogativa de constituir uma Liderança, pois de seus 6 Deputados originais restaram apenas 2 –, e pedi que verificasse a informação. Fui, então, comunicado que o jornal realmente havia fechado – se é que fechou – antes das 19h50min.

Incomodou-me profundamente a manchete “*Governo libera R\$200 mi a Parlamentares*” – provavelmente, “mi” são milhões – abaixo da qual está a notícia de que do PRONA apenas um Deputado, o meu preclaro colega Dr. Elimar Máximo Damasceno, assinara o requerimento de CPI.

Outrossim, esclareço que desde que cheguei a esta Casa fui sempre peremptório – após um mês de observação das atitudes governamentais – e altamente claro na crítica que venho fazendo ao Governo Federal.

Não há por que lançar diatribes, neste instante, mesmo porque elas já foram feitas de todos os lados, com todas as palavras, usando todos os recursos que a linguística e a retórica conferem aos que se pronunciam.

O ponto vital é o seguinte: é desagradabilíssimo, principalmente para quem tem o cuidado permanente de se manter absolutamente isento de qualquer acusação, ver o seu nome retirado – como se não tivesse assinado – da lista dos requerentes da CPI.

A todos que assistem a este pronunciamento, quero deixar claro: assinei o documento. Não tenho coisa alguma contra o meu colega nesta Casa. Pelo contrário, tenho apreço e estima pelo Deputado Roberto Jefferson, que, da tribuna, quando se defendeu brilhantemente das acusações que lhe estavam sendo feitas, disse que assinaria o requerimento. Ora, por que iríamos contra a CPI, uma vez que ela é o instrumento oficial para verificar se houve ou não comprometimento de alguém? Assinei, ratifiquei e faço questão de deixar bem clara minha posição.

Peço aos dirigentes da *Folha de S.Paulo* que, por favor, corrijam a informação, que fique claro que o fato de terem considerado haver divergência de assinatura – e não sei por quem isso foi assinalado – causa espécie a quem assina do mesmo jeito há mais de meio século. Mas que seja feita a correção! Que não pare dúvida quanto a minha atitude e à posição do PRONA, partido que presido.

Creio que interessa à maioria desta Casa a instalação da CPI, apenas peço que sejam esclarecidas as dúvidas, para que não pare qualquer desconfiança acerca de colegas, em relação aos quais deve haver o maior respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Informo ao Líder Enéas que, na lista das 254 assinaturas conferidas, consta a de V.Exa., bem como a do outro Parlamentar do PRONA, o nobre Deputado Elimar Máximo Damasceno.

O SR. ENÉAS – Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

(Encerra-se a sessão às 13 horas e 6 minutos.)

**ATA DA 2ª SESSÃO CONJUNTA,
REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2004**
(Publicada no DCN de 17, 23, 24, 29 e 30 de dezembro de 2004)

RETIFICAÇÕES

1) Na página 03715, primeira coluna, na fala da Presidência,

onde se lê:

“..., regulado pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1981”,

leia-se:

“..., regulado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991”.

2) Nas páginas 03714/03715, segunda e primeira colunas respectivamente, na fala da Presidência, após a expressão “Aprovado”,

acrescente-se, por omissão, o seguinte:

“É a seguinte a chapa aprovada:

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO CÂMARA LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELLIPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO ROBERTO FRANCO MARINHO

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização *

Número de membros: 21 Senadores e 63 Deputados

Comissão instalada em 18-5-2004

Composição

Presidente: Deputado Paulo Bernardo (PT/PR)

1º Vice-Presidente: Senador Efraim Morais (PFL/PB)

2º Vice-Presidente: Deputado José Carlos Machado (PFL/SE)

3º Vice-Presidente: Senador Siba Machado (PT/AC)

Relator da LDO: Senador Garibaldi Alves Filho

Relator-Geral do Orçamento para o ano de 2005: Senador Romero Jucá

SENADORES	
Titulares	Suplentes
BLOCO DA MINORIA (PFL-PSDB)	
Romeu Tuma (PFL)	1.José Jorge (PFL)
Jonas Pinheiro (PFL)	2.Heráclito Fortes (PFL)
Efraim Morais (PFL)	3.Paulo Octávio (PFL)
João Ribeiro (PFL)	4.Demóstenes Torres (PFL)
Leonel Pavan (PSDB)	5.Antero Paes de Barros (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6.Arthur Virgílio (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	7.Teotonio Vilela Filho (PSDB)
PMDB	
Valdir Raupp (7)	1. José Maranhão
Luiz Otávio	2. Gilberto Mestrinho ⁽⁷⁾
Romero Jucá	3. Mário Calixto ⁽¹³⁾
Sérgio Cabral	4. Leomar Quintanilha
Hélio Costa	5. João Batista Motta
Garibaldi Alves Filho	6.Valmir Amaral
BLOCO (PT-PSB-PTB)	
Serys Slhessarenko	1.Aná Júlia Carepa
Tião Viana ⁽¹⁸⁾	2.Eduardo Suplicy
Duciomar Costa	3.Cristovam Buarque
Fernando Bezerra	4.Ideli Salvatti
João Capiberibe ⁽³⁾	5.Sérgio Zambiasi
Sibá Machado	6.Fátima Cleide
PDT	
Augusto Botelho	1. vago
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Designação feita em 12-5-2004 (SF)

(7) Remanejamento do Sen. Valdir Raupp para titular e do Sen. Gilberto Mestrinho para suplente, em 4-6-2004-PMDB-SF.

(13) Substituição do Sen. Paulo Elifas pelo Sen. Mário Calixto, em 10-8-2004. PMDB-SF.

(18) Substituição do Senador Roberto Saturnino (T) pelo Senador Tião Viana (T), em 19-10-2004 – Bloco (PT-PSB-PTB-PL)

(3) Designação do Sen. João Capiberibe (T) feita em 26-05-2004 – Bloco (PT-PSB-PTB) (SF).

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PT	
Carlito Merss-SC	1.Ary Vanazzi-RS
Devanir Ribeiro-SP	2.Dr. Rosinha-PR
Eduardo Valverde-RO	3.Fernando Ferro-PE
Gilmar Machado-MG	4.Walter Pinheiro-BA ⁽²³⁾
João Grandão-MS(23)	5.João Magno-MG
Jorge Bittar-RJ	6.Jorge Boeira-SC
Nazareno Fonteles-PI	7.Rubens Otoni-GO
Paulo Bernardo-PR	8.Terezinha Fernandes-MA
Vignatti-SC	9.Vander Loubet-MS
Virgílio Guimarães-MG	10.Zé Geraldo-PA
Wasny de Roure-DF	11.Zezé Ribeiro-BA
PMDB	
José Borba-PR	1.Darcísio Perondi-RS
José Divino-RJ	2.Hermes Parcianello-PR
Mauro Lopes-MG	3.Olavo Calheiros-AL
Pedro Chaves-GO ⁽⁹⁾ (12)	4.Paulo Afonso-SC
Pedro Novais-MA	5.José Priante-PA ⁽²²⁾ (8) ⁽¹²⁾ (17)
Wilson Santiago-PB	6.Silas Brasileiro-MG
Zé Gerardo-CE	7.Tadeu Filippelli-DF
Rose de Freitas-ES ⁽⁸⁾	8.Jorge Alberto-SE ⁽⁶⁾
Luiz Bittencourt-GO ⁽¹⁷⁾	9.João Magalhães ⁽¹⁴⁾ ⁽³⁵⁾
Waldemir Moka-MS ⁽³⁰⁾	10.Benjamin Maranhão-PB ⁽¹⁵⁾

(23) Substituição do Dep. Guilherme Menezes (T) pelo Dep. João Grandão (T) e indicação do Dep. Walter Pinheiro (S) em vaga existente.

(9) Substituição do Dep. Pedro Chaves pelo Dep. Luiz Bittencourt(T), em 24-6-2004-PMDB-CD.

(22) Indicação do Dep. José Priante(S), em 18-11-2004. PMDB-CD.

(12) Substituição do Dep. Luiz Bittencourt (T) pelo Dep. Pedro Chaves (T) e indicação do Dep Luiz Bittencourt para suplente, em 3-8-2004–PMDB – CD.

(8) Indicação da Dep. Rose de Freitas como titular, deixando a vaga de suplente, em 24-6-2004-PMDB-CD.

(6) Indicação do Dep. Jorge Alberto (S), em 2-6-2004-PMDB-CD.

(17) Indicação do Dep. Luiz Bittencourt como titular, deixando a vaga de suplente , em 25-8-2004 – PMDB-CD.

(14) Indicação do Dep. Waldemir Moka como Suplente, em 13-8-2004-PMDB-CD.

(35) Indicação do Dep. João Magalhães como Suplente, em 10-12-2004 PMDB – CD.

(30) Indicação do Dep. Waldemir Moka como Titular, em 3-12-2004 – PMDB-CD.

(15) Indicação do Dep. Benjamin Maranhão (S), em 13-8-2004-PMDB-CD.

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
BLOCO (PFL/PRONA)	
Abelardo Lupion-PR	1.José Roberto Arruda-RJ ⁽¹⁶⁾
Cláudio Cajado-BA	2.Fernando de Fabinho-BA
Eduardo Sciarra-PR	3.José Mendonça Bezerra-PE
José Carlos Machado-SE	4.José Rocha-BA
Júlio César-PI	5.Kátia Abreu-TO
Laura Carneiro-RJ	6.Lael Varella-MG
Marcos Abramo-SP	7.Luiz Carreira-BA
Pauderney Avelino-AM	8.Rodrigo Maia-RJ
PP	
Antonio Joaquim-MA	1.Alexandre Santos-RJ
Benedito de Lira-AL	2.Dr. Heleno-RJ
Lino Rossi-MT ⁽³¹⁾	3.José Janene-PR
Darci Coelho-TO	4.Leodegar Ticoski-SC
Francisco Dornelles-RJ	5.Mário Negromonte-BA
Márcio Reinaldo Moreira-MG	6.Ricardo Barros-PR
Nelson Meurer-PR	7. Roberto Balestra-GO ^{(2) (11)(33)}
PSDB	
Ronaldo Dimas-TO ⁽³⁸⁾	1.João Almeida-BA ⁽⁵⁾
Bismarck Maia-CE	2.Antonio Carlos Mendes Thame-SP
Eduardo Gomes-TO	3.Domiciano Cabral-PB
Nárcio Rodrigues-MG	4.Helenildo Ribeiro-AL
Paulo Kobayashi-SP	5.Rafael Guerra-MG
Professora Raquel Teixeira-GO	6.Alberto Goldman ⁽²¹⁾
PTB	
Josué Bengtson-PA ⁽²⁷⁾	1.Alex Canziani-PR
Elaine Costa-RJ	2.Arnon Bezerra-CE
Iberê Ferreira-RN ⁽³⁰⁾	3.Homero Barreto-TO
José Carlos Elias-ES	4.Jackson Barreto-SE ⁽²⁶⁾⁽²⁸⁾⁽³¹⁾
José Chaves-PE	5.José Militão-MG ⁽¹⁹⁾
Jovair Arantes-GO	6.Pedro Fernandes-MA

(16) Substituição do Dep. Carlos Nader (S) pelo Dep. José Roberto Arruda (S), em 18-8-2004 – Bloco (PFL/PRONA) – CD.

(31) Substituição do Dep. Cleonâncio Fonseca (T) pelo Dep. Lino Rossi (T), em 3-12-2004. PP-CD.

(2) Substituição do Deputado Roberto Balestra (S) pelo Deputado Pedro Canedo-PSDB (S), em 26-05-2004 – PP-CD.

(11) Substituição do Dep Pedro Canedo (S) pelo Dep Damião Feliciano PP-PB, (S), em 12-7-2004 – PP – CD.

(33) Substituição do Damião Feliciano (S) pelo Dep. Roerto Balestra PP-GO, (S), em 10-12-2004 – PP – CD.

(38) Substituição do Dep. Anivaldo Vale (T) pelo Dep. Ronaldo Dimas (T), em 21-12-2004 – PSDB-CD.

(5) Substituição do Dep. Affonso Camargo (S) pelo Dep. João Almeida (S), em 1º-6-2004 – PSDB-CD.

(21) Indicação do Dep. Alberto Goldman como suplente, em 17-11-2004 – PSDB-CD.

(27) Substituição do Dep. Eduardo Seabra pelo Dep. Josué Bengtson (T), em 25-11-2004. PTB-CD.

(30) Substituição do Dep. Jackson Barreto pelo Dep. Iberê Ferreira (T), em 8-12-2004. PTB-CD.

(26) Desligamento do Dep. Josué Bengtson (S), em 25-11-2004. PTB-CD.

(28) Indicação do Dep. Iberê Ferreira em 29-11-2004 – PTB-CD.

(31) Indicação do Dep. Jackson Barreto (S), em 8-12-2004 – PTB-CD.

(19) Substituição do Dep. Luiz Dantas pelo Dep. José Militão(S),em 9-11-2004. PTB CD.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
BLOCO (PL/PSL)	
Amauri Gasques-SP	1.Almir Sá-RR
Humberto Michiles-AM	2.Heleno Silva-SE
Jaime Martins-MG	3.Raimundo Santos-PA
João Leão-BA	4.Milton Monti-SP ^{(10) (20)(25)}
Welinton Fagundes-MT ⁽²⁴⁾	5.Wellington Roberto-PB
PPS	
Cezar Silvestri-PR	1.Colbert Martins-BA
Geraldo Resende-MS	2.Agnaldo Muniz-RO ⁽³⁷⁾
Rogério Teófilo-AL	3.Maria Helena-RR
PSB	
Pastor Francisco Olímpio-PE ⁽³⁴⁾⁽³⁶⁾	1.(vago)(34)
Renato Casagrande-ES	2.Hamilton Casara-RO
PDT	
Manato-ES	1.Davi Alcolumbre-AP ⁽²⁹⁾
Mário Heringer-MG	2.Énio Bacci-RS
PC do B	
Sérgio Miranda-MG	1. Inácio Arruda-CE ⁽³²⁾
PSC	
Zequinha Marinho-PA	1. Pastor Amarildo-TO ⁽¹⁾
PV	
Edson Duarte-BA	1. Aníbal Gomes-CE ⁽⁴⁾

Secretária: Myrna Lopes Pereira

Endereço: Câmara dos Deputados – Anexo Luís Eduardo Magalhães - (Anexo II)

Ala “C” – Sala 8 – Térreo – CEP – 70160-900 - Tel: 318-6937 – 318-6938

- (10) Substituição do Dep. Welinton Fagundes pelo Dep. Amador Tut(S),em 8-7-2004. Bloco (PL/PSL) CD.
- (20) Substituição do DepAmador Tut, pelo Dep. Welinton Fagundes (S),em 9-11-2004. Bloco (PL/PSL) CD.
- (25) Substituição do Dep. Welinton Fagundes pelo Dep. Milton Monti (S) em 23-11-2004. Bloco (PL/PSL)-CD.
- (24) Substituição do Dep. Milton Monti pelo Dep. Welinton Fagundes (T) em 23-11-2004. Bloco (PL/PSL)-CD.
- (37) Substituição do Dep. Leônidas Cristina pelo Dep. Agnaldo Muniz (S), em 21-12-2004, PPS-CD
- (34) Substituição do Dep. Pastor Francisco Olímpio pelo Dep. Gonzaga Patriota (T), em 10-12-2004. PSB-CD.
- (36) Substituição do Dep. Gonzaga Patriota (T) pelo Dep. Pastor Francisco Olímpio (T), em 15-12-2004 – PSB-CD.
- (29) Substituição do Dep. Rodolfo Pereira pelo Dep. Davi Alcolumbre (S), em 1º-12-2004. PDT CD.
- (32) Substituição do Dep. Daniel Almeida pelo Dep. Inácio Arruda (S), em 9-12-2004. PC do B-CD.
- (1) Indicação do Dep. Pastor Amarildo(S), em 20-5-2004-PSC-CD.
- (4) Substituição do Dep. Leonardo Mattos (S) pelo Dep. Aníbal Gomes (PMDB), em 27-5-2004-PV-CD.

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DA MINORIA Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Araldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 03.03.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

- • 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- • 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
aguardando designação

02 - Comissão de Tecnologia Digital
aguardando designação

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
aguardando designação

04 - Comissão de TV a Cabo
aguardando designação

05 - Comissão de Concentração na Mídia
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPILY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÉ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL/BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> SÉRGIO GUERRA PSDB-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 15.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



EDIÇÃO DE HOJE: 208 PÁGINAS